

Jazon da Silva Santos

LIGAÇÃO NÃO-SELETIVA DE SUBJUNTIVOS
SUAS IMPLICAÇÕES NA GRAMÁTICA

Dissertação apresentada ao Curso de Linguística do
Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Linguística

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Charlotte Chambelland
Galves

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem

1996



Jazon da Silva Santos

LIGAÇÃO NÃO-SELETIVA DE SUBJUNTIVOS
SUAS IMPLICAÇÕES NA GRAMÁTICA

Dissertação apresentada ao Curso de Lingüística do
Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Lingüística

Orientadora: Profª Drª Charlotte Chambelland
Galves

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem

1996

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Sa59L	Santos, Jazon da Silva Ligação não-seletiva de subjuntivos: suas implicações na gramática / Jazon da Silva Santos. -- Campinas, SP : [s.n.], 1996.
	Orientadora: Charlotte C. Galves Dissertação (mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
	1. Gramática Gerativa. 2. *Complementadores operadores. 3. *Tempo indefinido. I. Galves, Charlotte C. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Ch. Galves

Profª. Drª. Charlotte C. Galves - Orientadora

Mary A. Kato

Profª. Drª. Mary A. Kato

Carlos Mioto

Prof. Dr. Carlos Mioto

Prof. Dr. Carlos Franchi

A Maria, minha Mãe.
Ao Prof. Carlos Franchi.

AGRADECIMENTOS

Início esta página, agradecendo a minha mãe, que sempre me ajudou, em todos os sentidos, sempre demonstrando seu amor e me oferecendo toda a dedicação possível, por todos os meus anos de vida: do que sou, como pessoa, como estudante, enfim, em todos os aspectos da vida, devo muito a ela. Dedicar esta dissertação a ela é minha forma de agradecer-lhe por tudo e de, mais uma vez, dizer-lhe “te amo”.

Parando para pensar nas tantas pessoas que contribuíram para que, hoje, eu esteja fechando esta dissertação, volto automaticamente um pouco no tempo, quando ainda estava em Maceió, e lembro de quando pensava em vir estudar na Unicamp: estava super-inseguro. Achava que não era pro meu bico. Naquele mesmo ano de 1992, fiz uma disciplina como aluno ouvinte com Carlos Franchi, na Federal de Alagoas, conversei com ele sobre meus planos, mostrei-lhe alguns dados de orações subordinadas (complementos e relativas, pois naquela época ainda não sabia o que queria mesmo investigar). Me falou que eu estava com bons dados, indicando ainda alguma bibliografia. Para variar, falei para ele da minha insegurança, que, por sua vez, me falou que eu não precisava me sentir inseguro, já que em sua opinião eu tinha muita chance. É, eu tinha mesmo: vim para cá em fevereiro de 1993, sendo Franchi o único conhecido. E, aqui, não preciso falar quanto ele me ajudou e me incentivou. Assim, registro aqui o profundo sentimento de gratidão que sinto por ele, principalmente por ter acreditado em mim desde o começo, por ter, posso dizer, me descoberto, me mostrado que eu de fato podia vir a ser um linguísta.

Charlotte Galves & Mary Kato são as próximas da lista: ambas se mostraram acessíveis todos os momentos em que as procurei. Charlotte, minha orientadora, se mostrou muita compreensiva desde o primeiro semestre, quando o Jazon “variacionista” não sabia sequer expressar direito, em termos gerativistas, o que estava pensando; porém, algo nada muito grave, quando se tem ela nas disciplinas introdutórias de sintaxe no primeiro ano. Quero, portanto, agradecer-lhe a sugestão do tema, as referências bibliográficas e discussões apaixonantes no primeiro e no último ano. A partir do segundo ano, tendo Charlotte viajado, senti-me à vontade para começar a chatear Mary: neste ano, depois de ter amadurecido um pouco na Teoria através das discussões com Charlotte, pude aproveitar ao máximo o que Mary sempre se mostrou aberta a me mostrar, por meio de longas conversas, seminários em sala de aula e indicações bibliográficas. Quanta paciência!... sempre lembrando-me, como muitas vezes me lembrou também Charlotte no último ano, que eu estava apenas fazendo o mestrado, que não precisava ficar tão temeroso, inseguro, por conseguir resolver muito pouco (se alguma coisa) dos problemas em estudo. Quero, finalmente, dizer: sem essa dupla, eu não saberia o que fazer. Muito obrigado às duas.

Um igual muito obrigado aos amigos, que todo o tempo foram de grande ajuda, presentes fisicamente ou não, cada um à sua maneira. Cito-os em ordem alfabética: Ana Paula, Armando (o literato), os irmãos Cláudia & Marcelo, Edmar, Eva, Evani, Fábio, Helena, Ivan (o músico), Leninha (a Pascoalina), Maximiliano, Nádia Fiascosa, Simone (também minha irmã), Simone.

Repito Ana Paula, Eva, Helena e Maximiliano: além de pela amizade, lhes agradeço também pelos nossos encontros do nosso grupo de estudos; nossas discussões foram muito importantes para o meu crescimento dentro da Teoria Gerativa.

Também repito o Fábio, para também agradecer por ter suportado o convívio (difícil!) comigo durante esses dois últimos anos.

Aos pessoal da biblioteca do IEL, Belquice, Záia, Lloyd, Cida, Ana, Floriana, Madá, Haroldo; a Rose e Carol, da Secretaria de Pós, e a Mag, da Secretaria do Departamento de Linguística, todos muito gentis e amigáveis, meu muito obrigado.

À CAPES, pela bolsa.

RESUMO

Este trabalho focaliza fenômenos linguísticos existentes em complementos oracionais que apresentam problemas para a Teoria da Gramática Gerativa, tanto no modelo de Princípios e Parâmetros como no Minimalista.

Alguns complementos expressos no modo subjuntivo mostram-se transparentes a elementos de sua oração matriz, como aqueles de verbos como *querer*, cujos sujeitos pronominais sofrem a restrição de serem disjuntos em referência do sujeito principal (efeito-SDR) — algo não previsto pelo princípio B da Teoria da Ligação (Chomsky, 1981/1993), já que tais orações, assim como as no indicativo, possuem tanto um SUJEITO acessível como um regente para o sujeito pronominal encaixado. Esses complementos ainda exibem um quadro temporal aparentemente dependente do da oração principal.

Ao invés de perseguir uma análise unificada para os dois fenômenos, argumento contra uma tal análise, relacionando o efeito-SDR a dois outros fenômenos: a possível extração-QU a partir dos complementos citados e a partir de complementos de verbos como *achar*, *acreditar* (estejam eles no subjuntivo ou no indicativo) mas não de complementos de verbos como *lamentar* (também expressos no subjuntivo); e a possibilidade de operadores na principal “licenciarem” itens de polaridade (negativa) em complementos de *achar*, *acreditar* (apenas se expressos no subjuntivo, no italiano e no espanhol), mas também não em complementos de *lamentar*.

A (direção para a) análise unificada desses três fatos, proposta neste estudo, baseia-se no tratamento dos tempos subjuntivos como indefinidos que, assim como suas contrapartes nominais (os NP indefinidos), precisam ser ligados por algum operador, visto que indefinidos correspondem a variáveis livres em níveis semânticos (Lewis, 1975; Heim, 1981; Diesing, 1992). Com base na semântica dos complementos estudados, sugiro a existência de diferentes COMPs: quando estes se constituem em operadores capazes de ligar o subjuntivo, o complemento apresenta um comportamento de oração independente, no sentido em que não se mostra transparente a elementos da principal, ou apenas se mostram parcialmente transparentes. Quando não há um desses COMPs disponível, algum elemento na principal liga o subjuntivo, fazendo com que o domínio de ligação de um pronome seja estendido, e ainda permitindo que itens polares no complemento possam ser licenciados por elementos principais e que elementos-QU sejam extraídos.

Palavras-chave:

1. Gramática gerativa
2. Complementadores operadores
3. Tempo indefinido

SUMÁRIO

1. O COMPORTAMENTO DIFERENCIADO ENTRE COMPLEMENTOS SUBJUNTIVOS E INDICATIVOS.....	3
1.1. <i>Uma breve apresentação dos problemas</i>	3
1.2. <i>A abordagem da extração-QU no modelo de Princípios e Parâmetros</i>	6
1.2.1. <i>Fatos de extração a partir de complementos</i>	10
1.2.2. <i>Voltando a Hornstein (1994)</i>	13
1.3. <i>Comentários sobre o quadro teórico</i>	15
2. A INTERPRETAÇÃO TEMPORAL DOS TEMPOS SUBORDINADOS.....	17
2.1. <i>O estudo de Raposo (1987)</i>	17
2.1.1. <i>Arrumando a casa</i>	22
2.1.2. <i>Conclusão</i>	24
2.2. <i>É mesmo possível falar de dependência temporal?</i>	25
2.2.1. <i>A sintaxe do tempo (Stowell, 1993)</i>	25
2.2.1.1. <i>Os argumentos temporais</i>	27
2.2.2. <i>A relação entre os tempos de orações subordinadas e os de suas principais</i>	29
2.2.3. <i>Os tempos subjuntivos</i>	37
2.2.3.1. <i>Conclusão</i>	44
3. LIGAÇÃO NÃO-SELETIVA DE SUBJUNTIVOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA GRAMÁTICA.....	46
3.1. <i>A distribuição dos subjuntivos — alguma Semântica</i>	46
3.1.1. <i>Orações com negação</i>	51
3.2. <i>A distribuição dos subjuntivos — alguma Sintaxe</i>	61
3.2.1. <i>Especulando sobre as raízes</i>	81
3.3. <i>Verbos de crença fraca e verbos deônticos fracos</i>	85
3.3.1. <i>O efeito-SDR</i>	86
3.4. <i>Conclusão</i>	89
SUMMARY.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93

O COMPORTAMENTO DIFERENCIADO ENTRE COMPLEMENTOS SUBJUNTIVOS E INDICATIVOS

1.1. *Uma breve apresentação dos problemas*

Assim como a maioria das línguas românicas, o Português Brasileiro (PB) apresenta alguns fenômenos típicos em contextos de complementação verbal oracional, que apresentarei em seguida.

O primeiro destes diz respeito ao fato de que complementos oracionais de verbos como *desejar* possuem propriedades diferentes daquelas dos complementos de verbos como *saber*, em relação à referência de pronomes em sua posição de sujeito. Este fato, conhecido como *efeito de referência disjunta* (efeito-SDR), é exemplificado abaixo pelo contraste entre (01) e (02):

(01) A Maria_i *sabe* que ela_{i/j} faz isso.

(02) A Maria_i *deseja* que ela_{*i/j} faça isso.

Tanto em (01) como em (02) esperar-se-ia que o pronome pudesse ser coreferente ao sujeito da principal, de acordo com a Teoria da Ligação (TL) de Chomsky (1981),¹ apresentada abaixo em (03), sendo (04), (05) e (06), as noções envolvidas, SUJEITO, Categoria de Regência (GC) e Acessibilidade, respectivamente:

(03) Teoria da Ligação (TL)

Princípio A: Uma anáfora é ligada em sua categoria de regência.

Princípio B: Um pronome é livre em sua categoria de regência.

(04) SUJEITO

a) Agr

b) O sujeito de uma oração infinitiva; de um NP; de uma mini-orção; e de uma oração gerundiva.

¹Chomsky (1993) finaliza seu texto apresentando uma versão interpretativa da Teoria de Ligação (que, diga-se de passagem, é semelhante (para não dizer igual) àquela de Chomsky (1981)), aplicada em LF (D = domínio local relevante):

(52) A. If *a* is an anaphor, interpret it as coreferential with a c-commanding phrase in D.

B. If *a* is pronominal, interpret it as disjoint from every c-commanding phrase in D.

C. If *a* is an r-expression, interpret it as disjoint from every c-commanding phrase.

(05) Categoria de Regência (GC)

α é uma categoria de regência para β sse α é a categoria mínima que contém β , um regente de β e um SUJEITO acessível para β .

(06) Acessibilidade

α é acessível para β sse β é o domínio de c-comando de α e a atribuição a β do índice de α não viola o princípio i-dentro-de-i.

Um segundo contraste observado nesse contexto diz respeito à realização do tempo encaixado, que, com verbos do tipo *saber*, apresenta-se totalmente independente do tempo da principal, sendo expresso no modo indicativo. Do outro lado, os complementos oracionais de verbos como *desejar* possuem aparentemente um tempo restrito pelo tempo da principal, além de aparecer com morfologia de modo subjuntivo:

(07) A Maria *sabe* que ela não *faz/fazia* isso.

(08) A Maria *sabia* que ela não *faz/fazia* isso.

(09) A Maria *deseja* que ela *faça/*fizesse* isso.

(10) A Maria *desejava* que ela **faça/fizesse* isso.

O licenciamento de itens de polaridade (negativa) na oração encaixada, por operadores na oração principal, constitui-se num terceiro fenômeno a ser abordado: essa possibilidade se dá apenas quando o tempo encaixado é expresso no subjuntivo. (11) mostra que no PB apenas o operador-neg(ativo) os licenciam nos contextos relevantes, enquanto (12) mostra que no Italiano, além deste operador, o operador interrogativo (operador-Q) e o operador condicional (operador-Se) também os licenciam ((12a-b) são correspondentes a (46)-(49) de Manzini (1994, p. 21)):

(11) a. Não acreditei que ele ?*fazia/fizesse nada naquela empresa.

b. *Você acreditou que ele tentou/tivesse tentado nenhuma saída para o problema?

c. *Já que você acreditou que ele tentou/tivesse tentado nenhuma saída, porque não contou a ela?

d. *Se você souber que ele tentou/tenha tentado nenhuma saída, me conte.

(12) a. Non dico che *é/sia niente.

“Não digo que seja nada.”

b. Dici che *é/sia niente.

(Você) diz que seja nada

“Você diz que seja alguma coisa?”

- c. Se sai che lui *ha/abbia visto niente,...
 Se (você) souber que ele tenha visto nada
 “Se você souber que ele tenha visto alguma coisa,...”

Finalmente, os seguintes contrastes de possibilidade/impossibilidade de extração-QU a partir de determinados complementos são encontradas no francês (13) e no português europeu (PE) (14) (cf. também (31b) abaixo) — no espanhol (e no italiano também, provavelmente) encontramos o mesmo padrão (mas não no PB, diferença a que voltarei a mencionar no capítulo 3):

- (13) a. Qui crois-tu qui a épousé Marie?
 quem acredita-você que tem casado Marie
 “Quem você acha que casou com Marie?”
 b. *Qui regrettes-tu qui ait épousé Marie?²
 quem lamenta-você que tenha casado Marie
 “Quem você lamenta que tenha casado com Marie?”
 (14) a. Quem você disse que veio?
 b. *Quem você lamentou que tenha ganho?

Como pode ser observado, é exatamente a partir de um complemento subjuntivo (13b)/(14b), de um verbo factivo emotivo, que não podem ocorrer extrações-QU.

Os quatro fenômenos exemplificados acima apontam para a possibilidade de o caráter de uma oração completiva no *subjuntivo* ser distinto daquele de uma no *indicativo*, sendo necessário demonstrar como tais fenômenos derivam de um mesmo traço diferenciador dos dois tipos de orações. Neste estudo, no entanto, tentarei argumentar a favor de uma análise unificada de apenas três dos quatro fenômenos: as restrições temporais serão tratadas como um fenômeno originado do próprio sentido dos verbos em questão (em termos semântico-pragmáticos) — confira o capítulo 2, em que me deterei na argumentação contra a idéia de atribuir o efeito-SDR às restrições temporais, partindo da discussão do artigo de Raposo (1987), embora outros na literatura tenham defendido o mesmo que ele.³ Quanto aos três problemas restantes, defendo que de fato são originados da presença do modo subjuntivo. No capítulo 3, ofereço uma proposta — que, na verdade, deve ser vista como uma tentativa de

²As orações em (07) foram pegadas de Rochette (1988: (75), p. 313).

³Por exemplo, de uma perspectiva um pouco diferente da de Raposo (1987), Picallo (1984) caracteriza um subjuntivo como um INFL [-tempo]; Raposo, por outro lado, não atribui a “dependência temporal” ao próprio modo, mas a COMP, como será visto. Meireles & Raposo (1983) também já defendiam idéias defendidas por Raposo (1987). Um histórico mais abrangente dos fenômenos em complementos subjuntivos e análises propostas pode ser encontrado em Kempchinsky (1986: cap. 2).

análise ou como a indicação de uma possível direção a ser tomada — em que faço uso da idéia de Manzini (1994) de caracterizar um tempo subjuntivo como expressão de um tempo indefinido, e sugiro seu tratamento como variável temporal a ser ligada por um operador disponível, assim como nos casos dos itens polares, que por se constituírem em NPs indefinidos, se enquadram na proposta de Diesing (1992), que os trata como variáveis (que referem a indivíduos) a serem ligadas da mesma forma.

No restante deste capítulo, apresentarei, sucintamente, na seção 1.2., como se dava conta, no quadro de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981), dos fenômenos de extração, desobrigando-me de seguir a linha das análises propostas até então, para o precisarei abstrair no presente trabalho, como será visto no capítulo 3, da assimetria entre as posições de sujeito e de objeto em termos de extração. Baseio-me parcialmente em Hornstein (1994),⁴ que, com o mesmo objetivo que eu neste momento, apresenta um histórico mais detalhado das várias análises. Na seção 1.3., ainda falarei também sobre como esta dissertação deve ser vista em termos de quadro teórico.

1.2. A abordagem da extração-QU no modelo de Princípios e Parâmetros

Esta seção tem como objetivo apontar a necessidade de considerar diferentes abordagens teóricas em busca de (uma) análise(s) das restrições contra a extração-QU a partir de alguns contextos sintáticos, que, segundo essas análises a serem apresentadas, dependia da função sintática do elemento-QU (QU) a ser movido.

Hornstein (1994) traz à discussão várias análises desenvolvidas no quadro de Princípios e Parâmetros (GB), as quais não apresentaremos detalhadamente, começando pela proposta inicial de Chomsky (1981), que sugere o Princípio das Categorias Vazias (*Empty Category Principle* - ECP), condição expressa em (15) e (16) abaixo, distinguindo o comportamento do movimento de QUs adjuntos *versus* argumentos (17) e sujeitos *versus* objetos (18):

(15) ECP: All traces must be properly governed.

(16) A trace is properly governed iff it is governed by a head X^0 or locally bound by its antecedent.

(Correspondentes a (09) e (10) de Hornstein, cap. 2, p. 3)

⁴Não tive acesso à versão final deste livro: Hornstein, Nibert (1995) *Logical form*, Blackwell, Oxford.

- (17) a. (?) Which car did John wonder how to fix?
 b. *How did John wonder which car to fix?
- (18) a. Which car did John say that Bill fixed?
 b. *Which mechanic did John say that fixed the car?
- (Correspondentes a (07) e (08), de Hornstein, cap. 2, p. 3)

Considerando-se as estruturas (19) e (20), correspondentes a (17) e (18) acima, observa-se que as restrições impostas pelo ECP são obedecidas em (17b/19b) e (18b/20b):

- (19) a. [Which car_i [John wonder [how_j [PRO [to fix t_i] t_j]]]]
 b. [How_j [John wonder [which car_i [PRO to fix t_i] t_j]]]]
- (20) a. [Which car_i [John say [that [Bill fixed t_i]]]]
 b. [Which mechanic_i [John say [t_i that [t_i fixed the car]]]]]
- (correspondentes a (11) e (12) de Hornstein, cap. 2, p. 4)

Em (19a-b), t_i é o complemento de *fix*, sendo assim por ele regido. Já o vestígio de *how*, t_j, só pode satisfazer o ECP obedecendo sua segunda cláusula, ou seja, sendo ligado localmente, o que de fato se dá em (19a), já que *how* consegue ligá-lo estando em [spec, CP] da mesma oração que t_j, mas não em (19b). Quanto ao par (20a-b), Chomsky assume que em (20b) *that* bloqueia a regência por antecedência de t_i na posição de sujeito encaixada pelo t_i em [spec, CP], sendo portanto sua inaceitabilidade também originada do ECP, enquanto em (20a) de novo o verbo rege t_i.

Em seguida, Hornstein nos apresenta exemplos agramaticais em que o movimento-QU não se dá visivelmente, explicados da mesma forma que os exemplos acima, já que em Forma Lógica (LF) o ECP seria violado. (21) apresenta exemplos do francês e (22) do inglês, e as representações relevantes em LF:

- (21) a. Pierre a dit que Jean a vu qui?
 Pierre tem dito que Jean tem visto quem
 b. *Pierre a dit que qui a vu Jean?
 Pierre tem dito que quem tem visto Jean
 [Qui_i [Pierre a dit [t_i que [t_i a vu Jean]]]]]
- (22) a. Who believes that Bill bought what?
 b. *Who believes (that) what happened?
 [[what_i [who_j] t_j said [t_i that [t_i happened]]]]]
- (correspondentes a (13), (14), (14.1), (14.2), cap. 2, p. 4-5)

Tanto (21b) como (22b) são explicadas, como se vê nas representações em colchetes, por se assumir que em LF *qui/what* se movem para [spec, CP] matriz, sendo explicadas suas inaceitabilidades pelas mesmas razões anteriores — o vestígio em [spec, CP] encaixado não consegue reger por antecedência o vestígio original devido à presença de *que/that*.⁵

Os casos de efeito de superioridade são explicados de forma similar aos casos em (18b), (21b) e (22b), em que *that* desempenha o papel daquele que não efetua uma tarefa e não deixa outros a fazerem:

(23) a. I wonder who bought what?

[I wonder [[what_i [who_j]] t_j bought t_i]

b. *I wonder what who bought?

[I wonder [[who_j [what_i]] t_j bought t_i]

(correspondentes a (17) e (18) de Hornstein, cap. 2, p. 5)

Nestes casos, assume-se que, para receber interpretação, os QUs *in situ* adjungem-se a [spec, CP], que já contém um QU, permitindo uma interpretação de absorção (*absorved interpretation*) do operador-QU complexo.⁶ Nesse caso, seus vestígios em LF terão que cumprir as exigências do ECP: em (23b), o problema de novo é o vestígio do QU sujeito (t_j), não regido por antecedência por *who* — a assunção é a de que, enquanto em (23a), *who* é o núcleo do operador-QU complexo, seu índice percolando até a projeção máxima, sendo capaz de reger apropriadamente o vestígio em [spec, IP], em (23b) *who* não liga localmente seu vestígio, já que o núcleo neste caso é *what*, que atrapalha essa ligação local tanto quanto *that* nos exemplos anteriores.⁷

A partir dessa breve apresentação, podemos entrar na discussão sobre até que ponto movimento (via mover- α , que abrange as regras particulares anteriores, movimento-QU, QR

⁵Em toda essa apresentação, fui fiel a Hornstein, que apenas cita a solução proposta por Chomsky (1981) para tais casos — o vestígio em [spec, CP] encaixado não c-comanda minimamente aquele em [spec, IP] encaixado. Veja as citações de Hornstein para análises alternativas propostas na literatura.

⁶Aqui, Hornstein se refere à análise de Higginbotham & May (1981) e May (1985), em que perguntas com dois elementos-QU recebem interpretações exigindo “respostas emparelhadas” (p. ex., “who bought what” requer respostas do tipo “John a car, Bill a boat and Cathie a motorcycle”, envolvendo pares ordenados de compradores e objetos comprados. A semântica desses operadores, portanto, requer o tratamento do par de QUs como um operador binário (cf. a discussão de Hornstein, 1994, cap. 2, p. 3 e nota 4, p. 22).

⁷Hornstein, nessa altura de seu texto, começa a falar de outros dados explicados pelo ECP da mesma maneira que as análises para QUs acima: expressões quantificadas como os quantificadores negativos (aos quais, nesta dissertação, me refiro como itens polares), os quantificadores universais e os existenciais, casos de ACDs (*antecedent contained deletion*), ambigüidades de escopo (largo/estrito) em orações contendo dois quantificadores, *cross-over effects* e pronomes presos. O capítulo 3 de seu livro ainda apresenta outros estudos que aqui não citarei ou citarei muito *en passant*.

(*quantifier raising*), movimento de NP) em LF está sujeito à subjacência. Os exemplos abaixo mostram que QUs *in situ* parecem poder sair de ilhas em LF (24), algo não possível em estrutura-S (25):

- (24) a. Who asked where Bill bought what?
 b. Who likes people who live where?
 c. Who said that pictures of what were on sale.
 d. Who denied the claim that Bill bought what?
- (25) a. *What did John ask where Bill bought?
 b. *Where does John like people who live?
 c. *What did John say that pictures of were on sale?
 d. *What did John deny the claim that Bill bought.

O contraste (entre outros fatos relacionados) entre (14) e (15) foi objeto de muitas análises dentro da GB: algumas defendendo uma abordagem representacional de subjacência — em que esta condição é tratada como uma condição sobre representações, exigindo que as ligações (*links*) numa cadeia de movimento sejam locais, ou seja, que não haja nenhuma barreira entre duas ligações; outras defendendo uma abordagem derivacional — em que subjacência é uma condição que faz parte da definição de Mover- α , ou seja, esta regra não pode mover um dado elemento através de uma barreira. Assim, coerente com a primeira abordagem, subjacência poderia ser tratada, para dar conta de (24), como uma condição de boa-formação sobre cadeias em estrutura-S. Porém, muitos pesquisadores trouxeram evidências adicionais de que o movimento em LF também é restrito por subjacência, propondo análises que mostram que (24) constitui apenas violações aparentes dessa condição. Hornstein passa, então, a apresentar algumas dessas análises — para as quais remeto o leitor ao seu texto (caps. 2 e 3) —, porém, também apresentando seus problemas, por sua vez apontados ainda por outros na literatura. Após essa discussão, Hornstein conclui que a evidência de que o movimento em LF é restrito por subjacência é inconclusiva.

Na próxima subseção, irei apresentar algumas propostas de análises para a possibilidade/impossibilidade de extrair QUs de orações complementos nas línguas românicas, em que se tentava distinguir entre complementos indicativos e subjuntivos, com a finalidade de mostrar que os mecanismos envolvidos eram do mesmo tipo apresentado acima. Em seguida, na subseção 1.2.2., voltarei a Hornstein, fechando a discussão sobre extração na GB.

1.2.1. Fatos de extração a partir de complementos em algumas línguas românicas

Nesta altura, é necessário ver como foram tratados casos envolvendo extração a partir dos complementos de algumas línguas românicas. Como foi visto acima, pelo ECP, extrações (seja em estrutura-S, seja em LF) de elementos em posição de objeto nunca apresentam problemas, visto que seus vestígios são regidos apropriadamente pelo verbo. Já elementos em posição de sujeito sempre são mais difíceis de extrair, já que, também pelo ECP, precisam de um regente por antecedência, nem sempre disponível.

Rochette (1988) apresenta alguns casos de assimetria atestada em complementos subjuntivos, comparados a complementos indicativos, trazendo à discussão a proposta de Picallo (1984) de que um INFL subjuntivo é caracterizado como um INFL [-tempo], enquanto um INFL indicativo é marcado por [+tempo]. Este se constitui, na visão de Picallo, um regente apropriado para o sujeito, que dessa forma pode ser extraído. Um INFL [-tempo] não rege apropriadamente seu sujeito, sendo inaceitável sua extração. A proposta de Picallo é contrária à de Rizzi (1982), que diz que mesmo sujeitos de indicativos não são regidos apropriadamente, sendo possível sua extração apenas quando a inversão livre do sujeito ocorre, caso em que seria regido apropriadamente pelo verbo.

Entre os fatos em que Picallo se baseia, estão as diferentes propriedades de escopo de NPs quantificados na posição de sujeito dos complementos indicativos e subjuntivos do espanhol, como os mostrados abaixo (correspondentes a (40) e (42) de Rochette, 1988, p. 284):

- (26) a. Tots els estudiants saben que alguns examens són difícils.
 b. Tots els estudiants saben que són difícils alguns examens.
 “Todos os estudantes sabem que alguns exames são difíceis.”
- (27) a. Tots els estudiants senten que alguns examens siquin difícils.
 b. Tots els estudiants senten que siguin difícils alguns examens.
 “Todos os estudantes lamentam que alguns exames sejam difíceis.”

Em (26), cujo complemento se apresenta no indicativo, *alguns examens* pode exibir escopo sobre *tots els estudiants*, esteja em posição pós- ou pré-verbal, enquanto em (27) apenas na posição pós-verbal essa interpretação é disponível, fato que Picallo relaciona à análise de que a posição de sujeito de uma completiva subjuntiva não é regida apropriadamente.

Rochette argumenta que a proposta de Picallo não dá conta dos fatos em francês e inglês, visto que prevê que complementos indicativos não deveriam exibir efeitos *that-t*, contrariamente aos fatos.

Outra assimetria entre os dois tipos de complementos ainda foi indicada por Kayne (1984), a saber, itens polares encaixados em complementos subjuntivos (28), licenciados por *ne* na principal, mas não em complementos indicativos (29):

- (28) a. ? Je n'ai exigé qu' ils arrêtent personne.
 "Eu não exigí que eles prendessem ninguém."
 b. * Je n'ai exigé que personne soit arrêté.
 "Eu não exigí que ninguém fosse preso."
 (29) * Je n'ai cru qu' ils arrêteraient personne.
 Eu não acreditei que eles prenderiam ninguém.
 (correspondentes a (44) e (45) de Rochette, p. 285-286)

Rochette dá conta dos dois tipos de fatos assumindo que complementos subjuntivos são IPs, não havendo como o vestígio deixado pelo movimento do elemento na posição de sujeito ser regido apropriadamente, propondo as seguintes derivações para (27a-b):

- (30) a. [NP [CP ... [VP t [VP ... que [IP t [I' ...]]]]]]⁸
 b. [NP [CP ... [VP t [VP ... que [IP pro [I' [VP t [VP V t]]]]]]]]
 (correspondente a (48) de Rochette, p. 288)

Rochette assume que o ECP aplica-se apenas sobre o vestígio inicial, ainda assumindo a proposta de Chomsky (1986) de que regência apropriada se reduz à regência por antecedência. Assim, em (30b), o primeiro vestígio é regido apropriadamente pelo vestígio adjungido a VP encaixado. Para explicar (30a), ela assume que V principal bloqueia a regência por antecedência do vestígio inicial em [spec, IP] por aquele em adjunção a VP principal. Quanto aos complementos indicativos, que são CPs em sua análise, dispõem de [spec, CP] — o vestígio deixado nesta posição pelo elemento movido ciclicamente rege o primeiro vestígio em [spec, IP] (nos casos de sujeito pré-verbal).

⁸Rochette assume que *que* em complementos subjuntivos é a instanciação de um KP ("Kase phrase", sintagma de Caso), não o núcleo COMP. Para detalhes de sua análise, remeto o leitor ao seu texto, p. 188-209.

Antes de passarmos à discussão teórica final dos casos de extração a partir de complementos subjuntivos, quero apontar que a proposta de Rochette não dá conta satisfatoriamente de (31b) abaixo:

- (31) a. Qui crois-tu qui est venu?
 “Quem você acha que veio?”
 b. Qui veux-tu qui vienne?
 “Quem você quer que venha?”
 (correspondentes a (49) de Rochette, p. 291)

Em (31b) temos subjuntivo: Rochette propõe que a regra *que-qui* (*qui*, ao contrário de *que*, é um complementador que entra numa relação spec-head com o vestígio em seu spec, sendo com ele coindexado, não impedindo a regência apropriada do vestígio em [spec, IP] por aquele em [spec, CP]) também pode se dar em complementos subjuntivos, mesmo estes não possuindo uma posição de COMP: *qui* seria coindexado com o vestígio em [spec, IP] (cf. Rochette, p. 291-292). Observe que aqui Rochette encontra um problema para sua análise: se de fato complementos subjuntivos forem CPs sua análise não poderá ser mantida.

Sua análise ainda se torna menos plausível ao considerarmos que complementos subjuntivos de verbos como *lamentar* (*regretter*) no francês não só não permitem extração-QU mas também não permitem licenciamento de itens polares neles encaixados por *ne* na principal (fato a que voltarei no capítulo 3):

- (32) a. *Qui regrettes-tu qui ait épousé Marie?
 “Quem você lamenta que tenha casado com Maria?”
 (Rochette, *op. cit.*, (75), p. 313)
 b. *Nous ne regrettons pas que Suzanne voie personne.⁹
 (Zaring, 1985, (64a), p. 162)

Contrastando (32b) com (28a) acima vemos que sua análise não dá conta nem mesmo da impossibilidade de extrair *personne* em posição de objeto, visto que sugere que haveria um vestígio adjungido a VP subordinado regendo por antecedência o vestígio inicial (cf. (30a)).

Fazendo uma breve digressão, quero apontar que a análise de Picallo apresentada acima tampouco se mostra satisfatória, já que sua caracterização de INFL subjuntivo como INFL [-tempo] se baseia em questões de restrições temporais, investigadas no capítulo 2, em que

⁹Zaring (1985) considera esta frase marginal, atribuindo-lhe três interrogações.

chego à conclusão de que essas restrições não são sintáticas — assim, não teríamos como atribuir um traço [+tempo] apenas a um INFL indicativo e propor que só ele se constitui em regente apropriado.

Por fim, comentarei rapidamente, neste parágrafo, sobre a proposta de Zaring (1985): a autora apresenta alguns dados e respectivas atribuições de gramaticalidade (cf. p. 137-151, sobre quantificadores existenciais e universais) mostrando que em PB e em francês os quantificadores existenciais e universais podem exibir escopo largo estejam numa posição de sujeito pré- ou pós-verbal, em indicativos e subjuntivos — o que evidencia que a proposta de Picallo não pode se estender a essas duas línguas; Zaring (p. 151-169) ainda apresenta dados com itens polares negativos, mostrando que de fato apenas complementos subjuntivos permitem que eles sejam “licenciados”, seja na posição de sujeito seja na de objeto, pela negação na oração principal. Adicionalmente, mostra que nem todos os subjuntivos permitem isso, sugerindo que tal possibilidade seja um processo marcado lexicalmente nos predicados cujos complementos subjuntivos exibem tal possibilidade.¹⁰ Minha intenção aqui é chamar a atenção para a dificuldade de um tal processo lexical: ela diz em nota que não saberia dizer como seria esse processo, mas que talvez “o verbo matriz atribua um índice a seu complemento, que percola até seu núcleo (COMP ou INFL), criando um ambiente para regência apropriada da mesma forma que a regra *que-qui* de Kayne (1984) no francês” (Zaring, *op. cit.*, nota 21, p. 160).

1.2.2. Voltando a Hornstein (1994)

A discussão até aqui apontou, parcialmente, algumas deselegâncias teóricas, como apontou Hornstein para as análises que ele apresenta: Rochette, por exemplo, propõe que a regra *que-qui* pode ser o resultado tanto da “concordância” resultante de uma relação spec-head entre COMP e o vestígio em seu spec (como proposto inicialmente por Kayne) como da relação entre *que* (que ela assume não estar num núcleo COMP) e um vestígio em [spec, IP]. Propõe, ainda, como outros na literatura, que apenas o vestígio inicial precisa ser regido apropriadamente, no caso, por antecedência, já que assume Chomsky (1986), que

¹⁰Como poderá ser observado, no capítulo 3 abstrairei desse fato, assumindo que as classes de predicados são uniformes. Os dados de Zaring, de qualquer forma, apontam que, nas duas línguas, verbos volitivos e de influência (*querer, proibir*) permitem mais facilmente itens polares nos complementos, licenciados pela negação na principal; verbos como *negar* são menos permissivos; e verbos como *lamentar* permitem muito marginalmente.

descartou regência por núcleo. Já Zaring propõe que um processo lexical do verbo o marca como subcategorizando um complemento cuja posição de sujeito é regida apropriadamente.

Não entrarei, como já disse, nos detalhes da exposição de Hornstein, porém, sua discussão aponta para o fato de que dentro de Princípios e Parâmetros cada vez mais os vestígios se proliferaram, para que uma gama maior de dados fossem explicados pelo ECP, apresentando uma discussão bem mais convincente que a apresentada aqui. Aoun & Li (1993) se constitui na única proposta que, segundo Hornstein, tentou cobrir um número tão grande de dados e, talvez exatamente por isso, precisaram implementar mecanismos que possuíam tão pouca motivação semântica/intuitiva: os autores trabalharam com dados do inglês e do chinês, demonstrando que esta última língua também possui ambigüidades de interpretação em orações com dois quantificadores, ao contrário do que se acreditava, trazendo à discussão, por exemplo, dados do inglês com quantificadores cujo escopo parecia ser determinado em estrutura-S e no chinês em LF (construções passivas) e vice-versa (as construções normalmente estudadas, não-passivas). Sendo bem resumido, Aoun & Li propõem uma condição em LF que proíbe cruzamento dos movimentos (*nested quantificadores*), a exigência de ligação mínima (*Minimal Binding Requirement* — MBR) e um princípio de escopo (SP):

- (33) a. MBR: Variables must be bound by the most local potential A' binder.
 b. SP: a quantifier A has scope over a quantifier B if A c-commands a member of the chain containing B.
 (correspondentes a (105) e (106) de Hornstein, cap. 3, p. 2)

Se MBR é satisfeito, SP atuará para fornecer os escopos relativos dos quantificadores: em LF, na verdade, não haverá uma estrutura inambígua, mas um conjunto de relações de escopo possíveis. O exemplo apresentado por Hornstein é o seguinte: dada uma estrutura $Q_i [...t_i...Q_j [...t_j...t_j...]]$ (seu (107.0)), tanto Q_j como Q_i podem ter escopo um sobre o outro, já que ambos c-comandam em alguma altura um membro da cadeia do outro. Mas, usando os termos de Hornstein, o truque da mecânica em jogo é que pelo MBR, t_i inferior sendo c-comandado por Q_j não pode ser uma variável visto que ele teria de ser localmente preso e, assim, os autores fornecem uma argumentação para que este vestígio seja um vestígio de NP (para essa argumentação remeto de novo o leitor a Hornstein, cap. 3), caso em que essa estrutura não violaria o MBR. Usando esses dois princípios, os autores conseguem oferecer uma análise de dados bem diferentes do inglês e do chinês, sendo possível um vestígio de NP

na derivação das estruturas de uma das línguas e não na outra etc., oferecendo uma adaptação da Ligação Generalizada (*Generalized Binding*) de Aoun (1985 a,b), propondo que QPs podem se adjungir ao NP que os contém ao se moverem, adotando a existência (proposta por Aoun (1985a,b)) de dois tipos de variáveis (*who* deixa variáveis-A e *everyone*, variáveis A/C ao se moverem — e, no entanto, os dois tipos de quantificadores possuem uma semântica muito próxima, segundo Hornstein) etc.

Finalmente, um último comentário cabe aqui: o que tentei fazer aqui, Hornstein faz muito pontualmente, mostrar a necessidade de tomar direções teóricas diferentes das que se tem tomado dentro do quadro de Princípios e Parâmetros, que de fato oferecia poucas alternativas de análises, já que se considerava que escopo e quantificação eram fenômenos originados de operações-A', fazendo-se distinção entre movimento-NP e movimento-QU, entre cadeias-A e cadeias-A', sendo mesmo necessárias as noções de regência (seja por núcleo ou por antecedência) e de barreiras. Hornstein, então, sugere que o Programa Minimalista de Chomsky (1993) apresenta-se como uma boa alternativa, visto ser um modelo cujo “objetivo principal é desenvolver uma teoria da gramática baseada exclusivamente em conceitos naturais, aqueles exigidos por ‘necessidade conceitual virtual’” (Hornstein, 1994, cap. 4, p. 4), passando a tentar a traçar uma análise de alguns dos fenômenos estudados na GB.

1.3. Comentários sobre o quadro teórico

Minha finalidade de abrir esta seção é a de deixar explícito para o leitor o território fronteiriço em que está situado, em termos teóricos, este estudo. No que segue abaixo, pressuponho a familiaridade com os modelos de gramática de Princípios e Parâmetros, e Minimalista.

Como poderá ser observado na leitura do capítulo 3 em especial, esta dissertação se constitui num pequeno conjunto de possíveis direções que podem ser tomadas ao se tentar oferecer uma análise para os fatos que me proponho a discutir. Em momento algum, o leitor encontrará algo fechado: senti necessidade de fazer algumas suposições, que foram feitas; muitas delas a serem investigadas num futuro trabalho, que poderão ser descartadas.

De início, meu objetivo era o de fazer um trabalho plenamente enquadrado em Princípios e Parâmetros. O capítulo 3, deixará claro porque decidi não trabalhar totalmente dentro desse quadro teórico: o conceito de s-seleção, como era entendido em Princípios e Parâmetros, não parece adequado para dar conta dos fenômenos que lá serão apontados,

conceito que o Programa Minimalista de Chomsky (1995b) veio a descartar em seguida. Por outro lado, as mesmas reflexões feitas no capítulo 3 parecem mostrar que seria preciso pensar primeiro sobre as condições de *output* puras dos níveis semânticos, relacionadas aos problemas estudados, sendo exatamente esta a direção que tomei.

Com isso em mente, o leitor poderá entender as notas do capítulo 3, que se mostraram uma forma de dialogar, mostrando fatos que só viemos a tomar conhecimento graças ao quadro de Princípios e Parâmetros, mas que precisam ser articulados de uma outra forma hoje, o que decididamente não realizei neste texto; entretanto, com vistas num estágio posterior deste estudo, decidi não usar a noção de regência e de localidade, normalmente utilizadas em trabalhos, dentro do quadro de Princípios e Parâmetros, tentando explicar os fenômenos neste estudo abordado.

Digamos, então, que fui pego no meio do caminho: ainda pensando na “forma exata” das instruções na Forma Lógica a serem lidas pelos sistemas semântico-interpretativos. Assim, ao mesmo tempo que assumi um *design* de gramática, em que a Forma Lógica (LF) e a Forma Fonética (PF) são consideradas níveis de interface, os únicos virtualmente necessários, preciso também assumir movimentos de categorias inteiras (CPs, por exemplo, tanto no capítulo 2 como no capítulo 3) em LF, uma Forma Lógica do tipo Princípios e Parâmetros, muito similar à de Diesing (1992), como também ficará claro no capítulo 3.

A INTERPRETAÇÃO TEMPORAL DOS TEMPOS SUBORDINADOS

Neste capítulo, pretendo mostrar que parece não ser possível relacionar o *efeito de referência disjunta* (efeito-SDR) às restrições temporais encontradas nos mesmos contextos em que ele ocorre. Na seção 2.1., discutirei o estudo de Raposo (1987), que sugere uma análise desse tipo, enquanto na seção 2.2. apontarei que os tempos subjuntivos, em termos sintáticos, comportam-se da mesma forma que os indicativos.

2.1. O estudo de Raposo (1987)

Como mostrei no capítulo 1, o efeito-SDR traz problemas para a Teoria de Ligação, visto que seu princípio B prediz que tanto (01) como (02) abaixo o sujeito pronominal encaixado poderia ser correferente com o sujeito da principal. Ainda em (03)-(06), os tempos encaixados parecem depender do tempo da principal (repetições do capítulo 1)

- (01) A Maria_i *sabe* que ela_{i/j} faz isso.
- (02) A Maria_i *deseja* que ela_{*i/j} faça isso.
- (03) A Maria *sabe* que ela não *faz/fazia* isso.
- (04) A Maria *sabia* que ela não *faz/fazia* isso.
- (05) A Maria *deseja* que ela *faça/*fizesse* isso.
- (06) A Maria *desejava* que ela **faça/fizesse* isso.

Raposo (1987), estudando o Português Europeu (PE), propõe a existência de um operador temporal [+TEMPO], s-selecionado pelo verbo matriz, em COMP da oração encaixada de verbos como *saber*, responsável por sua independência temporal. Verbos como *desejar*, por outro lado, não s-selecionam [+TEMPO], deixando o tempo encaixado dependente do quadro temporal matriz. O traço [+Tempo]¹ em Infl, por sua vez, precisa sempre estar ligado a um operador [+TEMPO] — no caso dos complementos de *desejar*, [+Tempo] da encaixada é ligado localmente a [+Tempo] da principal, e não-localmente a [+TEMPO] em COMP da principal. A representação para (03) e (05) acima, por exemplo, teria uma estrutura como (07) e (08), respectivamente ((16) e (17) de Raposo, *op. cit.*: p. 80):

¹[+Tempo], com letras minúsculas, deve ser lido como o traço temporal em Infl, expresso por marcadores morfológicos, responsável pela finitude de uma dada oração.

(07) [_S ... V [_S [+TEMPO]_i [_S NP [_{Infl} [+Tempo]_i Agr] VP]]

(08) [_S [+TEMPO]_i [_S ... [+Tempo]_i ... V [_S [-TEMPO] [_S NP [_{Infl} [+Tempo]_i Agr VP]]

É uma configuração como (08), diz Raposo (*op. cit.*), que é responsável pelo fenômeno da concordância temporal. O passo seguinte é, naturalmente, propor que [+TEMPO]_i não Agr em Infl, é o elemento relevante para a definição da GC de um pronome encaixado. Assim, o autor propõe uma parametrização das noções relacionadas à TL (quanto aos princípios de ligação, eles continuam os mesmos) para explicar fatos de efeito-SDR, como exposta abaixo:

(09) Categoria de regência

α é uma categoria de regência para β sse α é a categoria mínima contendo β , um regente para β , e

(i) se β = anáfora, um SUJEITO acessível para β

(ii) se β = pronome, ou um sujeito acessível para β ou um operador verbal acessível para β .

(10) Acessibilidade

a é acessível para b sse:

(i) $\alpha \neq \beta$;

(ii) α c-comanda β ;

(iii) a atribuição do índice de α a β não violar a condição de i-dentro-de-i.

(11) Parametrização de acessibilidade

(i) Se β for uma anáfora, *acessibilidade* = (14i) e (14ii) (mas não (14iii))

(ii) Se β for um pronome, *acessibilidade* = (14i) (mas não (14ii) e (14iii))

Raposo (1987), ao propor verbos s-selecionando [+TEMPO] e verbos s-selecionando [-TEMPO], tem em mente duas classes semânticas, que denomina de *predicados-E* (que inclui *pensar* como um dos verbos) e *predicados-W* (que inclui *desejar*):

PREDICADOS-E

- Epistêmicos: *pensar, achar, acreditar, supor* etc.
- Declarativos: *declarar, afirmar, dizer* etc.

PREDICADOS-W

- Emotivos não-factivos: *temer, recear* etc.
- Predicados de necessidade subjetiva
 - os volitivos *querer, desejar* etc.
 - os de influência e de permissão: *recomendar, exigir, ordenar* etc.
- Predicados de necessidade objetiva: *precisar, necessitar* etc.

Segundo Raposo (*op. cit.*) — ressaltamos que o autor parte principalmente do Português Europeu ao propor tal descrição dos fatos — sendo a encaixada um complemento de verbos-W (como *desejar*), seu tempo semântico apresenta as seguintes restrições (cf. (05) e (06) acima):

- a. quando o verbo da matriz denota [-passado], ele tem de ser [-passado] (sendo [-pas., +pas.] uma sequência altamente marcada);
- b. quando o verbo da matriz denota [+pas], ele pode referir-se ao presente ou ao futuro (já que o que importa é que a ação ou o estado da encaixada seja subsequente ao quadro temporal da matriz); no entanto, *morfologicamente*, tem de estar no passado, sendo o presente morfológico também um fenômeno marcado neste contexto.

Observe que são essas restrições que permitem a proposta de um operador como [+TEMPO] para definir a independência temporal de uma dada oração — sua ausência resultando em dependência temporal.

Uma olhada mais sistemática num conjunto maior de verbos — algo também feito por Zaring (1985), estudo do qual alguns dados serão citados aqui —, nos mostra que nem sempre eles se comportam tão bem como espera o autor e, mais importante, mesmo verbos pertencentes a uma mesma classe semântica apresentam comportamentos diferentes. Veja, por exemplo, (12) e (13) abaixo, dados com os verbos *preferir* e *querer*, ambos pertencentes à classe semântica de predicados volitivos, exibindo diferentes restrições temporais:

- (12) a. Ele *prefere* que os convidados *partam*/**partissem* cedo.
- b. Ele *preferia* que os convidados *partam*/*partissem* cedo.
- (13) a. Ele *quer* que os convidados *partam*/**partissem* cedo.
- b. Ele *queria* que os convidados **partam*/*partissem* cedo.

Devemos enfatizar que, enquanto *preferir* apenas apresenta a sequência [-pas., +pas.] como agramatical, *querer* apresenta as restrições totais referidas por Raposo, para quem o complemento de ambos os predicados não possuem [+TEMPO], sendo necessária uma "orientação futura" na interpretação semântica de seu tempo — isso de fato ocorre; porém, qual é o motivo das diferentes combinações?

A proposta de Raposo (*op. cit.*) encontra mais problemas, considerando-se os comportamentos mostrados abaixo:

- (14) a. O João *duvida* que eles estejam/estivessem realmente doentes.
 b. O João *duvidava* que eles **estejam*/estivessem realmente doentes.
 c. O João *duvidou* que eles estejam/estivessem realmente doentes.

Em (19), observamos que o *aspecto do verbo principal* entra em jogo: o *imperfectivo* não permite presente na encaixada, ao contrário do *perfectivo*: assumindo [+TEMPO], de novo não temos explicação para essa diferença de julgamentos, principalmente se considerarmos que *duvidar* pertence à classe-E.

O operador [+TEMPO] perde sua motivação ao confrontarmos as diferentes restrições temporais dos verbos e a possibilidade de correferência entre os sujeitos principal e encaixado:

Os predicados de negação (*negar*), de incerteza (*duvidar*), e o volitivo *preferir*, que não aceitam a sequência [+pas., -pas.], e os de falta de conhecimento (*ignorar*) e os emotivos factivos (*lamentar* e *sentir muito*), que não impõem nenhuma restrição temporal, aceitam correferência:

- (15) a. Os meninos_i negam que pro_i estejam doentes.
 b. Meus pais_i duvidam que eles_i consigam se sair bem.
 c. Meus amigos_i lamentam que pro_i não façam mais esse tipo de bolo.
 d. Maria_i ignora que ela_i tenha razão.
 e. Os homens_i preferem que eles_{i/j} tenham certeza.

Alguns verbos de influência (*mandar, deixar, proibir, fazer(kausativo)*), que apresentam [-pas., +pas.] como agramatical, e os volitivos que impõem restrições totais, como *querer*, exigem referência disjunta entre os sujeitos:

- (16) a. Meus pais_i mandam que eles_{*i/j} comprem o pão.
 b. Minhas irmãs_i proíbem que pro_{*i/j} joguem na rua.
 c. As meninas_i querem que elas_{*i/j} tenham sempre razão.

Os emotivos-factivos *estar contente, esperar, admitir* e *adorar*, que apresentam restrições totais, admitem correferência:

- (17) a. Minhas amigas_i estão contentes que pro_{i/j} venham à festa.
 b. As meninas_i esperam que pro_{i/j} tenham razão sobre isso.
 c. Os professores_i admitem que pro_{i/j} falem sobre isso.

Mais importante: como aponta Zaring (1985), há predicados, como *prometer*, *resolver*, *predizer* e *esquecer*, que também proíbem um complemento anterior devido a razões semânticas, mas aceitam correferência:

(18) Pedro_i resolveu que ele_{i/j} faria o dever.

Diante desses fatos, através dos quais observamos o enfraquecimento do operador [+TEMPO], torna-se necessário repensar a necessidade da reformulação ou parametrização da Teoria da Ligação proposta por Raposo (1987): tal reformulação continua não dando conta desses fatos.

Zaring (1985) propõe uma explicação em outros componentes da gramática, o *léxico* — considerado como indicador das idiossincrasias de um conjunto limitado de itens lexicais; e a *forma lógica* (LF), componente sensível às relações temáticas.

Fazendo referência a Suñer & Padilla-Rivera (1984), Zaring aponta para o fato de que qualquer reformulação da TL que se refira a noções semânticas, tais como SUBSEQÜÊNCIA, coloca conteúdos semânticos dentro de uma teoria que é estrutural por natureza. Noções como c-comando e SUJEITO acessível mostram o caráter, no mínimo parcial, estrutural da TL. Logo, continua o argumento de Suñer & Padilla (1984), a inclusão de elementos como SUBSEQÜÊNCIA envolve a sobreposição (mistura) de níveis de representação (ou seja, o semântico e o sintático), destruindo a autonomia de ambos os componentes. Portanto, a proposta de modificação da TL é, ao mesmo tempo, empiricamente inadequada e teoricamente indesejável.

A autora propõe, então, que os dois fenômenos sejam tratados distintamente: há verbos que impõem apenas a restrição de referência disjunta em seus complementos, e outros que também apresentam, além desta, a restrição sobre a realização temporal da encaixada. Se pensarmos tais restrições como derivadas de traços existentes nos itens lexicais, sugere a autora, explicamos a dissociação dos dois fenômenos, ou seja, os dois traços podem ou não existir num mesmo item lexical.

Zaring (*op. cit.*) propõe INSTIGAÇÃO como traço definindo a restrição de referência disjunta, algo motivado pelo fato de que sempre que a correferência não é possível, observa-se uma relação temática entre os sujeitos principal e encaixado — este tem papel- θ de *instigado*; aquele, de *instigador*. Não havendo tal relação, é possível correferência. Observe que, *embora*

a autora propõe *INSTIGAÇÃO*, a existência da referida relação temática é o que há de fundamental em sua proposta — ressaltamos isso devido ao fato de que, se se quer manter uma explicação nestes termos, em relação a alguns verbos, não é fácil definir de que traço se trata exatamente, sendo evidente, por outro lado, a manifestação de uma relação "temática" similar à de instigação, uma relação claramente hierárquica. Assim, um verbo como *querer* só aceita correferência quando tal relação inexistente:

- (19) a. *? Eu quero que eu ganhe.
 b. Eu quero que eu seja autorizado a fazer isso.

Olhando os fatos sob esse prisma, Zaring propõe que existe em LF uma condição, sensível ao caráter léxico-semântico dos predicados que subcategorizam complementos subjuntivos, que descartaria estruturas nas quais o predicado possua o traço DIRETIVO, cujos sujeitos matriz e encaixado sejam correferentes.

No entanto, aqui não adotarei tal análise, devido a um problema teórico a ela subjacente, apontado por Kempchinsky: não há como representar essa relação hierárquica na gramática da forma que a concebemos. Em LF, nível em que tal relação se aplicaria, na proposta dos autores (e também de Zaring, 1985), não existe nenhuma relação estrutural ou qualquer outra entre os sujeitos, exceto quando são coindexados (e é exatamente isso que a condição quer proibir). Assim, a condição de referência disjunta, estabelecida por meio de um traço lexical no verbo subcategorizador (s-selecionador) do complemento, é baseada numa relação que não tem representação na gramática, argumenta Kempchinsky. Quanto à sugestão de traços lexicais determinando as restrições temporais, voltarei a esse ponto na subseção 2.2.3

2.1.1. Arrumando a casa

Nesta primeira apresentação dos fatos, fizemos vistas grossas a alguns questionamentos que pretendemos discutir ao longo deste estudo. O primeiro deles traz à tona o fato de que, enquanto Zaring propõe soluções distintas para cada um dos fenômenos, Raposo propõe uma relação entre ambos, postulando o operador [+TEMPO], que, uma vez presente, torna o complemento independente temporalmente e opaco para um pronome na posição de sujeito. Raposo também oferece uma explicação para (19b) acima, assumindo que, ao lado de [+TEMPO], existem outros operadores verbais com o mesmo caráter de [+TEMPO]. Entre estes, estão o modal *poder*, o auxiliar temporal *ter* e o auxiliar da passiva *ser*. Em (19b), está

presente este último. Raposo (*op. cit.*) cita os seguintes exemplos do Português Europeu (correspondentes aos seus números (27)-(33), p. 85-87):

- (20) a. Eu *receio* que a Maria *tenha encontrado* o Antônio.
 b. Eu *desejo/quero* que a Maria *tenha ganho* o prêmio.
- (21) a. *? Eu *receio* que a Maria *encontrasse* o Antônio.
 b. *? Eu *desejo/quero* que a Maria *ganhasse* o prêmio.
- (22) a. O Antônio; *receia* que (ele)_{ij} *tenha bebido* a água envenenada.
 b. A Maria; *preferia* que (ela)_{ij} *não tivesse encontrado* o Manuel.
- (23) a. *O Antônio; *receia* que (ele)_i *beba* a água envenenada.
 b. *A Maria; *preferia* que (ela)_i *não encontrasse* o Manuel.
- (24) a. O Manuel; *exige* que (ele)_{ij} *possa* ver o seu advogado.
 b. O Manuel; *recomendou* que (ele)_{ij} *pudesse* escolher a equipa.
- (25) a. O Manuel; *deseja* que (ele)_i *seja* admitido no concurso.
 b. O Manuel; *recomendou* que (ele)_i *fosse* escolhido para a equipa.
- (26) a. *O Manuel; *exige* que (ele)_i *veja* o seu advogado.
 b. *O Manuel; *recomendou* que (ele)_i *escolhesse* a equipa.

O autor utiliza (20) e (21) para explicitar que de fato o auxiliar temporal *ter* pode ser usado para denotar [+pas.]: é seu caráter de operador verbal, diz Raposo, que permite que o quadro temporal do complemento seja interpretado como independente daquele da matriz. Observe, porém, que, se este auxiliar realmente definisse o complemento como independente temporalmente, (27) abaixo seria possível:

- (27) a. *Eu *receio* que a Maria *tivesse encontrado* o Antônio.
 b. *Eu *desejo/quero* que a Maria *tivesse encontrado* o Antônio.

De novo, encontramos as mesmas restrições temporais, ou melhor, é clara a interferência do aspecto verbal: enquanto em (20), interpretamos a construção com o auxiliar *ter* como um evento situado no passado mas que mantém uma relação com o momento de fala através do presente *tenha* (falaremos da interpretação do tempo presente mais abaixo no texto); em (27), a interpretação exigida pela construção auxiliar+particípio é de que o evento esteja totalmente localizado no passado, uma realização da *leitura anterior*, que logo veremos abaixo — tal interpretação é bloqueada, no entanto, devido ao tempo presente na oração principal. É importante ressaltar a morfologia do auxiliar: em (20), *tenha*, referente ao presente; em (27), *tivesse*, referente ao passado.

Diante desse fato, já não podemos assegurar que o auxiliar *ter* seja também um operador criando opacidade nos complementos em que aparece. Raposo (*op. cit.*, n.17, p.105-106) atribui esse fato à possibilidade de que o auxiliar temporal não seja forte o suficiente para ligar os marcadores temporais morfológicos — já que para que seja possível utilizar morfologia de passado no auxiliar, é preciso ter passado na oração principal —, embora seja capaz de tornar o quadro temporal encaixado independente. Falando ainda que a leitura correferente em (22) tem caráter mais fraco, o autor atribui isso ao caráter também mais fraco do auxiliar, ao ser comparado com [+TEMPO], como elemento criador de opacidade. É possível observar que tais explicações minam sua argumentação.

A discussão sobre (24)-(26) girará em torno do mesmo ponto: ao contrário de *ter*, *poder* e *ser* não são auxiliares temporais, tanto é que Raposo os classifica como modal e auxiliar da passiva, respectivamente. O autor, porém, não aponta para o fato de que as restrições temporais não desaparecem, estando um deles presente na encaixada:

- (28) a. *O Manuel exige que (ele) pudesse ver o seu advogado.
 b. *O Manuel deseja que (ele) fosse admitido no concurso.

Embora suas atribuições de correferência estejam corretas (mesmo para o PB), parece-nos que isso não é suficiente para motivar o caráter de operador verbal dos auxiliares citados: além disso, ao ampliar a noção de operador temporal (especificamente, [+TEMPO]), apresentando-nos a de operador verbal, o autor tem como pressuposto que tanto [+TEMPO] como *ter*, *poder* e *ser* são operadores que tomam S como operando, propondo que *operadores verbais tomando S como operando criam um domínio local opaco em que os pronomes são livres*. Observe, agora, que sua generalização inicial é perdida: sempre que tivermos dependência temporal na encaixada, não será possível correferência entre os sujeitos encaixado e principal.² *Nem todos os contextos que possibilitam correferência apresentam "independência temporal", no sentido pretendido pelo autor.*

2.1.2. Conclusão

Nesta seção, pudemos observar que não é possível relacionar as restrições temporais, não-uniformes entre os complementos de predicados de uma mesma classe e de classes

²Meu objetivo, aqui, é apontar para a falta de motivação para a postulação de que tais verbos são operadores verbais: no capítulo 3, voltarei a esses "auxiliares", oferecendo uma explicação alternativa para esses fatos.

diferentes, ao efeito-SDR, que chega a até mesmo não se aplicar em complementos de verbos como *prometer*, que também exibem o mesmo tipo de fenômeno de sequência temporal (cf. (18) acima).

Na próxima seção, tentarei demonstrar que os tempos subjuntivos e indicativos partilham do mesmo comportamento sintático.

2.2. *É mesmo possível falar de dependência temporal?*

Para discutir sobre a dependência temporal existente nos subjuntivos,³ tão apontada na literatura sobre esse tema, precisaremos olhar um pouco para as relações entre o tempo de complementos indicativos e o tempo de suas matrizes: portanto, em um primeiro momento, apresentaremos a sintaxe do tempo, proposta por Stowell (1993a), voltando em seguida para os subjuntivos.

2.2.1. *A sintaxe do tempo (Stowell, 1993)*

Stowell (1993a) propõe que a representação do Tempo (*tense*) na sintaxe seja algo bem mais complexo do que até então tem-se assumido: observando que T(empo) expressa uma relação de ordenação existente entre intervalos de tempo (*time*), o autor motiva o caráter predicativo de T, ou seja, este é também um predicado possuindo *argumentos temporais* (externo e interno). Tomando o tempo passado como ponto de partida, Stowell sugere que sua função semântica primária é localizar temporalmente a denotação de seu argumento-tempo do evento (argumento interno) em relação à denotação de seu argumento-tempo de referência (argumento externo).

O autor aponta que um tratamento dos Ts desse tipo dá conta de duas observações: a de que eles parecem referir-se a localizações particulares no tempo (*time*), ou seja, a intervalos de tempo — que justifica a intuição de que Tempo é uma expressão referencial; T passado em (29) abaixo, por exemplo, parece referir-se a um intervalo de tempo (anterior ao momento de fala) durante o qual João cantou ((29) é o equivalente português de (10) de Stowell, p. 7):

(29) João cantou uma música de Marisa Monte.

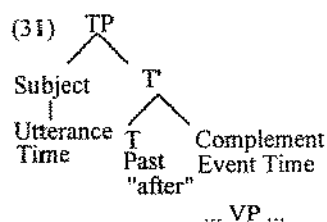
³Deste ponto em diante, quando me referir a “dependência temporal” não estarei falando de algo representado sintaticamente como propõe Raposo (1987), mas apenas a restrições interpretativas, como ficará mais claro abaixo.

A segunda observação, da qual deriva a intuição de que T possui um conteúdo predicativo, diz respeito ao fato de que ele expressa uma relação de ordenamento temporal existente entre intervalos temporais. Em (29), o Tempo passado localiza o intervalo temporal do canto de João como anterior ao tempo de fala; já em (30) abaixo (cf. (11) do autor, p. 7) o T passado da subordinada localiza o tempo do canto de João como anterior ao tempo da ação de *dizer* do Paulo:

(30) Paulo disse que João cantou uma música de Marisa Monte.

A partir de tais considerações, o autor propõe que T-passado significa “depois”, ordenando seus argumentos como segue: “o tempo de referência (argumento externo) é depois do tempo do evento (argumento interno)”.⁴

Ao seguir Zagana (1990), Stowell (1993a) consegue explicar o aparente conteúdo referencial de T — na verdade, são os argumentos temporais do *predicado* T que são categorias referenciais. O autor aponta que, ao lado de T, há outros predicados de ordenação temporal, como as preposições *after* e *before* (*depois* e *antes*, respectivamente), que são, por sua vez, análogas temporais das preposições locativas *on* e *under* (*sobre* e *sob*, respectivamente): “enquanto preposições locativas estabelecem uma relação espacial entre argumentos que denotam indivíduos ou localizações, preposições temporais e Tempos estabelecem uma ordenação entre argumentos que denotam intervalos de tempo ou eventos (situações). Assim, *after* em *ten o' clock is after nine o' clock* nos informa que seu argumento externo (*ten o' clock*) segue seu argumento interno (*nine o' clock*)” (Stowell, 1993a, p. 7). Dessa forma, assim como todas as categorias sintáticas, o núcleo T pode projetar-se em X^{max} :



(Stowell, 1993, p. 8, exemplo (13))

⁴Na verdade, a denotação de T-passado não é tão incontroversa, mas depois de algumas considerações o autor opta pela denotação apresentada acima (cf. a discussão em seu texto, p. 7-9).

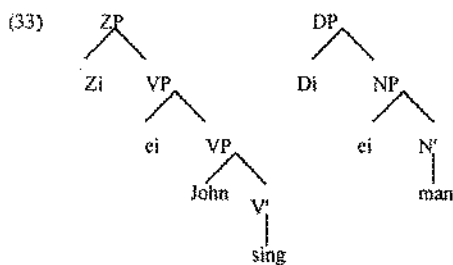
2.2.1.1. Os argumentos temporais

O autor estabelece um paralelo entre as categorias sintáticas representando os dois tipos de expressões referenciais: os *argumentos de denotação temporal* (ele denomina tal categoria de ZP) e os *argumentos que denotam indivíduos*. Em outro estudo (1989), Stowell argumenta que o segundo tipo são DPs — N é uma categoria predicativa análoga a V, enquanto D é uma categoria referencial (propriedade que a habilita *referir*). D (ou Q, em QP) é visto como saturando a posição de argumento externo de NP: na verdade, pode-se supor que D toma um complemento-NP mini-oracional e que D satura NP ligando uma variável em sua posição de sujeito, como em (32) (correspondente a (16) de Stowell, *op. cit.*, p. 10-11):

- (32) [_{DP} The_i [_{NP} e_i man]]
 [_{QP} Every_i [_{NP} e_i man]]

É esta relação de ligação entre *the* e a variável sujeito do NP que origina a interpretação "the/every individual *x* such that (man, *x*)". (Uma alternativa: poder-se-ia assumir que a variável dentro de NP é ligada por [spec, DP] e que uma relação de concordância spec-núcleo se aplica entre D e [spec, DP].)

Se N é um predicado análogo a V, poderíamos assumir que um núcleo referencial ou quantificador análogo a D ou Q (Stowell denomina tal categoria de Z — do alemão *zeit* "tempo"), que seria justamente o núcleo do argumento que denota o tempo do evento, liga o argumento externo de VP — logo, o DP sujeito de VP não seria o verdadeiro argumento externo de VP, mas uma variável-argumento denotador de tempo ligada por Z. Tal argumento-evento sugerido para todos os VPs é uma extensão da postulação por Kratzer (1989), ao estudar os predicados *stage-levels*, de um argumento-evento/argumento de localização espacial-temporal para VPs (*stage-levels*). A posição interna a VP em que esse argumento-evento (a variável-ZP) está é uma posição-A', hierarquicamente superior à posição de estrutura-D do DP sujeito (na concha de Larson (1988), a variável-ZP seria o sujeito do VP mais alto).



(Stowell, 1993, p. 10, exemplo (16))

(Obs.: Stowell assume que e_i pertence à categoria Z, embora nada em sua teoria dependa dessa assunção.)

Fornecendo evidências da sugestão de Partee (1973) de que o tempo possa ser interpretado de forma semelhante à forma da interpretação de pronomes, Stowell nos apresenta (34) e (35) (correspondentes a (18) e (19) do artigo do autor, p. 11) abaixo:

(34) I didn't turn off the stove.

(35) John said that Bill discovered a diamond.

Ambas as sentenças mostram que os tempos (do evento), análogos a NPs e pronomes definidos, podem envolver a *noção de familiaridade pressuposta* (34) — em que o passado parece referir-se a um intervalo de tempo, saliente no discurso, durante o qual o fogão estava ligado —, e podem ser indefinidos e não-específicos (35), análogos aos artigos indefinidos — nem o tempo do dizer nem o de descoberta precisam ser familiares no discurso; (35) fala simplesmente sobre a existência de tempos (passados) em que certas situações se dão. Assim, continua Stowell, é plausível supor que Z é um quantificador existencial temporal, ligando uma variável temporal, o argumento externo de VP. Adicionalmente, (34) e (35) sugerem que Z (núcleo invariavelmente nulo) é ambíguo com respeito à definitude, algo análogo à situação de DPs em línguas como o japonês, que não têm artigos definidos e indefinidos.

Assim como o argumento-evento (ZP), o argumento-tempo de referência possui um equivalente entre os argumentos que denotam indivíduos, propõe Stowell: ele é a instanciação temporal de PRO, chamando-o de PRO-ZP (em oposição a PRO-NP). Dessa forma, assim como a sintaxe de ZP evento é análoga a de um DP referencial, PRO-ZP tem um comportamento igual ao de PRO, sendo um ZP a ele análogo: ambos são regidos pela Teoria do Controle. Assim como PRO-NP recebe sua referência do antecedente c-comandante mais

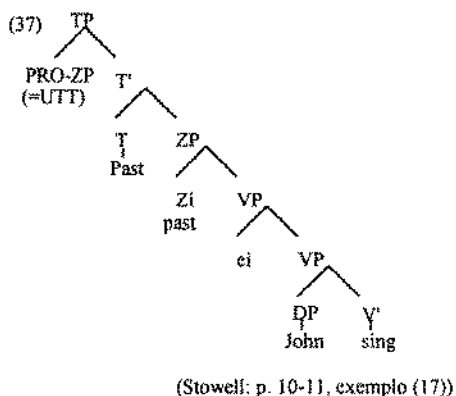
próximo, sendo arbitrário quando não há antecedente disponível, PRO-ZP exibe uma interpretação temporal semelhante:

- (36) João disse [que Paulo chutou a bola.
(equivalente a (1) de Stowell, *op. cit.*, p. 2)

Em (36), PRO-ZP da encaixada comporta-se como um PRO controlado; neste caso, controlado pelo ZP c-comandante mais próximo, o argumento temporal do verbo principal, ou seja, a variável saturada pelo núcleo Z do ZP-evento da principal (e_i em (38)) — tal relação dá origem à *leitura anterior (shifted reading)* do tempo da subordinada em relação ao tempo matriz, ou seja, aquele é fixado a partir deste.

Já no caso do PRO-ZP em orações principais com Tempo passado, na falta de um ZP-controlador, o tempo de referência é igual ao momento de fala (*utterance time*), o predicado Tempo passado (T-passado) ordenando seu tempo de evento em relação a ele.

A seguinte estrutura (parcial) da frase é subjacente, portanto, à discussão precedente:



A seguir, apresentarei, não com muitos detalhes, como o autor explica as relações entre os tempos subordinados e principais a partir da sintaxe do tempo que propõe.

2.2.2. A relação entre os tempos de orações subordinadas e os de suas principais

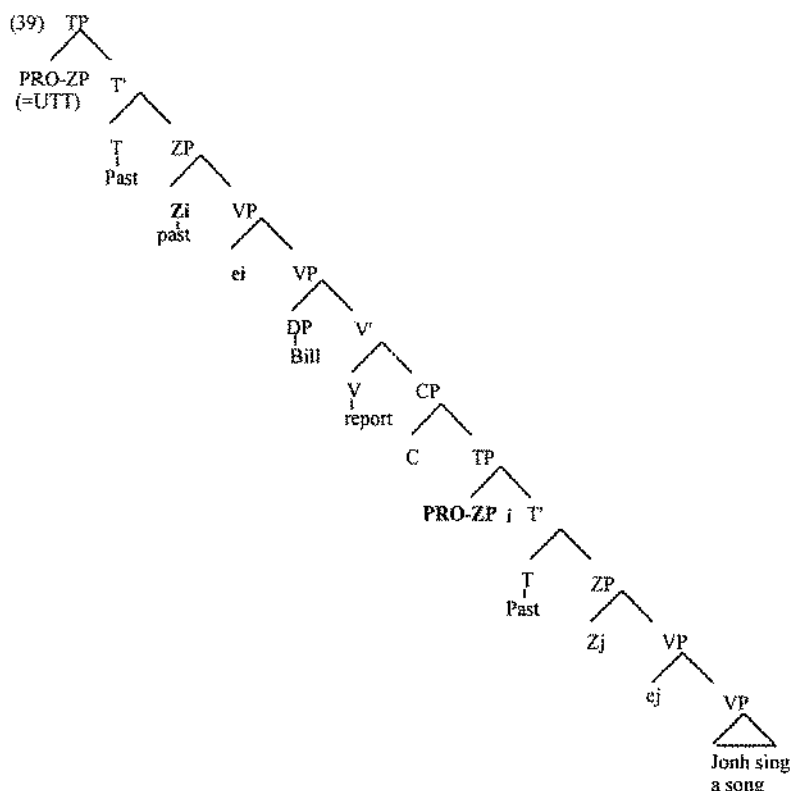
Stowell (1993a) estuda exatamente as diferentes leituras dos tempos encaixados — o que constitui nosso principal interesse aqui, para discutir em seguida os tempos subjuntivos —, apontando para as *leituras simultânea e anterior (simultaneous e shifted*

readings, respectivamente) do tempo passado encaixado sob outro passado, como em (38) abaixo, sendo (38a) a repetição de (30) acima ((38b) é equivalente a (33) de Stowell, p. 21):

- (38) a. Paulo disse que João cantou uma música de Marisa Monte.
 b. João disse que Paulo estava doente.

Nas duas orações acima, é possível interpretar o tempo do complemento como anterior ao tempo da principal (o tempo de *cantar* (35a)/*estar doente* (35b) é anterior ao tempo de *dizer*). Esta interpretação, já referida acima, é a que o autor chama de *leitura anterior*. Adicionalmente, em (40b), é possível uma segunda interpretação (possível apenas com verbos estativos no complemento): ambos os tempos são simultâneos, ou seja, o momento do *estar doente* é simultâneo ao momento em que *João conta* esse fato — sendo esta a *leitura simultânea*.

A primeira, a leitura em que o tempo encaixado é interpretado como anterior ao passado da matriz, é explicada, como já apresentei acima, por se dizer que PRO-ZP encaixado recebe sua interpretação em relação à variável-evento do VP principal, o ZP c-comandante mais próximo, como representado abaixo (cf. estrutura (20) de Stowell, p. 12-13) — observe que ZP-tempo do evento da oração principal não se constitui no ZP c-comandante mais próximo, visto que em vez de c-comandar PRO-ZP encaixado ele o domina, embora a variável temporal e_1 possua a mesma referência de ZP-evento principal visto que o núcleo Z deste liga aquela:



Antes de considerar como é explicada a *leitura simultânea*, é preciso apresentar a distinção, já presente na árvore acima, que Stowell faz entre Passado e passado morfológico — como se vê na árvore *Passado* corresponde a T, o *predicado*, enquanto o *passado morfológico* corresponde ao núcleo Z de ZP, *argumento interno* de T:

Sua distinção é estabelecida a partir de três considerações:

1) A explicação clássica para sentenças como (38b) é baseada na regra de seqüência temporal (*sequence-of-tense (SOT) rule*) (regra-SOT), que substitui um Tempo presente (morfológico) de uma oração complemento cuja matriz possui um Tempo passado por um passado (morfológico): como no modelo da época a interpretação semântica se dava a partir da estrutura-D, a regra-SOT se dava no caminho da estrutura-D para a estrutura-S, sendo o Tempo subordinado expresso morfolologicamente no passado, mas interpretado como presente, ou seja, simultâneo ao passado matriz. Em um quadro como o de Princípios e Parâmetros, tal regra teria que ser reformulada, assegurando a *leitura simultânea* por se dizer que um passado morfológico numa completiva pode corresponder a um presente em LF, se um passado ocorrer na principal (ou por se postular que a regra-SOT se dá entre estrutura-S e PF; ou por se dizer que haveria Passado até estrutura-S, opcionalmente substituído na derivação de LF).

Analisando o Tempo presente como um predicado temporal que, assim como o Passado, possui argumentos temporais, sendo interpretado como um predicado de simultaneidade ou “containment”, estabelecendo uma relação de simultaneidade do argumento de tempo de referência (PRO-ZP) em relação ao tempo do evento (ZP), a sintaxe do tempo proposta por Stowell incorporaria sem problemas a reformulação da regra-SOT, assumindo-se que a leitura simultânea de (38b) resultaria da presença de um T presente (não um T passado): “o momento de fala segue um tempo *t* tal que João diz em *t* que *t* é simultâneo ao tempo *t'* tal que Paulo está doente em *t'*”. — No entanto, diz o autor, isso não implica que a análise baseada na regra-SOT esteja correta.

2) Como Enç (1987) mostra, a regra-SOT é arbitrária: nunca um Tempo presente é analisado como Passado quando ocorre sob um Tempo presente na matriz, mesmo que uma regra tal seja paralela à SOT. Adicionalmente, a regra-SOT não dá conta de (40) (equivalente a (34), p. 23, de Stowell):

(40) João disse que Paulo está doente.

A frase acima seria agramatical se a regra-SOT fosse obrigatória; ou seria sinônima de (38b), se opcional — no entanto, nenhuma das duas alternativas se dá: na verdade, em (40), temos a *leitura com duplo acesso*, ou seja, o intervalo temporal da doença de Paulo é um intervalo, ininterrupto, incluindo tanto o momento de fala quanto o tempo do evento matriz (o tempo da ação de *dizer*, de João).

Já que Stowell parte da análise de Enç (1987), é preciso apresentá-la um pouco, embora não vá entrar em maiores detalhes: em seu quadro, COMP possui opcionalmente um índice temporal, que serve de âncora para a interpretação do tempo do evento.⁵ No caso da leitura anterior, o índice temporal do COMP encaixado é correferente com o tempo do evento da principal e, sendo o Tempo encaixado passado, deverá ser anterior ao tempo denotado pelo COMP subordinado (logo, anterior ao tempo do evento matriz); já no caso da leitura simultânea, o COMP encaixado não possui índice, e o Tempo passado da subordinada (realmente analisado como passado por Enç) ancora-se diretamente no tempo do evento

⁵Enç sugere o termo “ancoramento” de tempos (ela sugere um princípio de que todo tempo deve ser ancorado) para deixar claro que, embora os tempos sejam elementos dependentes, os princípios que os regem são diferentes dos que regem anáforas e pronomes; porém, quero ressaltar que *ancoramento* é uma noção muito próxima à de *ligação*.

principal, ambos — o passado principal e o passado subordinado — sendo interpretados como anteriores ao Tempo de fala (representado pelo índice temporal do COMP principal), ou seja, como denotando um tempo anterior ao Tempo de fala compartilhado — a relação de ancoramento entre os dois assegura, por sua vez, que eles denotem o mesmo intervalo temporal.

Stowell aponta que sua teoria também poderia facilmente incorporar a análise de Enç, cuja assunção fundamental é que passado sempre significa passado, por se assumir que sempre que o argumento interno (ZP) de um predicado temporal ligar o argumento interno de outro predicado temporal, deve haver uma relação de ligação paralela entre os argumentos externos (tempo de referência) de ambos os predicados temporais.

3) Porém, uma terceira consideração faz Stowell⁶ não adotar essa última análise: Abusch (1988) mostra que a teoria de Enç não dá conta de outros exemplos envolvendo efeitos da regra-SOT, como sentenças envolvendo uma interpretação simultânea passada, em que o tempo do evento em questão não é interpretado como predito por Enç, especificamente, como um tempo anterior a um tempo de referência (o tempo de fala) associado a um outro tempo da oração:

(41) O João me disse (ontem) que ia dizer a sua mãe (no almoço de amanhã) que estavam tendo o último almoço deles juntos.

(equivalente de (35), p. 24, de Stowell)

Para Enç, tanto o passado em *ia* como aquele em *estavam* deveriam introduzir um tempo de evento precedendo algum tempo de referência. Porém, na interpretação simultânea de *estavam* em relação a *dizer* da primeira subordinada, o tempo de *comer* coincide com o de *dizer* (na hora do almoço de amanhã) mas não precede nenhum outro intervalo temporal.

Stowell não quer voltar a uma análise envolvendo a regra-SOT, estipulativa, como o faz Abusch. Aponta que é desejável continuar a manter uma caracterização, sintática e semântica, do passado, como sugere Enç: porém, propõe que não se deve basear a análise semântica do passado nas orações principais (que de fato indicam que passado significa Passado), mas em suas ocorrências em orações subordinadas, especificamente nos casos mais extremos de leitura simultânea, como (41), “em que o passado parece referir-se a um intervalo de tempo

⁶Na verdade, Stowell faz algumas considerações indicando algumas consequências teóricas indesejáveis do quadro de Enç (1987) — confira sua discussão nas páginas 13-14, 25 e 26 de seu texto.

que não está no passado em relação a nenhum outro intervalo temporal representado na oração” (Stowell, 1993a, p. 25) — ou seja, nesses casos, passado não significa Passado. Assim, o autor parte da assunção de que passado nunca significa Passado, para conseguir manter a idéia (já presente em Enç) de que passado sempre significa a mesma coisa (cf. sua discussão na p. 25).

Para então responder porque passado geralmente parece significar Passado, Stowell reflete sobre (42) e (43) abaixo (equivalentes a seus (36) e (37), p. 25):

(42) João achou que Paulo estava doente.

(43) a. João acha que Paulo estava doente.

b. João acha que Paulo está doente.

— Em (42), a oração principal de fato possui um Passado verdadeiro, o que fica claro a partir de sua interpretação: o momento de fala segue o tempo do evento de João *achar*. Assim, ele assume que há um T passado na matriz de (42), mas que a morfologia de passado não se constitui em sua expressão.

— A interpretação do passado da completiva em (42) é ambígua: na *leitura anterior*, precisa haver um T passado na oração completiva, com seu PRO-ZP controlado pelo tempo-evento da matriz — como na matriz, Passado e passado co-ocorrem; já na *leitura simultânea*, como mostrado inambiguamente por (41) acima, não há T passado na oração complemento.

— Em (43), a matriz não possui T passado, como a interpretação deixa claro: a leitura simultânea só é possível se houver também presente na subordinada (43b), trocando *estava* por *está*, ou seja, passado só é possível se houver Passado na mesma oração (como no caso da matriz ou da completiva de (42) na leitura anterior) ou numa oração superior (como na completiva de (42) em sua leitura simultânea).

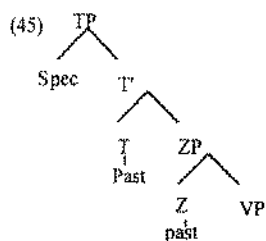
Essa generalização, diz Stowell, pode ser expressa em termos de c-comando, se se assumir que Passado c-comanda o passado morfológico quando co-ocorrem na mesma oração:

(44) past must be c-commanded by Past.

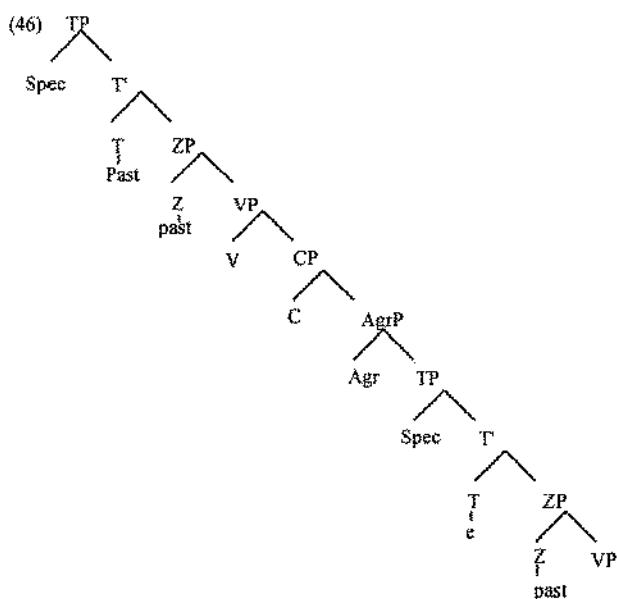
(Stowell, 1993a, (38), p. 26)

A partir, então, dessas considerações, o autor chega à representação já expressa em (39) acima: o passado morfológico é a expressão do núcleo Z-tempo do evento (o fato de que

passado morfológico em geral aparece afixado ao verbo parece indicar que se trata mesmo de um núcleo pelo qual o verbo passa ao se mover) e precisa ser c-comandado por T:



A oração matriz em (42) tem a estrutura (45). Já a completiva de (42) tem um passado morfológico que pode ser licenciado de duas maneiras, respeitando (44): ou ela possui um T passado, que origina a leitura anterior, licenciando o passado morfológico (cf. (39) acima); ou não possui um T passado, e seu passado morfológico é licenciado pelo T passado da matriz (que também licencia o da matriz), originando a leitura simultânea (cf. (38b)):



(estrutura (40), p. 26)

Embora T encaixado seja representado como vazio na estrutura acima, em seu texto, Stowell diz que isso não é necessário: pode-se ou se assumir que a projeção inteira de T é ausente em orações desse tipo; ou que T encaixado é Presente, originando a leitura simultânea.

A segunda alternativa, assumida pelo autor, nos leva aos dois princípios assumidos como primitivos diferenciando o presente e o passado morfológicos:

- (47) a. past must be c-commanded by Past. (= (44))
 b. present may not be c-commanded by Past.
 (seu (41), p. 27)

(47), argumenta Stowell, pode ser visto naturalmente, novamente a partir dos correlatos nominais *some* e *any* (*algum* e *nenhum*, respectivamente): assim como passado e presente alternam de acordo com sua relação estrutural com Negação ou outro gatilhador de polaridade do tipo discutido na literatura:

- (48) a. *any* must be c-commanded by Negation (or other Polarity trigger)
 b. *some* may not be c-commanded by Negation (or other Polarity trigger)

A partir dessa correspondência, portanto, o autor caracteriza Passado (o T predicado de passado, salientamos) como um gatilhador de polaridade temporal (*temporal polarity trigger*), e o passado e o presente morfológicos como item de polaridade passada (*Past Polarity Item* — PPI) e item de anti-polaridade passada (*anti-PPI*), respectivamente — para atribuir aos dois pares um estatuto teórico paralelo, o autor nomeia *any* e *some* da mesma maneira: respectivamente, item de polaridade negativa (*negative polarity item* — NPI), como tradicionalmente, e item de anti-polaridade negativa — anti-NPI (*anti-negative polarity item*), tradicionalmente referido como item de polaridade positiva (*positive polarity item*). Ou seja, nos dois pares, o item de polaridade precisa estar sob o escopo do respectivo gatilhador de polaridade, enquanto o item não-polar precisa, para ser licenciado, não ocorrer sob o escopo dos mesmos gatilhadores.

Tal raciocínio explica parcialmente a interpretação de (40), repetida abaixo:

- (40) João disse que Paulo está doente.

A leitura com duplo acesso apresenta duas facetas: o acesso ao momento de fala e a referência ao tempo do evento matriz, ambos os intervalos incluídos no intervalo temporal em que João está doente. Como um Presente não pode ser c-comandado por um Passado, o complemento (ou TP encaixado) sofre QR. Movido, PRO-ZP (argumento externo de T encaixado) tem acesso ao momento de fala. Para explicar a referência adicional ao tempo do evento matriz, Stowell propõe (49) abaixo:

(49) If a complement clause CP* is extracted by (*de re*-type) QR, then an identical copy of CP* is left *in situ*.

(Stowell, (47), p. 30)

PRO-ZP (argumento externo do T encaixado) da cópia do complemento, portanto, é controlado pelo tempo do evento matriz; como os intervalos têm que ser contínuos, o intervalo denotado por Presente encaixado é a “combinação” de suas duas referências (na posição extraposta, o momento de fala; *in situ*, o tempo do evento matriz), ou seja, o intervalo contido entre os dois intervalos referidos separadamente, sendo explicada assim a interpretação de (40).⁷

2.2.3. Os tempos subjuntivos

Nesta subseção, irei voltar-me para o comportamento dos tempos subjuntivos. Como ficou dito acima (seção 2.1), embora sejam encontradas restrições temporais sobre os tempos subjuntivos encaixados, estas não são nem um pouco uniformes — mesmo entre verbos de uma mesma classe semântica.

Ao lado disso, há as diferentes interpretações dos tempos apontadas por Stowell (1993a), apresentadas acima. É importante ressaltar que mesmo os tempos dos complementos indicativos apresentam interpretações em que são lidos como “dependentes” do tempo da principal, ou seja, é apenas em relação ao tempo da principal que se definem duas das leituras acima aludidas — o tempo encaixado é *simultâneo* ou *anterior* ao tempo principal: concluímos, desse modo, que a dependência temporal encontrada no subjuntivo não é algo tão específico deste contexto. Juntamente com Kempchinsky (1986), ressaltamos que *todos* os tempos encaixados mantêm uma relação com o tempo matriz⁸ — logo, não podemos contar com a oposição dependência/independência temporal para distinguir as orações indicativas das subjuntivas.

Mantendo essa conclusão em mente, observemos as leituras disponíveis para os subjuntivos:

⁷Stowell motiva (49), que dá conta de (40), combinando o tratamento dado à interpretação simultânea de (38b) e (42) com aquele dado a orações relativas, que apresentam uma *leitura independente* de seu tempo de referência (PRO-ZP). Aqui não apresentarei a análise dessa leitura, dizendo apenas que esta envolve sempre QR do DP contendo a relativa, de modo que PRO-ZP do T da relativa nunca é controlado pelo tempo do evento da principal, sempre referindo ao momento de fala.

⁸Stowell (1993a) aponta para o fato de que mesmo a interpretação temporal das orações relativas *pode* depender do tempo principal (cf. p. 14-21 de seu texto).

Para começar, retomarei (14) acima, que aqui repito:

- (14) a. O João *duvida* que eles estejam/estivessem realmente doentes.
 b. O João *duvidava* que eles **esteam*/estivessem realmente doentes.
 c. O João *duvidou* que eles estejam/estivessem realmente doentes.

Como dito quando introduzi tais orações, *duvidar*, que na classificação de Raposo (1987) constitui-se em um predicado epistêmico — e, portanto, deveria apresentar total “independência temporal” —, não permite presente do subjuntivo quando flexionado no pretérito imperfeito, ou seja, nos termos de Stowell (1993a), não permite que PRO-ZP encaixado refira diretamente ao momento de fala (14b), algo permitido em (14a), em que encontramos um presente encaixado simultâneo ao presente principal, e em (14c), cuja interpretação do presente encaixado exibe duplo acesso, sendo um deles o acesso direto ao momento fala. Ratifico a possibilidade da leitura simultânea em (14a), apresentando abaixo equivalentes em português dos exemplos de Kempchinsky (1986: (62), p. 69) para o espanhol (veja também que a versão de (14b) com passado também carrega uma leitura simultânea):

- (50) a. Neste momento Ana *duvida* que possa terminar o projeto a tempo.
 b. Mesmo no meio da crise não nos demos conta que o presidente tivesse tão pouco apoio do povo.
 c. Me alegro muito que você tenha uma bolsa este semestre.

Passemos à possibilidade, em (14c), de o presente encaixado exibir acesso direto ao momento de fala: na verdade este é um comportamento obrigatório do presente encaixado sob um Passado, seja este presente indicativo ou subjuntivo — lembre que o tratamento de Stowell do presente como um anti-PPI o força a escapar do c-comando de um T-passado, o que explica porque em (14b) não pode haver presente na encaixada, visto que ocorreria incompatibilidade de interpretação semântico-temporal, a que voltaremos em seguida. Que o acesso do presente ao momento de fala é obrigatório pode ser observado no contraste abaixo com o verbo *ordenar* (verbo de influência, ou *deôntico*) (exemplos baseados nos equivalentes em espanhol de Hualde (1986), *apud* Kempchinsky, 1986: (73) e (74), p. 72):

- (51) O general ordenou que destruíssemos a cidade
 (i) ... e a destruímos.
 (ii) ... e vamos destruí-la.

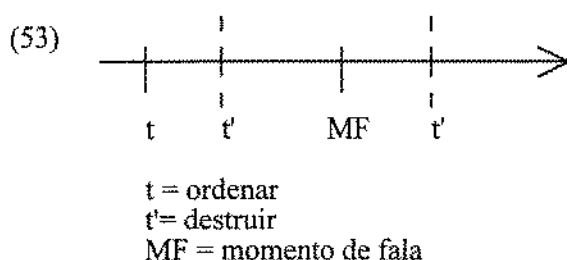
(52) O general ordenou que destruamos a cidade

(i) *... e a destruimos.

(ii) ... e vamos destruí-la.

A única diferença de interpretação entre (52) e (14c) é que o presente subjuntivo nesta última é interpretado como um tempo presente simultâneo ao momento de fala (além do acesso ao tempo do evento matriz), enquanto em (52) ele recebe uma leitura futura, mas um futuro em relação ao momento de fala, não ao tempo do evento matriz. Ou seja, ambos acessam obrigatoriamente o momento de fala.

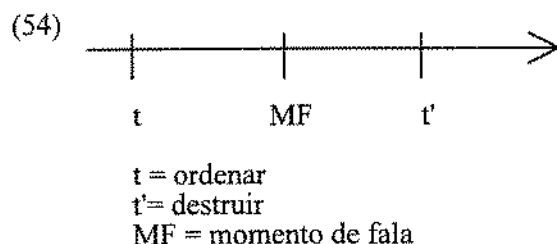
Por outro lado, contrastando (52) com (51), vemos que o presente parece poder ser interpretado apenas em relação ao momento de fala, como Kempchinsky já apontava. Tentando explicar tal observação dentro do quadro de Stowell (1993a), precisamos também observar que ambas as orações têm seu T-encaixado com uma interpretação de futuro. Assim, partamos da assunção de que T-encaixado tanto em (51) como em (52) é Futuro, predicado este caracterizado por Stowell (1993b)⁹ como significando “antes”, ordenando seus argumentos da seguinte maneira: “o tempo de referência (PRO-ZP) é antes do tempo do evento (ZP)”. Agora vejamos: PRO-ZP encaixado em (52), em sua posição *in situ* é controlado pela variável-argumento temporal de V principal, sendo correferente com o tempo do evento principal (de *ordenar*, um intervalo temporal anterior ao momento de fala). Assim, T-encaixado, em sua posição *in situ*, ordena seus argumentos da seguinte forma: “o tempo de referência (que é simultâneo ao tempo do evento matriz) está localizado antes de um tempo *t* em que nós destruimos a cidade”. Considerando apenas esta interpretação de T encaixado, a sentença inteira seria interpretada como segue: “o momento de fala segue um tempo *t* — por sua vez localizado antes do tempo *t'* em que destruimos a cidade — em que o general dá uma ordem de destruição da cidade”. Tal interpretação pode ser vista na figura abaixo:



⁹Na verdade, Stowell propõe que T só possa ter dois valores: Presente ou Passado. Quando o autor fala do tempo futuro sempre fala do modal *will*.

Em primeiro lugar, quero chamar a atenção para o fato de que na interpretação originada da ordenação de T-encaixado não é determinado se t' (o intervalo temporal de *destruir*) está localizado antes ou depois do momento de fala, o que representei acima com linhas pontilhadas, colocando t' tanto antes como depois de MF.

Como se vê, ainda não chegamos à interpretação que (52) de fato exhibe. Lembremos, então, que um presente (morfológico) não pode ser c-comandado por um Passado, segundo (47) acima: para evitar tal c-comando, CP complemento é movido para uma posição de adjunção a TP principal, como propõe Stowell, deixando uma cópia cujo T ordenará seus argumentos exatamente como expus acima. Já na posição extraposta, T encaixado dá origem à seguinte interpretação temporal de seus argumentos: “o momento de fala está localizado antes de um tempo t' em que nós destruimos a cidade”; enquanto a oração inteira recebe a seguinte interpretação: “o momento de fala está localizado antes de um tempo t' em que nós destruimos a cidade e segue um tempo t em que o general dá uma ordem de destruição da cidade”, representada na figura abaixo:



Agora, observe que essa segunda interpretação impõe que o tempo do evento encaixado, *destruir*, seja posterior ao momento de fala, o que é decisivo, já que em (53) este não estava ordenado em relação ao momento de fala. Dessa forma, na interpretação final de (52), a inaceitabilidade da continuação (i) se deverá exatamente à contradição que resultaria em relação a essa imposição, ou seja, seria necessário que o evento matriz antecederesse o momento de fala.

Voltando agora ao contraste entre (51) e (52), podemos notar que em (51) não há necessidade de que o CP complemento seja extraposto; pelo contrário, sendo T encaixado Futuro, o passado morfológico subjuntivo precisa ser c-comandado pelo Passado matriz. Nessa leitura, como já foi apresentado, o tempo do evento de *destruir* não é ordenado em relação ao momento de fala (cf. (53) acima). Assim, tanto a continuação (i), que resulta de

uma leitura em que o evento encaixado é localizado antes do momento de fala, como a continuação (ii), em que é localizado depois do momento de fala, são possíveis.

Em suma, voltando à diferença entre (52) e (14c), esta se reduz a seus diferentes Ts — nesta um T-encaixado futuro, e naquela um T-encaixado presente: em ambos os casos, no entanto, o momento de fala é crucial para a referência de PRO-ZP encaixado. É exatamente a presença de um T-presente em (14c) que impõe uma interpretação diferente da de (52): como Stowell mesmo comenta, ao analisar a leitura com duplo acesso do presente indicativo (cf. (40) acima, (49) e a discussão em torno desta leitura), é a existência de uma restrição interpretativa de que os intervalos temporais denotados pelas categorias referenciais temporais (ZPs) sejam contínuos que obriga um Presente com duplo acesso a denotar o intervalo contido entre os dois intervalos referidos separadamente (a partir de sua relação com PRO-ZP, consideradas as duas posições do complemento, *in situ* e na posição depois de extraído).

A discussão acima parece deixar claro que, embora noções e mecanismos sintáticos entrem em jogo na explicação das leituras possíveis, no final das contas, restrições interpretativas impedirão certas combinações temporais. Sintaticamente, nada impediria, por exemplo, que T-encaixado em (52) fosse Presente, porém, faz parte do sentido de *ordenar* (assim como de outros verbos, como dos volitivos, aos quais retornaremos abaixo) que a ação descrita em seu complemento seja algo ainda não-realizado, como dito acima. Ou seja, como Raposo (1987) apontava, e Zaring (1985) concordava, de fato esses verbos impõem uma leitura futura, subsequente ao tempo do evento matriz, sobre os tempos de seus complementos. Porém, não precisamos dizer que tais verbos selecionam um complemento com um quadro temporal dependente daquele de sua principal, mas apenas relacionar a imposição de leitura futura ao sentido do verbo principal.

Para ainda falar sobre as restrições interpretativas, voltemos ao caso de (14b). Acima falei de incompatibilidade semântico-temporal; vejamos isso: observe que, contrastando (14b) e (14c), de imediato podemos ver que é o aspecto imperfectivo em (14b) que traz problemas para a interpretação.¹⁰ Como diz Stowell (1993a), tradicionalmente se distingue tempo e aspecto por se dizer que “o aspecto opera na estrutura interna de um evento, enquanto um tempo fornece simplesmente uma localização temporal para o evento como um todo” (p.

¹⁰Atualmente não possuo conhecimento suficiente sobre nenhuma teoria sintática sobre o aspecto, embora tenha visto muitos na literatura adotarem Asp(ecto) como categoria sintática, sendo este o motivo porque o trato aqui como algo fora da sintaxe.

34).¹¹ Stowell exemplifica isso ((55) abaixo) com o progressivo junto com o T-passado, que resulta numa interpretação em que uma determinada subparte do evento (de *construir* em (55)) é localizada num intervalo temporal no passado:

(55) John was building a house last year.

Vendo o aspecto dessa forma, pensemos no imperfeito como indicando uma certa duração de um evento, ou seja, em oposição ao perfectivo, como se faz tradicionalmente, que indica uma ação no passado, acabada, contrária à noção de duração (ver Castilho (1968), que defende tal caracterização do aspecto). Nesse sentido, o imperfeito pega uma subparte de um dado evento passado e mostra sua duração ou desenvolvimento, como no exemplo (56a) abaixo, em oposição a (56b), que simplesmente indica um evento passado:

- (56) a. João fazia natação às terças e quintas.
b. João fez natação no colegial.

O imperfeito no exemplo (56a) ainda parece carregar um sentido habitual, genérico, *podendo* ser parafraseado com o verbo *costumar* (observe que não estou dizendo que essa é uma paráfrase obrigatória). Por exemplo, (57a) pode ser uma paráfrase de (56a), mas (57b) não se constitui em paráfrase de (56b):

- (57) a. João costumava fazer natação às terças e quintas.
b. João costumava fazer natação no colegial.

Não refletirei mais sobre a semântica do imperfeito — o aspecto, como se sabe, constitui-se numa categoria lingüística bastante complexa, e eu correria o risco de cometer equívocos por falta da leitura da literatura sobre o tema: aqui, talvez já tenha conseguido apontar que, se o imperfeito carrega obrigatoriamente a indicação de um evento passado em seu desenvolvimento, podendo até mesmo carregar uma leitura habitual passada, parece incompatível com um presente, como seria o caso em (14b), que por sua vez, quando encaixado sob um Passado, precisa ele próprio abranger um intervalo temporal contínuo entre

¹¹O autor na verdade faz uma crítica a essa visão do aspecto, apontando que ela não caracteriza muito bem o tradicionalmente considerado aspectual *have (ter)*, por ele considerado um predicado de Tempo passado. Remeto o leitor ao texto de Stowell (p. 34) para uma discussão maior. No texto que segue abaixo, no entanto, usarei essa visão tradicional sobre o aspecto, já que no que diz respeito ao ponto que quero discutir ela parece suficiente para esclarecê-lo.

dois pontos temporais, a partir de um ponto no passado até o momento de fala (já que obrigatoriamente acessa o momento de fala). Nesse sentido, o evento descrito por um imperfectivo — visto que este denota uma ação em sua duração ou desenvolvimento — precisa estar associado (quando associado, como em (14b) na versão com subjuntivo passado) a um outro evento cujo intervalo temporal está contido ou é simultâneo a ele. Já no caso de (14c), em que o tempo do evento matriz carrega uma semântica aspectual perfectiva, não temos este problema, já que o perfeito indica uma ação considerando seu término, sendo coerente com sua semântica relacioná-lo a um outro evento (no passado) que por sua vez continuou se realizando até o presente.

Que devemos tomar as restrições interpretativas como a explicação de casos como esses é evidenciado pelo fato de que às vezes é possível driblar até mesmo o sentido de verbos como *querer*, mas não de verbos como *ordenar*, visto que em complementos de verbos como *querer*, não há de fato a necessidade de alguém agir sobre uma segunda entidade para produzir a realização do evento do complemento, partilhando com *ordenar* apenas a propriedade de não ter valor de verdade, nem asserido nem pressuposto. Nesse sentido, nos termos de Zaring (1985) apenas nos complementos de verbos como *ordenar* encontramos de fato aquela relação *instigador-instigado* (algo mais que nos impede de tentar atribuir um traço nos itens lexicais para dar conta do efeito-SDR). Observe que em (58) abaixo, o presente em *tenha* acessa obrigatoriamente o momento de fala, de certa forma respeitando a seqüência temporal, mas o complexo *tenha lido* carrega o valor [+passado], apenas os complementos de *querer* suportando isso:¹²

- (58) a. Eu quero/desejo que a Maria tenha lido esse livro ontem.
 b. Eu quero/desejo que a Maria tenha chegado a tempo.
 c. *Eu ordeno que a Maria tenha lido esse livro ontem.
 d. *Eu ordeno que a Maria tenha chegado a tempo.

Em termos de caracterização pragmática do que ocorre com os complementos acima, podemos dizer que apenas o ato ilocucionário de *ordenar* tem como condição de felicidade que a ação contida em seu conteúdo proposicional (a proposição complemento) não possa ser

¹²Agradeço a Eduardo Raposo, quem me chamou a atenção para os exemplos (58a-b). Abstrairei aqui da observação de que o significado dos verbos *querer* ou *desejar*, nessas orações, aproxima-se bastante do de *esperar* (factivo não-emotivo).

uma já realizada, não podendo ser obtida no momento nem antes do momento de fala como Rajagopalan (1983a, p. 34) já o caracterizava.

Adicionalmente, a sequência contrária, [+pas., -pas.] é possível quando há contexto adicional (devo (59a) a Kempchinsky, (67), p. 71, que o apresenta em espanhol), desde que se trate de um pretérito imperfeito — observe que aqui de novo entra em jogo o aspecto verbal; porém, de maneira inversa ao que acontece em (14b), o verbo matriz não pode ser flexionado no perfeito:

- (59) a. Eu desejava que você participe do grupo, e continuo desejando.
 b. Eu desejei que você participasse/*participe do grupo, mas não desejo mais.

Se se assumir, como o faz Raposo (1987), que verbos volitivos e de influência s-selecionam um COMP sem [+TEMPO], ou seja, um complemento com um quadro temporal sintaticamente dependente do da principal, não há como explicar a aceitabilidade das orações acima; por outro lado, se atribuirmos tais fenômenos à interpretação semântico-pragmática, que deve ser coerente com o significado do verbo, conseguimos explicar os fatos em (58) a (59).

Finalmente, apresento abaixo a *leitura futura* do presente do subjuntivo (60) (apresentado em espanhol por Kempchinsky, *op. cit.*, (63), p. 69):

- (42) Os políticos duvidam que o partido democrático ganhe as eleições no ano 2000.

Aqui, temos que o presente subjuntivo é interpretado como futuro, mas não como algo obrigatório como no caso de complementos de verbos volitivos, como foi visto através de (14a,c)

2.2.3.1. Conclusão

Podemos dizer, neste momento, depois da apresentação dos dados acima, que os subjuntivos de fato possuem o mesmo comportamento, pelo menos em termos sintáticos, dos tempos indicativos: tanto o presente indicativo como o subjuntivo, por exemplo, precisam remeter ao momento de fala, por se comportarem como um anti-PPI, ambos precisando “escapar” do c-comando de um T passado, o que é conseguido através da aplicação de QR sobre o CP que o contém. Dessa característica do presente, decorre a possibilidade de uma

leitura com duplo acesso, seja ele indicativo ou subjuntivo (cf. (14c)), quando encaixado sob um passado. O presente subjuntivo, ainda como o indicativo, apresenta também a leitura simultânea (cf. (14a)), leitura esta também realizada por um passado subjuntivo quando a principal tem um T-passado, como visto em (14b) como resultado da existência de um T-presente na encaixada (tradicionalmente explicada pela regra-SOT).

Preciso dizer aqui que no capítulo seguinte oferecerei uma proposta de análise dos fenômenos de extração (QU e de itens polares) e do efeito-SDR que parece indicar que os movimentos de CPs-complemento neste capítulo utilizados para explicar a interpretação dos tempos subordinados são motivados por traços caracterizando os próprios núcleos COMP. No entanto, no capítulo 3, não tentarei articular as análises dos dois conjuntos de fenômenos, deixando essa articulação para um futuro estudo.

LIGAÇÃO NÃO-SELETIVA DE SUBJUNTIVOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA GRAMÁTICA

3.1. *A distribuição dos subjuntivos — alguma Semântica*

Nesta seção, apresento a análise semântica de Marques (1995) para a distribuição tanto do modo indicativo como do subjuntivo no Português Europeu (PE), comparando-a com a distribuição destes no PB, mostrando como sua análise pode ser levemente modificada para dar conta dos fatos nesta última língua. A discussão a ser feita aqui — especificamente, sobre a denotação e interpretação dos dois modos — servirá de base para a minha proposta sintática, na próxima subseção, de “licenciamento” do modo subjuntivo, que adotará e adaptará algumas das idéias de Manzini (1994) e Marques (1995), enfatizando o papel das estruturas sintáticas veiculando as interpretações a serem expostas abaixo.

A análise de Marques (*op. cit.*) parte da hipótese de que os modos indicativo e subjuntivo marcam diferentes *valores semânticos*, por sua vez associados a *diferentes valores modais*: enquanto o indicativo expressa unicamente as modalidades *epistêmica* (que inclui conhecimento e crença na verdade do complemento, por alguma entidade) e *deôntica* (modalidade do *dever/obrigação*), o subjuntivo expressa todas as outras modalidades restantes, partilhando com o indicativo os valores normalmente por ele marcados, mas expressando apenas seus valores denotativos fracos. Em outras palavras, o autor traça uma correspondência entre o sistema de valores modais (atitudes proposicionais dos verbos) e o sistema de modos: apenas verbos que indicam uma atitude de conhecimento ou de crença forte selecionarão o indicativo, já que ele caracteriza este modo como aquele que indica que a proposição complemento é verdadeira para alguma entidade; ficando o subjuntivo com os verbos restantes. Um exemplo concreto desse quadro pode ser visto com verbos como *acreditar*, ambíguo quando não modificado por elementos lexicais. Veja primeiro exemplos em que há tais modificadores adverbiais:

(01) Apolícia acredita *sinceramente* que ele fugiu para o estrangeiro. (=115b))

(02) Acredito *pouco* que ele tenha saído do país. (=119a))

Esse par é caracterizado por Marques da seguinte maneira: em (01), *acreditar* denota uma atitude (proposicional) epistêmica, de *crença forte*, o que é explicitado pelo advérbio *sinceramente*, já em (02) temos uma *crença fraca* — como dito, o subjuntivo é selecionado quando o verbo não denota conhecimento ou crença forte, o que acontece em (02); e em (01), por haver crença forte, temos o indicativo.

Diferentes de (01) e (02) acima, (03) e (04) abaixo apresentam apenas o modo do complemento assegurando a interpretação de *acreditar* indicando crenças forte e fraca, respectivamente:

(03) Ela acredita que as flores *são* a causa da alergia.

(04) Ela acredita que as flores *sejam* a causa da alergia.

(De Faria (1974), *apud* Marques, *op. cit.*, p. 83)

Salientando, então, o já dito: um verbo, por exemplo, que indique conhecimento por alguma entidade da verdade da proposição complemento selecionará um complemento expresso no indicativo, modo que indica que a proposição complemento é verdadeira para alguma entidade. Com essa correspondência (sistema de valores modais x sistema dos modos) em mente, passemos à apresentação da análise de Marques.

CONTEXTOS EM QUE APARECE O INDICATIVO:

Verbos como *descobrir* e *saber* indicam uma atitude de conhecimento tanto do sujeito da oração principal quanto do enunciador em relação à verdade do complemento:

(05) Ele descobriu que a Ana está em Paris. (=111), p. 77)

(06) O João sabe que a rapariga diz a verdade. (=62a), p. 25)

Verbos como *achar*, *dizer*, *imaginar* e *prometer* indicam uma atitude de crença do sujeito principal na verdade do complemento:

(07) Ele acha que a Maria está doente.

(08) O João disse que a Maria está doente. (=110), p. 74)

(09) Ele imaginou que o filho conseguiria se sair bem.¹

¹Marques (cf. p. 73) justifica o tratamento de *imaginar* como epistêmico adaptando a proposta de Farkas (1992) de que tais verbos remetem a um único mundo possível ancorado ao sujeito da principal. Marques propõe, então, que verbos desse tipo, chamados "verbos de ficção", indicam crença na verdade do complemento, embora o objeto da crença esteja situado num mundo possível que não coincide com o real.

(10) Ele prometeu que sairia antes das cinco horas. (= (139), p. 95)

Aqui é importante ressaltar a motivação de Marques para a caracterização de *dizer* (verbo declarativo) e *prometer* (verbo deôntico) como predicados que indicam crença por parte de seus sujeitos na verdade de seus complementos:

No caso de *dizer*, Marques, seguindo Heim (1982), considera o conceito de *asserção* ligado ao de *conhecimento partilhado* (conjunto de proposições assumidas como verdadeiras pelos participantes de uma interação discursiva) — nesse sentido, uma asserção é tratada como contendo uma nova proposição a ser acrescentada ao conhecimento partilhado, desde que o falante que a produz se comprometa com sua verdade e seus interlocutores aceitem tal verdade. Assumir tal definição de *asserção* — o que também assumirei neste estudo — o habilita a também adotar a visão de Farkas (1992), *apud* Marques (p. 55-61), que estende esse tratamento aos verbos declarativos, sugerindo que eles identificam um ato de fala declarativo cujo agente é seu sujeito — em oposição ao ato declarativo que se constitui numa asserção simples (contido nas orações raízes), cujo agente é o próprio locutor. Por outro lado, o conteúdo proposicional desses verbos — seu complemento — não é acrescido ao conhecimento partilhado da interação discursiva em que a sentença é produzida mas ao da situação discursiva relatada.

Quanto aos verbos como *prometer*, entra de novo em jogo a oposição forte/fraco do valor modal dos predicados: Marques caracteriza *prometer* como um predicado de *valor deôntico forte*, indicando uma responsabilização forte de seu sujeito pela realização (futura) do evento descrito no complemento, o que equivale, para o autor, ao comprometimento do sujeito em tornar verdadeira a proposição complemento, de modo que também indica que seu sujeito acredita na verdade do complemento, embora tal crença seja projetada no futuro.²

complemento, embora o objeto da crença esteja situado num mundo possível que não coincide com o real.

²Na verdade, subjacente a tal caracterização de *prometer* está o fato de que predicados deônticos sempre indicam *dever/obrigação*, ou seja, uma responsabilidade em relação à realização do evento do complemento. Essa responsabilidade, porém, pode ser assumida pelo sujeito do predicado (caso dos *deônticos fortes*) ou “imposta”/“proibida” a alguém (como nos casos de *ordenar*, *mandar*, *exigir* e *proibir* — predicados *deônticos fracos*). Confira os exemplos (17)-(19) abaixo.

Ignorar e não-acreditar indicam conhecimento apenas do enunciador:

- (11) O Paulo ignora que ele fugiu para o estrangeiro.
 (12) O Paulo não acredita que ele fugiu para o estrangeiro.

CONTEXTOS EM QUE APARECE O SUBJUNTIVO:

Verbos como *duvidar* e *negar*, que expressam uma atitude epistêmica, mas não indicam conhecimento nem crença em alguma verdade; pelo contrário, implicam que o sujeito se responsabiliza pela indicação de que a proposição complemento é falsa (ou seja, o sujeito conhece a falsidade da proposição complemento)³:

- (13) O Paulo nega que ele tenha faltado as últimas aulas.
 (14) O Paulo duvida que ele tenha faltado as últimas aulas.

Factivos como *lamentar* e *censurar* não indicam uma atitude de conhecimento ou de crença, mas uma *atitude avaliativa*, ou seja, o sujeito faz um juízo em relação ao *fato descrito pelo complemento* — o fato de indicarem o conhecimento da verdade do complemento não é relevante, segundo Marques, já que veiculam um valor modal que se situa num plano extra-epistêmico, de modo que a assunção da verdade decorre do tipo de atitude que expressam (ou seja, por trás da argumentação de Marques está a idéia de que ninguém pode expressar um juízo sobre um “fato” irreal):

- (15) O João (não) lamenta que as colheitas se tenham perdido. (= (101), p. 52)
 (16) O João censurou que a Maria tenha feito isso.

Verbos como *querer*, *pedir*, *exigir* etc. que não permitem inferir a verdade do complemento:⁴

³Na verdade, Marques caracteriza *duvidar*, nas p. 88-89, como um verbo associado a um valor de crença fraca, assim selecionando o subjuntivo, embora na p. 115 ambos os verbos sejam caracterizados da mesma forma, como apresento no texto. Isso se deve ao fato de que tanto a crença fraca como a falsidade estão associados ao subjuntivo, fazendo ele tal generalização ao concluir sua análise do PE.

⁴Confira a nota 2, em que apresento o contraste entre esse tipo de verbo com o tipo representado por *pormeter*.

(17) Ele quis que a Ana conhecesse o Paulo.

(18) Ele pediu que o paciente acordasse.

(19) Ele exigiu que a criança nascesse.

(Exemplos a partir de (133), p. 93)

Sumarizando o que foi apresentado até aqui, neste ponto apresento os traços que determinam a distribuição dos modos de acordo com o autor: ele caracteriza os diferentes verbos principais sob discussão como *operadores verídicos* e *não-verídicos*, como descrito abaixo:⁵

OPERADORES VERÍDICOS:

— Verbos epistêmicos associados a conhecimento (como *saber*, *descobrir* e *ignorar*) sempre permitem a inferência de que o enunciador assume a verdade do complemento, pois são factivos.

— Verbos epistêmicos associados a crença forte e verbos deônticos fortes indicam que seus sujeitos acreditam na verdade do complemento.

OPERADORES NÃO-VERÍDICOS:

— Verbos epistêmicos associados à crença fraca, verbos deônticos fracos e verbos volitivos não indicam nenhuma das duas informações acima.

Essa caracterização segue a definição de Giannakidou (1994) de veridicalidade, que propõe que um operador é verídico se permite a inferência de que o complemento por ele introduzido é verdadeiro, estabelecendo uma correspondência entre essa noção e a de *ancoragem extensional*, de Farkas (1992)⁶ — operadores verídicos indicam que a proposição que eles introduzem é verdadeira para alguma entidade, porém, não tendo de necessariamente ser verdadeiras no mundo real. Assim vistas, as noções de *factividade* e

⁵Para ser preciso, Marques não conclui sua hipótese nessa altura. Como observado no início desta subseção, ele defende que a atitude proposicional do verbo principal é crucial para a aparição de um modo ou outro — veja, por exemplo, que ele explica a ocorrência do subjuntivo com *lamentar* (um verbo factivo; logo, um operador verídico) dizendo que este verbo não expressa uma atitude epistêmica, mas uma atitude avaliativa. Isto ainda não é tudo, pois ele reduz os dois fatores — atitude proposicional e veridicalidade — ao primeiro deles, já que em seu ponto de vista todos os verbos que selecionam um complemento indicativo expressam uma atitude de conhecimento ou de crença forte. Dessa forma, sua hipótese final é expressa como segue: “O indicativo é selecionado pelos verbos que indicam uma atitude de conhecimento ou de crença e o conjuntivo pelos restantes verbos” (Marques, *op. cit.*, p. 115). Na próxima subseção, no entanto, argumentarei que veridicalidade e factividade são de fato os traços relevantes, embora numa perspectiva um tanto diferente da de Marques.

⁶Para a definição desta noção, veja p. 71-72 abaixo.

veridicalidade estão em relação de inclusão (a primeira inclui a segunda) — os operadores factivos são um caso especial de operadores verídicos, ou seja, estes não precisam ser factuais.

3.1.1. Orações com negação

Como observado tradicionalmente na literatura, verbos que selecionam complementos indicativos permitem complementos subjuntivos quando negados. Marques defende que a denotação desses verbos é invertida nesses casos, tornando possível o modo subjuntivo (já que este é o modo usado quando uma modalidade epistêmica não é marcada, como apresentado acima). Antes de observar essa mudança total no significado de alguns verbos, compare as sentenças abaixo com as apresentadas anteriormente:

- (20) a. Ela não sabe que ele fugiu para o estrangeiro.
 b. Ela não descobriu que ele fugiu para o estrangeiro.
 c. Ela não ignora que ele fugiu para o estrangeiro.

O autor aponta que as orações em (20) comparadas com aquelas em (05), (06) e (11) mostram uma leve mudança no significado do verbo principal: os verbos em (20a-b) não mais expressam conhecimento do sujeito, mas apenas do enunciador, em relação à verdade do complemento. Em (20c), por outro lado, *ignorar* agora (cf. (11) acima) indica que seu sujeito também conhece a verdade de seu complemento. Nos três casos ainda há expressão de um valor epistêmico, do qual se origina o uso do indicativo.

Outra mudança é observada com verbos como *duvidar* e *negar*, que selecionam o modo subjuntivo, e passam a apresentar complementos no indicativo quando negados:

- (21) O Paulo não duvida/nega que a Ana está em Paris.

O que acontece em (21) é que, com a negação da oração inteira, passa a ser indicado que o sujeito acredita na verdade do complemento — aparecendo o valor epistêmico de crença forte, aparece o indicativo.

Verbos como *prometer* quando negados passam a indicar que o sujeito não se responsabiliza pela realização do evento descrito no complemento, da mesma forma que *achar*, quando negado, fornece a informação — oposta àquela fornecida quando usado

afirmativamente — de que seu sujeito não acredita na verdade do complemento. Dessa forma, explica-se o uso do subjuntivo nos exemplos abaixo:

(22) Não prometo que os livros cheguem a tempo. (= (181), p. 131)

(23) O inspetor não acha que ele tenha fugido para o estrangeiro. (= (176), p. 128)

As orações (20)-(23) mostram que a negação pode mudar a denotação dos verbos, indicando, no entanto, que o subjuntivo é possível apenas nos casos em que essa mudança resulta em uma modalidade não-epistêmica.

Porém, os fatos não são tão uniformes, diretos, como podem parecer numa primeira observação. Embora Marques apresente alguns exemplos mostrando isso, como os contrastes que vou mostrar abaixo (com as respectivas explicações dadas por Marques), ele não desiste da idéia de que os verbos principais selecionam seus complementos determinando que modo eles devem conter.

Começemos pelo par mínimo abaixo:

(24) Eu não acreditei que ele tivesse fugido para o estrangeiro.

(25) Eu não acreditei que ele tinha fugido para o estrangeiro.

(Exemplos a partir de (172), p. 127)

O indicativo em (25), em oposição ao subjuntivo, fornece a idéia de que a proposição “Ele fugiu para o estrangeiro” foi verdadeira num intervalo temporal anterior ao momento de fala, informação não disponível em uma sentença como “Eu não acredito que ele fugisse para o estrangeiro” (correspondente a (171) de Marques, p. 127). Adicionalmente, (25) também indica que houve um intervalo temporal anterior ao momento de fala em que o sujeito principal não acreditava na verdade do complemento, e que agora (no momento de fala) ele conhece essa verdade. Quando o intervalo temporal anterior ao momento de fala é relevante numa situação discursiva, o subjuntivo é escolhido; se é o momento de fala que é relevante, o indicativo é escolhido — apenas neste último caso é expresso um valor epistêmico, fato concordante com a análise do autor.

Quanto às frases abaixo:

(26) (Eu) não digo que seja urgente... (= (177), p. 129)

(27) (Eu) não disse/dizia que era urgente... (= (178), p. 129)

Contrariamente a (26), em que não há uma atitude de crença na verdade do complemento por parte do sujeito principal, (27) é assim interpretada, porém apenas fazendo-se apelo a um intervalo de tempo anterior ao momento de fala, em que é localizada a contrapartida afirmativa de (27) — ou seja, esta é interpretada como retificação da frase “Eu disse/dizia que era urgente”, sendo equivalente a “Eu não disse isso”, em que ocorre um demonstrativo (referindo a uma sentença produzida anteriormente no discurso), evidenciando que a oração complemento em (27) é uma sentença recuperada a partir de sua contraparte afirmativa, que já estava no modo indicativo, já que havia a informação de que seu sujeito acreditava na verdade do complemento.⁷

Vejamos agora o seguinte contraste:

(28) Eu não duvido/nego que ele se demita. (= (184), p. 132)

(21) O Paulo não duvida/nega que a Ana está em Paris.

A possibilidade do subjuntivo em (28) é explicada pelo fato de que a produção desta frase só é possível se no discurso anterior alguém produziu a asserção “Ele vai demitir-se”. Nesse caso, o sujeito da oração marca seu fraco comprometimento (ou responsabilidade) com a verdade do complemento, ou seja, mesmo admitindo tal verdade, a responsabilidade da afirmação dessa verdade continua sendo de quem asseriu “Ele vai demitir-se”, o sujeito desresponsabilizando-se dela com o uso do subjuntivo.

O par abaixo apresenta um problema semelhante ao de (27):

(23) O inspetor não acha que ele tenha fugido para o estrangeiro. (= (176), p. 128)

(29) O inspetor não acha que ele fugiu para o estrangeiro.

(29) pode ter duas interpretações no PE: (a) pode indicar que o enunciador assume a verdade do complemento, sendo expressa uma atitude de conhecimento, motivo da aparição do indicativo; (b) pode corresponder a uma retificação de uma asserção anterior, especificamente, “O inspetor acha que ele fugiu para o estrangeiro” — (29) corrige tal informação, indicando que é falso que o sujeito (*o inspetor*) acredite no

⁷Diz o texto de Marques: “[A frase afirmativa correspondente] é, portanto, recuperada quando se constrói a frase [(27)] e, dado que era o indicativo o modo selecionado, é também este o modo exibido nas frases que indicam a rectificação.” (p. 130)

complemento; nesta interpretação, portanto, teria a mesma explicação que foi dada para (27) acima: seu complemento é uma oração recuperada a partir de sua contraparte afirmativa, antes expresso no indicativo, pois havia um valor epistêmico na sentença inteira. (Confira o que foi dito acima em relação a (23).)

Finalmente, o par abaixo envolve o verbo *prometer*: segundo a análise de Marques, diferente de (22), em (30), este verbo é esvaziado de seu conteúdo compromissivo, tornando-se um declarativo, o que para ele explica o fato de que em (30) o falante está apenas informando que não ligará todos os dias:

(22) Não prometo que os livros cheguem a tempo.

(30) Não prometo que te telefono todos os dias.

Como eu disse antes, o autor enfatiza a seleção do modo nas orações complementos pelos verbos das principais: na sua análise de (27) e (29), por exemplo, a “estratégia da retificação” garante que o modo do complemento foi selecionado pelo verbo principal quando estava encaixado em suas respectivas contrapartes afirmativas. No que diz respeito ao contraste entre (24) e (25), no entanto, não é feita nenhuma retificação; mas, argumenta ele, quando o indicativo é escolhido, há um *contexto* em que o sujeito principal sabe que o complemento é verdadeiro, a saber, o momento de fala, em oposição a um intervalo de tempo anterior, no qual ele não acreditava na verdade do complemento nem sabia que ele era verdadeiro (como sabe no momento de fala). O caso de (28) é resolvido de forma semelhante, mas não igual: Marques não atribui a essa sentença qualquer retificação, mas uma relação com o discurso prévio.

O que quero enfatizar neste momento é exatamente essa quebra na linha de sua análise, remetendo-nos novamente a sua análise de sentenças envolvendo verbos como *acreditar* quando negado: nesses contextos, ele tem de apelar à noção de *contexto verídico*, ou seja, assim como *ignorar* denota falta de conhecimento por seu sujeito da verdade do complemento, negação + *acreditar* indica descrença do sujeito nesta verdade. No entanto, ambos os verbos, diz ele, indicam conhecimento do enunciador, constituindo-se as sentenças em que eles ocorrem contextos verídicos (cf. a discussão de Marques, p. 114). Essa “semelhança semântica” entre *ignorar* e *neg + acreditar*, no entanto, não possui um correlato lexical: embora possamos facilmente argumentar por uma caracterização lexical de *ignorar* como intrinsecamente denotando que o

enunciador conhece a verdade de seu complemento, o mesmo não pode ser feito em relação a *neg + acreditar*.⁸⁻⁹

Para lançar alguma luz sobre essa discussão sobre seleção (lexical) *versus* contextos verídicos, é importante voltarmos nossa atenção para os dados do PB: para manter a análise de Marques, teríamos de dizer que a estratégia da retificação é amplamente utilizada nesta língua. Usarei basicamente os exemplos do PE utilizados pelo autor, apontando as diferenças relevantes quanto aos julgamentos em PB.

Antes de entrar na discussão sobre as orações com negação, aponto primeiro a diferença quanto à realização do modo dos complementos dos verbos *negar* e *duvidar*. Em PB ambos os modos são possíveis ((13) e (14) são aqui repetidos como (31a) e (32a), respectivamente):

- (31) a. O Paulo nega que ele tenha faltado as últimas aulas.
- b. O Paulo nega que ele faltou as últimas aulas.
- (32) a. O Paulo duvida que ele tenha faltado as últimas aulas.
- b. O Paulo duvida que ele faltou as últimas aulas.

Embora em PB tenhamos as mesmas interpretações para (31a) e (32a); de acordo com Marques, em PE (31b) e (32b) são agramaticais. Em PB, todas elas são perfeitas: em (31b), por exemplo, o enunciador ou *qualquer outra entidade na situação discursiva* pode saber que Paulo está mentindo, enquanto (32b) pode ser produzida num contexto, por exemplo, em que Paulo não acredita na verdade do complemento, verdade essa conhecida pelo enunciador ou por *alguma entidade na situação* que expressou sua crença na oração complemento num discurso prévio. Embora se possa argumentar por uma diferença lexical entre esses verbos em PE e PB, sugerimos, como muitos o fizeram na literatura, que em termos de significado (lexical) *negar* é equivalente a *neg + dizer*, e *duvidar* a *neg + acreditar*: este seria o motivo porque seus comportamentos são similares a *neg + acreditar* em PE (lembre que este “complexo”,

⁸Poder-se-ia argumentar a favor de um processo lexical formando um único item lexical a partir do advérbio de negação e o verbo em discussão e, como resultado deste processo, o novo item poderia ser opcionalmente marcado como denotando conhecimento da verdade de seu complemento por parte do enunciador. Deixarei essa alternativa de lado no momento, embora questões relacionadas a isso serão consideradas.

⁹Embora, em PB, o enunciador nesses contextos pode ser a entidade relevante em algumas situações discursivas, quero salientar que não é necessário que ele *sempre* desempenhe algum papel, já que qualquer entidade pode ter “assumido” a verdade do complemento no discurso prévio.

segundo Marques, indica conhecimento por parte do enunciador). Se isso for correto, a diferença entre PE e PB se origina do fato de que o PB possui uma possibilidade aparentemente não compartilhada pelo PE, já que Marques não faz referência a ela: a saber, uma terceira entidade pode entrar em jogo, i.e., nem o sujeito principal nem o enunciador conhecem ou acreditam na verdade do complemento, mas alguma entidade na situação. Isso também é verdade com complementos de *neg + acreditar* (e também com os de *ignorar*, mas não os discutirei aqui):

(12) O Paulo não acredita que ele fugiu para o estrangeiro.

(33) Eu não acredito que ele fugiu para o estrangeiro. (= (171), p. 127)

(12) em PE indica conhecimento da verdade do complemento por parte do enunciador. (33), que recebe uma ‘?’ em PE, é usada pelo autor para mostrar que o indicativo em (12) realmente indica conhecimento por parte do enunciador — já que em (33) o sujeito principal coincide com o enunciador, seria realmente de se esperar que apenas o subjuntivo fosse possível, pois é explicitamente indicado que o sujeito não acredita na verdade do complemento, e seria contraditório se também indicasse que o enunciador conhece tal verdade. No entanto, como já mencionei, (33) é perfeita em PB, pois uma terceira entidade que acredita nessa verdade é disponível.¹⁰ Nesse sentido, poderíamos dizer que essa interpretação é muito próxima àquela de (28), em que uma relação com o discurso prévio é efetuada — em (28), também é necessário, em PB, que alguém tenha expresso sua crença em que “Ele vai demitir-se”, embora não necessariamente literalmente, pois essa informação pode estar implícita no discurso prévio, ou, às vezes, parece que os falantes recorrem a uma instanciiação de um mundo possível em que as orações relevantes são consideradas verdadeiras, i.e., em que alguém acredite na verdade do complemento.

O ponto discutido aqui fica mais evidente em sentenças como (27), em que aparece um verbo declarativo. Em PB, podemos encaixá-la num discurso como o seguinte:

(27) (Eu) não disse/dizia que era urgente... (= (178), p. 129)

¹⁰Observe que a atribuição de apenas uma ‘?’ a (33) em PE pode ser devida também à disponibilidade da crença de uma terceira entidade. Não tentarei perseguir essa possibilidade, já que não tenho julgamentos de gramaticalidade/aceitabilidade disponíveis.

- (34) Estava claro para todos que era urgente uma solução para aquele problema, mas *eu não disse que era urgente* porque todos iriam achar que eu teria uma solução a oferecer e eu não tinha, resolvi então ficar calado e deixar as coisas tomarem seu próprio rumo.

Uma primeira observação sobre (27) no PB é a de que ela não precisa ser usada como uma retificação, podendo ser uma simples retomada da informação contida em seu complemento, como se pode observar em (34), o que não implica que o raciocínio de Marques esteja equivocado: de fato, o complemento é ainda um CP recuperado do discurso prévio; no entanto, a oração “Eu não disse que era urgente” não retifica uma asserção anterior (“Eu disse que era urgente”). Ao contrário, a informação relevante nessa oração, em (34), é a de que *o falante não disse* algo, algo que estava óbvio na situação discursiva. Ou seja, “que era urgente” é de fato verdadeira na situação descrita em (34) e, mais importante, o sujeito acredita nessa verdade — embora essa crença pareça ser inferida do discurso, não de (27) —, e continua sendo prevista pela análise de Marques,¹¹ já que o sujeito (que coincide com o enunciador) conhece a verdade do complemento e, assim, temos indicativo — é exatamente o que se daria se tivéssemos “Paulo não disse que era urgente” em (34), acrescidas algumas mudanças de concordância com “Paulo”. Observe, porém, que *a análise de Marques apenas sobrevive por (27) em (34) ser explicada pela existência de um contexto verídico*. Não porque o complemento seja recuperado de uma sentença a ser retificada. Nesse caso, não se pode falar mais que o indicativo aparece porque já aparecia na contraparte afirmativa da oração, sendo perdido o último recurso a que Marques apela para manter a noção de seleção pelo verbo principal. Em outras palavras, em PB, tudo que precisamos é de um contexto verídico, no sentido tradicional do termo “contexto”, ou seja, a oração complemento exibe a propriedade — através do modo, diria Marques — de referir independentemente ao mundo (tem sua referência própria), ou melhor, a propriedade de denotação própria, independente, sem precisar ser *estritamente emparelhada* com a interpretação da matriz (voltaremos a esse ponto abaixo, na p. 61).

Voltando ainda ao fato de que em PB não é preciso que a verdade seja assumida pelo enunciador (mas simplesmente por alguém no discurso), embora seja relativamente difícil produzir um contexto em que isso seja explícito, é o que tento fazer em (35):

¹¹Na verdade, este é um fato previsto pela parte da análise de Marques que se fundamenta na noção de contexto verídico.

- (35) Ontem, Paulo me contou que a reunião da semana passada não foi nada boa. Nenhum dos problemas urgentes foi resolvido. *Não sei se ele tem razão, pois você sabe que ele costuma exagerar, mas pelo que ele me contou*, deveria estar clara para todos a urgência de uma solução para o problema da turma de “Introdução à Semântica”, mas ninguém se pronunciou. *Ele não disse que era urgente* porque todos iriam achar que ele teria uma solução, mas ele não tinha. Falou que resolveu então ficar calado e deixar as coisas tomarem seu próprio rumo.

Na situação descrita em (35) de novo não temos retificação. Adicionalmente, tal como foi dada, nada implica que o enunciador conhece ou acredita na verdade de “que era urgente uma solução...”; na verdade, o enunciador parece desresponsabilizar-se da verdade do complemento (como em (28) em PE). Por outro lado, se considerarmos apenas (27), esta sentença não informa que seu sujeito se compromete com a verdade do complemento. Num primeiro momento, perdemos a generalização de que o indicativo está associado à modalidade epistêmica. No entanto, considerada a situação descrita em (35), como um todo, é óbvio que é dada a informação de que o sujeito da oração em discussão acredita na urgência da solução para o problema em questão.

Considerações similares podem ser feitas em relação a (24)-(25), mas vou passar diretamente ao contraste entre (22) e (30), já que ele é bastante útil para tornar a questão em discussão mais explícita — (30) é de especial interesse aqui:

- (30) Não prometo que te telefono todos os dias.

Parece plausível dizer que em PB o falante A de (30) prevê uma expectativa positiva de seu ouvinte B em relação ao complemento, ou seja, B acredita na (futura) verdade do complemento em (30). Em outras palavras, A considera altamente provável que B espere que ele ligue para B todos os dias. Informalmente falando, (30) realmente constitui uma asserção pela qual A simplesmente informa que não ligará todos os dias, como sugere Marques. No entanto, isso não pode ser tomado como indicativo de que *prometer* perde seu sentido de comprometimento, embora Marques se refira a julgamentos concernentes ao PE.¹² Pelo menos em PB, podemos sugerir que a interpretação de sentenças como (30) é possível através do recurso a um mundo possível

¹²Parece que essa interpretação é próxima àquela de “verbos de ficção” (cf. nota 1). Seu caráter adicional de futuro pode se dever ao caráter do próprio verbo *prometer*, cuja denotação implica uma crença projetada no futuro.

em que alguém acredita na verdade do complemento (o ouvinte em (30)). Assim, temos novamente um contexto verídico, que, ao mesmo tempo, salva a análise semântica de Marques da distribuição dos modos e ressalta que a seleção (lexical) apenas aparentemente é necessária para dar conta dos modos em orações encaixadas. Noutras palavras, o locutor “recupera” antecipadamente uma oração em que a crença do ouvinte está sendo marcada.

Ainda sobre a interpretação de (30), é crucial compará-la com (26), repetida abaixo:

(26) (Eu) não digo que seja urgente... (= (177), p. 129)

Observe que *dizer*, um declarativo, flexionado no presente, quando negado, ocorre com um complemento subjuntivo. Segundo Marques, em PE, não é possível um complemento indicativo¹³ — logo, sua análise de (30), ao propor que *prometer* é esvaziado de seu conteúdo compromissivo, tornando-se um declarativo, mostra-se incompatível com o próprio comportamento de *dizer*. Sendo assim, temos mais um indício de que *prometer* de fato não se torna um declarativo nesses contextos.

De qualquer forma, ainda precisamos explicar como, com (30), o falante informa (“declara”) que não ligará todos os dias. Rajagopalan (1983a) estudando sentenças como essa em discussão, analisa *não prometer* como um verbo performativo no negativo (VPN) — em oposição a verbos performativos no positivo (VPPs), como *prometer*, *afirmar*, *ordenar* etc.; ou seja, não seria o caso de dizer que *não* nega a força ilocucionária a que o verbo performativo corresponde, no caso, a de *promessa*, pois analisar *não* como negando a força ilocucionária seria, diz Rajagopalan, “não respeitar o princípio fundamental da teoria dos atos de fala de que a força ilocucionária é algo inegável” (1983a, p. 30). Partindo dessa consideração, o autor define um VPN, assim como o VPP, como um instrumento que serve para explicitar a força ilocucionária do enunciado — a única diferença entre os dois é que um VPP é mais definido que um VPN, ou seja, este apresenta mais interpretações possíveis para as orações em que ocorre. Rajagopalan exemplifica esse fato com (36) abaixo:

¹³Em PB, é possível dizer “Eu não digo que é urgente” com a mesma interpretação para (27) acima, semelhante a de (30) em discussão.

- (36) Eu (a) ordeno que haja um touro no campo.
 (b) suplico
 (c) solicito
 (d) *afirmo
 (e) *pergunto
 (f) *prometo

(Rajagopalan, 1983a, (5'), p. 34)

Em (36), o uso pelo falante, por exemplo, de (36a), *ordenar*, é feito com o objetivo de evitar as duas outras interpretações que o ouvinte poderia atribuir ao seu ato ilocucionário, ou seja, *suplicar* ou *solicitar*. Neste caso, o VPP *ordenar*, ao mesmo tempo especifica a força desejada e elimina as duas possibilidades restantes. Já um VPN no lugar do VPP, digamos *não ordenar* (“Eu não ordeno que haja um touro no campo”), tem a função de eliminar uma das possibilidades de interpretação do ato ilocucionário — no caso, a força só não pode ser a de “ordenar”, deixando indefinido se se trata de uma “súplica” ou de uma “solicitação”. Agora, importante para o que estamos discutindo, veja como Rajagopalan caracteriza as situações de uso para um VPP e um VPN:

“Da mesma maneira que VPP serve para identificar a força em oposição a várias outras forças possíveis no contexto (que, por sua vez, não favorece nenhuma delas), VPN tem como sua função bloquear a provável (do ponto de vista do falante) atribuição de uma força que o enunciado simples, em conjunto com determinados fatores no contexto, possibilitaria. Isto é, o emprego de VPN se justifica numa situação em que a enunciação da forma simples corre o perigo de ser interpretada com uma certa força que o falante quer que não seja atribuída ao seu enunciado.” (Rajagopalan, 1983a, p. 33; grifo e itálicos meus)

Observe agora que a análise que propus acima para (30), a de que haveria uma “recuperação antecipada” de uma oração em que a crença do ouvinte é marcada, e a de Rajagopalan se complementam, no sentido em que, se *prometer* continua com seu conteúdo compromissivo, sendo apenas indicado que a força ilocucionária não se trata de uma promessa, torna-se necessário explicar porque o indicativo ainda é possível, já que *não prometer* deveria indicar, como Marques aponta, que o sujeito não se responsabiliza pela realização do evento descrito no complemento e, portanto, não acreditando em sua verdade (futura). Em minha análise, não há esse problema, já que

sugiro que o indicativo nesse caso está na verdade marcando a crença do ouvinte no complemento.

A discussão nesta seção, portanto, habilita-nos a dizer que uma análise em termos de seleção (lexical) dificilmente pode ser mantida em orações com negação. Assim sendo, tomarei esses fatos como evidência de que na interface os complementos devem ser semanticamente compatíveis com as denotações dos verbos principais apenas nos casos em que nada mais no contexto indica como interpretar a sentença, o que nos licencia a dispensar a noção de seleção, pelo menos no que tange à distribuição de modos. Consequentemente, a idéia de que há uma interdependência entre o *sistema de modos* e o *sistema de atitudes proposicionais (sistema modal)*, parcialmente expressa pela associação do indicativo às modalidades epistêmica e deôntica, tem que ser levemente modificada: na verdade, os modos são usados independentemente em diferentes contextos, mesmo em orações complementos, embora as denotações atribuídas a eles por Marques pareçam poder ser mantidas. Dessa forma, tudo que precisamos é juntar “orações principais” e orações complementos: na interface semântico-sintática, se elas contiverem denotações incompatíveis (ou ininteligíveis), certamente não serão interpretadas.¹⁴

3.2. A distribuição dos subjuntivos — alguma Sintaxe

A partir de um ponto de vista sintático sobre a distribuição dos modos em orações complementos, também precisamos de algum traço para distinguir os complementos sentenciais dos diferentes verbos discutidos acima, já que, como é bastante referido na literatura sobre as línguas românicas, eles mostram diferentes fenômenos sintáticos. Primeiro, a extração-QU é permitida a partir de complementos de verbos como *acreditar*, mas proibida de verbos como *lamentar*, como pode ser visto nos exemplos do francês e do PE abaixo:¹⁵

¹⁴Observe que essa conclusão é especialmente bem vinda no quadro minimalista de Chomsky (1995), em que a operação *Combinar (Merge)* junta, por exemplo, V e seu DP complemento, e nada no próprio sistema computacional determina qual das duas categorias deve projetar, embora Interpretação Plena em LF não permitirá uma derivação em que o DP projete. Neste quadro, Chomsky ainda descarta a noção de s-seleção como uma propriedade dos itens lexicais marcada no léxico; portanto, parece que uma visão da distribuição dos modos baseada em noções de compatibilidade nos níveis de interface (LF e CI) é mais apropriada nesse quadro, embora eu também evoque abaixo algumas propriedades sintáticas, como a posição ocupada pelos elementos relevantes, para explicar fenômenos relacionados.

¹⁵Para essa argumentação, não poderei me basear em dados do PB, já que tanto (37) como (38) são possíveis nessa língua. Desconfio que tais julgamentos de gramaticalidade se devam ao fato da

- (37) a. Qui crois-tu qui a épousé Marie?
 quem acredita-você que tem casado Marie
 “Quem você acha que casou com Marie?”
 b. *Qui regrettes-tu qui ait épousé Marie?¹⁶
 quem lamenta-você que tenha casado Marie
 “Quem você lamenta que tenha casado com Marie?”
 (38) a. Quem você disse que veio?
 b. *Quem você lamentou que tenha ganho?

Outro conjunto de dados mostra que, seja qual for a distinção entre esses complementos, uma distinção sintática está envolvida, dando conta de sua distribuição, a saber, o “licenciamento” de itens de polaridade (negativa) encaixados por operadores na oração principal. Em PB (como em espanhol e italiano), a negação nas orações principais podem “licenciar” itens de polaridade na oração complemento:

- (39) Não acreditei que ele fizesse nada naquela empresa.

Mais relevantes aqui, são alguns fatos do italiano, apontados por Manzini (1994): os mesmos operadores da matriz que “licenciam” o subjuntivo em complementos sentenciais também “licenciam” itens de polaridade (negativa). Esses operadores são o operador-Neg(ativo) (39a), o operador de pergunta (operador-Q) (39b) e o operador condicional (operador-Se) (39c) — como pode ser visto abaixo, todos esses operadores permitem a alternância de complementos indicativos e subjuntivos:

disponibilidade de se analisar os sintagmas-QU como tópicos, gerados na base numa posição inicial da matriz ([spec, CP], presumivelmente), já que o PB se encontra num estágio em direção a uma língua de tópico, como assumido por vários linguistas brasileiros. Orações como essas em discussão podem, portanto, ser analisadas como (i) abaixo:

- (i) [Quem]_i você lamentou que pro_i ganhou/tenha ganho?

Mary Kato (sala de aula) apontou-me um outro fato existente em PB, também relacionado ao seu caráter de língua de tópico. Veja a oração abaixo:

- (ii) Os meninos parecem que estão doentes.

Kato aponta que a marca de plural inesperada no verbo de alçamento *parecer*, marca essa que não aparece em outras línguas românicas (ou mesmo em outros dialetos do PB), sugere uma análise como mostrado em (iii) abaixo:

- (iii) [_{IP} [Os meninos]_i [_{IP} pro_i parecem [_{CP} que pro_i estão doentes]]]

¹⁶As orações em (36) foram pegadas de Rochette (1988: (75), p. 313).

(40) a. Non sa che io sono / sia andato.

“Ele não sabe que eu fui / tenha ido embora.”

“Eu fui embora. Ele não sabe disso.”/“Até onde ele saiba, eu não fui embora.”

b. Sai che lui é / sia andato?

“Você sabe que ele foi / tenha ido embora?”

“Ele foi embora. Você sabe disso?”/“Até onde você saiba, ele foi embora?”

c. Se sai che lui é / sia andato, ...

“Se você sabe que ele foi / tenha ido, então...”

“Se você souber que ele foi embora, ...”/“Se você souber se ele foi embora (ou não), ...”

(Manzini, *op. cit.*, (04), (05) e (07), p. 3)

Os exemplos abaixo mostram os mesmos operdores “licenciando” itens de polaridade — de novo, eles permitem uma alternância entre itens de polaridade e itens não-polares (exemplos correspondentes a (19)-(26) de Manzini, *op. cit.*, p. 10-11):

(41) a. *Vedo nessuno.
vejo ninguém

b. Vedo qualcuno.
vejo alguém
“Estou vendo alguém.”

(42) a. Non vedo nessuno.
não vejo ninguém
“Não estou vendo ninguém.”

b. Non vedo qualcuno.
não vejo alguém

(43) a. Vedi nessuno?
(você) vê ninguém

b. Vedi qualcuno?
você vê alguém
“Você está vendo alguém?”

(44) a. Se vedi nessuno,...
se (você) vê ninguém

b. Se vedi qualcuno, ...
Se você vê alguém, ...
“Se você está vendo alguém, ...”

A partir dessa correlação entre subjuntivos/itens de polaridade e indicativos/itens não-polares, a autora se vê autorizada a analisar o subjuntivo como um T(empo) indefinido, precisando ser licenciado por algum operador sentencial (como os operadores-Neg, -Q e -Se),¹⁷ apontando que ambos os pares carregam interpretações diferentes: tradicionalmente, como ela própria nos informa, “os significados diferentes de [(42a) e (42b), por exemplo,] são (...) capturados por se dizer que o item de polaridade em [(42a)] tem a força de um existencial sob o escopo da negação, enquanto

¹⁷Ela cita Brugger & D’Angelo (1994), artigo a que não tive acesso, que analisam os modos indicativo e subjuntivo como itens não-polar e polar, respectivamente.

o verdadeiro existencial em [(42b)] está fora do escopo da negação” (p.11-12). A autora, no entanto, apresenta uma visão alternativa, consistente com a teoria dos indefinidos de Heim (1982): ambas as alternâncias são reflexos do mesmo fenômeno, a formação ou não de uma dependência sintática com um operador sentencial na oração principal. Na verdade, isso não se constitui uma opcionalidade real: ela aponta que apenas as versões com indicativo dos complementos em (40) possuem seu *valor de verdade pressuposto*, uma propriedade típica de verbos factivos, ou seja, quando uma dependência é formada tal interpretação não é disponível para o complemento, cujo T é expresso no subjuntivo, indicando seu caráter indefinido.

A interação entre subjuntivo e itens de polaridade é crucial na análise de Manzini; mostro essa interação no contraste abaixo, com o operador-Neg, embora também seja observada com outros operadores e em outros contextos (cf. a discussão de Manzini, *op. cit.*, p. 17-23):

(45) Non dico che è/sia qualcosa.

não digo que é/seja alguma coisa

(46) Non dico che *è/sia niente.

não digo que é/seja nada

(Correspondentes a (46) e (47) de Manzini, p. 21)

(45) mostra que o item não-polar *qualcosa* não precisa formar uma dependência com o operador matriz, sendo possível mesmo se o complemento exibe modo indicativo. *Niente*, no entanto, um item polar, só é possível se há um T-subjuntivo no complemento. Assim, ela argumenta: uma vez formada a dependência entre o subjuntivo e o operador, ela pode ser estendida até o item polar — novamente, essa “dependência estendida” é opcional, como visto nas versões subjuntivas de (45) e (46), ou seja, *qualcosa* e *niente* podem aparecer no mesmo contexto, sendo interpretados de formas diferentes, no entanto: nos termos de Manzini, (46) é explicada pelo fato de que “uma dependência entre núcleos relacionando o operador na principal ao item de polaridade encaixado precisa incluir o T encaixado, no que diz respeito à localidade. Sendo assim, T encaixado também é ligado pelo operador e, conseqüentemente, deve ser expresso como um subjuntivo” (p. 22); já no caso de (45), *qualcosa* não forma dependência com o operador na principal: tradicionalmente, isso seria explicado por se

dizer que *qualcosa*, um verdadeiro existencial, está fora do escopo da negação (como em (41b)).

Embora concorde com a análise de Manzini, do subjuntivo como um T indefinido, não analiso os fatos em (45)-(46) da mesma forma: primeiro, como é amplamente discutido na literatura, complementos sentenciais de verbos *factivos* como *lamentar* não exibem itens de polaridade “licenciados” por um operador principal, embora sejam realizados no subjuntivo, ou seja, neste contexto, o subjuntivo não é suficiente para que um item polar seja “licenciado”. Observe os exemplos abaixo, do espanhol, português (válido tanto no PB quanto no PE) e francês, respectivamente:¹⁸

- (47) a. *No lamento que Andolin beba gota de vino.¹⁹
 não lamento que Andolin beba uma gota de vinho
 b. *O João não lamenta que o Pedro tenha feito nada.
 c.?*Nous ne regrettons pas que Suzanne voie personne.²⁰
 não lamentamos que Suzanne veja ninguém

Os exemplos acima realmene mostram que o fenômeno em discussão (pelo menos nas línguas apresentadas) não é tão geral quanto a análise de Manzini sugere.

Antes de apresentar uma análise alternativa, preciso trazer à discussão o tratamento dos indefinidos proposto por Diesing (1992), que apresentarei superficialmene: tentando definir como se dá o mapeamento das estruturas sintáticas para as representações semânticas, portanto preocupada com a interface sintaxe-semântica, ela analisa as interpretações possíveis de NPs indefinidos e NPs quantificados, sugerindo que o *output* sintático em LF fornece instruções para a derivação das representações semânticas, defendendo a Hipótese de Mapeamento abaixo, em que a árvore sintática é dividida em duas partes:

(48) Hipótese de Mapeamento

Material de VP é mapeado em escopo nuclear [=fechamento/domínio existencial].

¹⁸Não tenho exemplos disponíveis do italiano, embora provavelmente o mesmo se dê nesta língua.

¹⁹Esse exemplo foi pego de Kempchinsky (1986: p. 292, exemplo (187)). Note que *gota de vino* é uma expressão idiomática com valor negativo intrínseco.

²⁰Devo este exemplo a Zaring (1985: p. 162, exemplo (64a)), que o considera marginalmente gramatical, atribuindo-lhe três interrogações (“???”).

Material de IP é mapeado em uma cláusula restritiva.
(Diesing, *op. cit.*, (14), p. 10)

Com base em fortes dados empíricos, a autora analisa os NPs indefinidos, ao contrário de Heim (1982), como não-uniformes. Ou seja, enquanto para Heim todo NP indefinido introduz uma variável dentro do escopo nuclear, i.e., uma variável presa por *fechamento existencial* (*existential closure*), Diesing defende a existência de uma segunda classe de indefinidos, aqueles tradicionalmente chamados de *indefinidos específicos*, analisando-os como elementos pressuposicionais que fornecem uma variável para algum operador na sentença em que ocorrem. Sua distinção é inspirada em Milsark (1974), que sugere a divisão dos NPs quantificados em dois tipos: aqueles com determinantes fortes (como *every*, *most* etc.) e aqueles com determinantes fracos (como *some*, *many* e *a*). Enquanto os determinantes fortes são inambíguos, sendo sempre interpretados como quantificadores, ou seja, pressupõem a existência das entidades sobre as quais são aplicados;²¹ os determinantes fracos apresentam duas leituras — uma em que também são interpretados como quantificadores, e outra em que são interpretados como predicados cardinais, i.e., não apresentam uma leitura pressuposicional, simplesmente assertam a existência das entidades relevantes.²²

O próximo passo de Diesing é propor que NPs específicos (=NPs com determinantes fracos em sua leitura pressuposicional), assim como os quantificadores e os determinantes fortes, sofrem QR, já que são quantificacionais, terminando numa posição de adjunção a IP, formando cláusulas restritivas nas representações semânticas, como definido por (48). Nesse sentido, como a cláusula restritiva define um conjunto sobre o qual um quantificador é aplicado, este conjunto pode ser considerado como o elemento que representa a pressuposição de existência induzida pelos quantificadores — ou seja, a noção de cláusula restritiva incorpora de alguma forma a pressuposição tipicamente induzida pelos quantificadores.

Outra questão relevante aqui é o caráter do próprio COMP subordinado: Manzini nada menciona sobre a natureza do Comp encaixado além do que já foi dito acima,

²¹Diesing sugere que a leitura pressuposicional, diferente da leitura cardinal, pode ser parafraseada como um NP partitivo — por exemplo, “some ghosts” em sua leitura pressuposicional é equivalente a “some of the ghosts” (cf. p. 59-60 de Diesing).

²²Milsark oferece como um diagnóstico sintático para distinguir entre as duas leituras a possibilidade de sua ocorrência em contextos de inserção de *there* (orações existenciais); apenas determinantes fracos com leitura cardinal podem aparecer nesses contextos (cf. Diesing, p. 59).

especificamente, que os complementos indicativos são interpretados como possuindo seu valor de verdade pressuposto, propriedade esta originada do próprio modo (observe que, nesse aspecto, a análise de Manzini (1994) e Marques (1995) chegam à mesma conclusão). No entanto, as orações em (47) também possuem um verbo factivo, mas seus complementos são expressos no subjuntivo (cf. também (15) e (16)). Consequentemente, parece que, embora o modo indicativo em geral marque complementos com um valor de verdade pressuposto, existe ainda a possibilidade de um subjuntivo expressar esse mesmo significado, um resultado indesejável, já que não esperamos opcionalidade na gramática, como Manzini mesma aponta. Assim, parece que os dados exigem um refinamento do uso da noção de *valor de verdade pressuposto*.

Tal refinamento permitirá atribuir a COMP a distinção valor de verdade pressuposto/não-pressuposto: precisamos lembrar o que subjaz sob a noção de valor de verdade pressuposto, as definições de *sentido* e *referência* (que deram origem às de *intensão* e *extensão*, respectivamente) das expressões que referem, orações (CPs) e DPs/NPs. Para Frege, enquanto um NP referencial tem *indivíduos* como referência, uma oração pode denotar um valor *verdadeiro* ou *falso*. Assim, um NP como “the morning star” tem “Vênus” como referente, sendo seu sentido *o conceito da estrela que desaparece por último, ao amanhecer*, enquanto uma oração como “Pavarotti is Italian” tem como referência, digamos, *o caráter de ser verdadeira*, tendo como sentido *o pensamento de que Pavarotti é italiano* (cf. Chierchia & McConnell-Ginnet, 1990, p. 57ss.).

Sem dúvida, as noções de *sentido* e *referência* como concebidas por Frege (embora agora refinadas por teorias mais acuradas) ainda são válidas para motivar um paralelo entre CPs e DPs/NPs: portanto, de imediato podemos tomar *valor de verdade pressuposto* como equivalente a *pressuposição de existência*, noções utilizadas para se referir, respectivamente, a CPs e DPs.

Retornando agora a Diesing (1992), assumo a possibilidade de tratar CPs com valor de verdade pressuposto como categorias que também sofrem QR em LF. Dessa forma, conseguimos descartar as extrações-QU de CPs complementos em (37)-(38) acima, da mesma maneira que Diesing explica a agramaticalidade das mesmas extrações a partir de NPs quantificados/indefinidos pressuposicionais, a saber, sugerindo a

existência da seguinte restrição, agora vista como uma restrição mais geral, incluindo CPs (abaixo, estou acrescentando CP entre colchetes):²³

(49) Restrição sobre Extração Revisada

Uma extração não pode se dar a partir de um NP/[CP] que deve sofrer movimento para fora de VP antes da divisão da árvore sintática.

(correspondente a (84), p. 128, de Diesing)

A partir do contraste entre (37)-(38), somos levados, portanto, à conclusão de que os complementos de verbos como *acreditar* e *dizer*, de um lado, e *lamentar*, do outro, realmente precisam ser caracterizados de forma diferente em relação a seus COMPs; adicionalmente, seus comportamentos são diferentes no que diz respeito ao licenciamento de itens de polaridade (cf. (39), (45) e (46)), e neste caso os dados parecem contraditórios — enquanto complementos de *lamentar* não permitem um item polar encaixado “licenciado” por um operador matriz (nos termos de Manzini), complementos de *dizer* e *acreditar* realmente mostram casos desse tipo de “licenciamento” (cf. (46)), embora em alguma línguas, como o italiano e o espanhol, o modo nestes complementos pareçam desempenhar um importante papel nesse “licenciamento”, já que apenas o subjuntivo o permite. Em suma, seja qual for a distinção entre os COMPs desses complementos, ela tem de explicar esses fatos aparentemente contraditórios.

A conclusão de que temos diferentes COMPs envolvidos parece crucial para explicar a aparição de subjuntivos sob *lamentar*, assim como indicativos, como será discutido abaixo. De acordo com Marques (1995), em francês ambos os modos são possíveis, em romeno apenas indicativos são usados nesses contextos, e em PE apenas subjuntivos. Em PB, por outro lado, encontramos o mesmo padrão do francês: se quisermos dar conta desses diferentes padrões num quadro puramente (léxico-)semântico (como o faz Marques), temos que concordar com o ponto de vista de

²³(49), defende a autora, deriva da Condição sobre o Domínio de Extração (CED) de Huang (1982) reformulada por Chomsky (1986), que proíbe movimento a partir de posições não-regidas — na verdade, apenas em LF, quando o NP/CP pressuposicional terá sido movido, a extração-QU violará (48), já que QR adjunge o NP/CP a IP, sendo o nóculo IP resultante uma barreira, somada ao próprio nóculo NP, já que depois de movido não se encontra numa posição L-marcada (cf. a discussão de Diesing nas p. 127-135).

Farkas (1992).²⁴ Esta autora propõe que o indicativo é escolhido quando a verdade da proposição complemento está relacionada a um *único mundo* (*ancoragem extensional*), que pode ser o mundo real (como no caso dos complementos de verbos como *pensar*) ou um mundo possível (como no caso dos complementos de verbos como *imaginar*) — por sua vez, esses mundos são ainda ancorados a indivíduos, ou seja, possuem *âncoras individuais* (o sujeito principal nos casos de sentenças contendo verbos como *pensar* e *imaginar*; ou o enunciador, nos casos de orações raízes assertivas) (cf. p. 79 abaixo). Nessa linha de raciocínio, Farkas sugere que predicados factivos como *lamentar* são melhor caracterizados como *factivos emotivos/avaliativos* e, conseqüentemente, ambos os modos são compatíveis com ele — por um lado, em sua leitura emotiva/avaliativa “estes predicados classificam situações de acordo com um conjunto implícito de critérios, de tal modo que a atitude que eles denotam não faz com que o complemento seja ancorado a um mundo particular, sendo este aspecto que os torna compatíveis com o conjuntivo”, já que este modo é usado em complementos cuja verdade está relacionada a um conjunto de mundos possíveis (*ancoragem extensional*) (Marques, *op. cit.*, p. 60); por outro lado, o indicativo é compatível com a leitura factual de *lamentar*, já que com esta leitura seu complemento tem que ser verdadeiro no mundo *real*, o que o faz extensionalmente ancorado.²⁵ Finalmente, Farkas propõe que algumas línguas são sensíveis a ambas as leituras de *lamentar*, enquanto outras são sensíveis a apenas uma delas (cf. Marques, *op. cit.*, p. 60).²⁶

Em suma, a discussão precedente *parece* indicar uma caracterização sentencial em que tanto COMP como o núcleo temporal de uma oração são posições potenciais para conter traços (semântico-sintáticos) relacionados, a partir dos quais a condição de compatibilidade dever ser cumprida no nível de representação semântica (digamos, um

²⁴Não tive acesso a esse estudo, a não ser através da discussão de Marques (1995: p. 55-61).

²⁵Embora Marques recuse esta análise, ela é compatível com sua hipótese pelo menos em dois pontos: primeiro veja a nota 1 acima, em que apresento como Marques caracteriza verbos como *prometer*; segundo, compare a análise de Farkas para complementos de *lamentar* com a análise de Marques para sentenças como (25): ambos os contextos apresentam dois elementos que podem ser considerados relevantes numa situação discursiva (nos termos de Marques) — os valores *emotivo/avaliativo* e *factivo* no primeiro caso, e a oposição *intervalo de tempo anterior/momento de fala* no segundo. Um dos problemas que Marques atribui à análise de Farkas é que ela não dá conta do subjuntivo em orações introduzidas por conjunções concessivas como *embora*, que não apresentam uma leitura avaliativa. Abaixo, sugiro que os subjuntivos em geral introduzem variáveis ligadas por COMPs analisados como quantificadores/ligadores (não-seletivos). Presumivelmente, esses casos apontados por Marques também podem ser explicados nessa linha (veja também (49) abaixo), mas deixarei tal análise para outro estudo.

²⁶Farkas sugere que a informação sobre os dois tipos de ancoragem (aquela de proposições (complementos) a mundos, e aquela de mundos a indivíduos) é parte do significado dos verbos.

nível semelhante ao referido por Diesing, que produz as representações semânticas a partir da representação sintática fornecida por LF). Nesse sentido, existiria algum tipo de “redundância” na gramática,²⁷ embora provavelmente não significando que tal redundância ocorreria sempre, com se observa nos complementos de verbos factivos emotivos como *lamentar*, que precisam possuir um COMP [+factivo], compatível com a denotação do verbo principal, mas permite o subjuntivo (que denota falta de conhecimento da verdade do complemento na visão de Marques;²⁸ ou que a oração complemento é intensionalmente ancorada, nos termos de Farkas).

A essa altura, afinal é necessário ver que traços COMP precisa conter para que as diferenças semânticas e sintáticas entre os complementos em discussão sejam explicadas. No que diz respeito a tal caracterização, utilizarei um pouco de terminologia tautológica,²⁹ classificando-os como Giannakidou (1994) e Marques (*op. cit.*)

²⁷Veja Cardinaletti & Starke (1993: seção 5), que utilizam a noção de “projeção estendida” de Grimshaw (1991) para argumentar pelo paralelo entre DPs e CPs. De forma mais importante, os autores usam tal noção num sentido um tanto frouxo, a saber, referindo-se “às unidades formadas pelo núcleo lexical [N ou V] e todas as projeções funcionais associadas que o dominam, onde a expressão ‘associadas ao núcleo lexical’ significa cópias de traços contidos no núcleo lexical” (nota 46, p. 26), logo, também argumentando a favor de alguma redundância (precisamente, de alguma “duplicação” de traços) na gramática.

Um outro estudo em que também encontramos uma análise relacionada a que estou propondo aqui é o de Rizzi (1995), que propõe um sistema-CP mais complexo do que o correntemente assumido, ou seja, apresenta uma hipótese de COMP explodido (*split COMP*). Não entrarei aqui nos detalhes e méritos de sua teoria, que propõe, em ordem hierárquica, uma projeção de Força (FP), uma de Tópico (TopP), uma de Foco (FocusP), uma outra de Tópico e, finalmente, uma de Finitude (FinP). Apenas apontarei sua constatação da necessidade de duplicar traços de INFL/V em COMP: ele nos fala da “observação tradicional de que a escolha do complementador reflete determinadas propriedades do sistema verbal da oração, (...) formalizada, por exemplo, por meio de regras de ‘concordância’ entre C[OMP] e I[NFL], responsável pela coocorrência de *that* e um verbo finito, de *for* e um infinitivo em inglês” (p. 3). Outros ainda propõem que COMP tem de possuir uma especificação temporal que deve corresponder àquela expressa no sistema de flexão. Rizzi observa, porém, que as propriedades “temporais” de COMP são muito rudimentares — nas línguas românicas e germânicas, por exemplo, a distinção observada é em termos [+finito], citando o italiano como exemplo mais concreto, em que o complementador *che* coocorre com o presente, passado e futuro do indicativo, com o presente e o passado do subjuntivo, e com o passado condicional, mas não com as formas do infinitivo, do gerúndio e do particípio. A partir de tais considerações, propõe que o sistema-CP possui especificações de finitude, por sua vez selecionando um sistema-IP com características compatíveis; o que é evidenciado pelo fato de que algumas línguas duplicam informações de IP no sistema do complementador: algumas duplicam distinções de modo (complementadores específicos para o subjuntivo no polonês), algumas duplicam a concordância com o sujeito (diferentes variedades germânicas), e ainda outras, distinções de tempo, de negação etc. (cf. Rizzi, 1995: p. 3-4).

²⁸Na verdade, Marques precisa afrouxar essa denotação em vários pontos de sua análise: por exemplo, o sujeito deos próprios factivos emotivos de fato conhecem a verdade do complemento, como ele próprio observa (cf. o parágrafo em que apresento (15) acima); os casos (28) e (25) constituem exemplos similares disso.

²⁹De fato, não usarei apenas a terminologia de Giannakidou (1994), como o leitor já deve ter presumido: na discussão final da seção 1, mostrei que os modos parecem constituir um sistema independente (em oposição à sugestão de Marques de que o sistema de modos e o de atitudes proposicionais são

classificam os verbos principais (cf. p. 50 acima): dessa forma, os COMPs podem ser diferenciados pelos traços [$\pm$ fativo, $\pm$ verídico], cada um deles exibindo propriedades sintáticas diferentes:

Tabela 1

COMP [+fativo, +verídico] ³⁰	*extração-QU
	OK: alternância indicativo/subjuntivo
	*licenciamento de itens polares por um operador matriz
COMP [-fativo, +verídico]	OK: extração-QU
	OK: alternância indicativo/subjuntivo
	OK: licenciamento de itens polares por um operador matriz
COMP [-fativo, -verídico]	OK: extração-QU
	OK: subjuntivo / *indicativo
	OK: licenciamento de itens polares por um operador matriz

Com o objetivo de motivar a visão de que os fenômenos sintáticos em discussão se originam do caráter dos COMPs das orações complementos, adoto a visão de Manzini do subjuntivo como expressão de um T-indefinido — porém, aqui traduzirei T-indefinido em Z-indefinido (sendo Z o núcleo correspondente ao tempo-evento de Stowell (1993a), como exposto no cap. 2, em que também mostrei que o autor já previa a possibilidade de Z possuir morfologia indicando seu caráter, quando apontava que no inglês Z é um núcleo ambíguo em termos de definitude).³¹ Adicionalmente, Manzini sugere que, por ser indefinido, um subjuntivo precisa formar uma dependência com (estar sob o escopo de) algum operador, o que será traduzido abaixo na proposta de que um Z-indefinido constitui uma variável temporal livre a ser ligada por algum operador, como o faz Diesing com os NPs indefinidos. Rejeitarei, no entanto, sua proposta de que

interdependentes); agora, estou sugerindo que os COMPs subordinados e os modos podem conter os “mesmos” traços. Assim, os COMPs parecem ser itens lexicais (funcionais) que possuem seus próprios traços semânticos em termos de veridicalidade/factividade.

³⁰Já que existe uma relação de inclusão entre essas duas noções (cf. p. 50 acima), é desnecessário usar esta notação. Deste ponto em diante, utilizarei [+fativo] significando [+fativo, +verídico].

³¹Assumir Z-subjuntivo como uma variável a ser ligada por algum operador disponível significa assumir que este não é capaz de ligar a variável-argumento externo dos verbos, que Stowell (1993a) assume existir para todos os verbos, generalizando a proposta de Kratzer (1986) de que predicados de cena (*stage-level predicates*) possuem um argumento adicional, o espacial-temporal (cf. capítulo 2, seção 2.2.1.1.).

um subjuntivo numa oração complemento *sempre* forma uma dependência sintática com um operador na oração principal. O comportamento observado dos complementos de *lamentar* leva-me à conclusão de que o subjuntivo indica apenas a formação de uma dependência entre um Z-indefinido e um operador. Este, por sua vez, pode estar na mesma oração em que o Z-indefinido se encontra ou numa oração superior. A ocorrência de subjuntivos em orações raízes constitui evidência para essa conclusão:

(50) Talvez o João venha.

(50) dispensa argumentos: tanto o operador (o advérbio *talvez*) como o subjuntivo ocorrem na mesma oração. Assim, assumo que, de forma similar, um COMP [+fativo] pode se comportar como o operador com que um Z-indefinido pode formar uma dependência,³² não havendo, neste caso, necessidade de que esta seja estendida ao operador principal.

Em PB, um operador como *talvez* também não licencia itens de polaridade, mais um importante comportamento paralelo entre ele e COMP [+fativo] (cf. (47) acima):

(51) *Talvez o João faça nada.

Uma caracterização dos COMPs como a que estou propondo pode ser considerada natural se assumirmos que *orações complementos não são tão dependentes das orações principais* quanto se assume tradicionalmente, assunção plausível a partir da observação que temos feito ao longo do texto de que nem todos os COMPs subordinados são transparentes a elementos de suas orações principais. Para dar conta dessa observação, portanto, assumamos que uma “oração independente” deve conter um COMP [+fativo], e que nada na gramática proíbe que uma “oração independente” apareça como complemento de algum núcleo.³³ Essa assunção equivale a dizer que além das orações

³²O caráter léxico-semântico dos COMPs será explicitado abaixo, de modo que ficará claro que COMP [+fativo], assim como o [-fativo, +verídico], e advérbios como *talvez* possuem denotações relacionadas à verdade de uma oração (embora *talvez* provavelmente é um elemento gerado em alguma categoria funcional abaixo de COMP como proporei abaixo).

³³Usarei aspas na expressão “oração independente” para referir à interpretação similar à de orações raízes que orações complementos com núcleo COMP [+fativo] exibem. Porém, veja a discussão sobre esse ponto na seção 3.2.1. abaixo.

coordenadas, algumas orações completivas são interpretadas como independentes de suas respectivas principais.³⁴ Com tal assunção, podemos de fato oferecer um tratamento paralelo a CPs e DPs — ambos podem aparecer como complementos de verbos, por exemplo, evidenciando que eles devem compartilhar algumas propriedades. Seguindo essa linha de raciocínio, sugiro que CPs podem possuir determinantes fracos ou fortes (assim como um determinante puramente referencial): tratarei, portanto, COMPs [+factivos] como determinantes fortes,³⁵ e COMPs [-factivos] como determinantes fracos, que, exatamente como os Ds fracos, são ambíguos: um COMP [-factivo, +verídico] é interpretado como quantificador, enquanto um [-factivo, -verídico] como um “predicado cardinal”.

Subjacente à assunção que faço acima está uma importante pergunta: como caracterizar “domínios interpretativos independentes”? Em outras palavras, que elementos devem existir numa oração para que ele constitua um domínio opaco? Ou, na direção inversa, o que torna uma oração um domínio transparente?

Como motivação teórica para o papel dos COMPs como sugeri acima, proponho uma correlação entre COMPs [+factivos] e advérbios quantificadores (como *always*, *sometimes*, *never*, *usually*, entre outros), definidos como quantificadores/ligadores não-seletivos por Lewis (1975), que analisa tais advérbios como quantificadores sobre *casos*, definindo um caso como incluindo os 'tuplos de seus participantes e uma coordenada de tempo ou de evento³⁶ — os valores de quaisquer variáveis livres numa sentença aberta modificada pelos advérbios que ele analisa — ou seja, os *casos* são as atribuições admissíveis de valores para essas variáveis. Assim, os quantificadores não-seletivos ((52)-(53), correspondentes a (20)-(21) de Lewis) torna as condições de verdade mais simples, já que não há relativização da verdade de uma sentença Φ quantificada por esses advérbios, pois nenhuma variável é deixada livre, contrariamente a sentenças contendo quantificadores seletivos ((54)-(55), correspondentes a (18)-(19)

³⁴Uma proposta semelhante pode ser encontrada em Torrego & Uriagereka (em preparação), embora baseada numa perspectiva diferente e motivada a partir de fatos empíricos adicionais, não considerados aqui.

³⁵Atualmente, não tenho argumentos para realmente motivar o caráter de determinante forte (quantificador) de COMP [+factivo]. Parece que se poderia facilmente tratá-lo como referencial (em paralelo aos Ds [+definidos]). Deixarei essa questão aberta no momento.

³⁶Observe que ele também trata tais coordenadas como variáveis livres a serem ligadas pelos advérbios quantificadores não-seletivos. Além disso, aponta que a quantificação apenas sobre variáveis de tempo ou de evento é possível, quando não há nenhuma variável livre referindo indivíduos.

de Lewis), que ligam variáveis particulares, não ligadas pelos quantificadores não-seletivos em discussão:

- (52) $\forall \Phi$ é verdadeira sse Φ é verdadeira em cada atribuição admissível de valores para todas as variáveis livres em Φ .
- (53) $\exists \Phi$ é verdadeira sse Φ é verdadeira em alguma atribuição admissível de valores para todas as variáveis livres em Φ .
- (54) $\forall_x \Phi$ é verdadeira, em qualquer atribuição admissível f de valores para todas as variáveis livres em Φ exceto x , sse para cada valor admissível de x , Φ é verdadeira na atribuição daquele valor de x junto com a atribuição f de valores para as outras variáveis livres em Φ .
- (55) $\exists_x \Phi$ é verdadeira, em qualquer atribuição admissível f de valores para todas as variáveis livres em Φ exceto x , sse para algum valor admissível de x , Φ é verdadeira na atribuição daquele valor de x junto com a atribuição f de valores para as outras variáveis livres em Φ .

Lewis ainda aponta outro fato: ainda se deseja quantificar além dos advérbios, como em (56) (seu (22)):

- (56) There is a number q such that, without exception, the product of m and n divides q only if m and n divide q .

Ele comenta o seguinte sobre (56): “ossos advérbios de quantificação não são totalmente não-seletivos: podem ligar indefinidamente muitas variáveis livres na oração modificada, mas algumas variáveis — aquelas usadas para quantificar além dos advérbios — continuam não-ligadas. Em [(56)], m e n são presas por *without exception*; mas q é imune, e sobrevive para ser presa por *there is a number q such that*, um quantificador seletivo de escopo mais largo” (Lewis, *op. cit.*, p. 7-8). (A sublinha foi acrescida.)

De acordo com essa última observação, assumirei que não só COMPs [+factivos] são ligadores não-seletivos, mas que COMPs [-factivos, +verídicos] também possuem tal propriedade. No entanto, com base na observação de Lewis a partir de (56), sugiro que um COMP [-fativo, +verídico] pode deixar variáveis livres sob seu escopo, como as introduzidas por NPs indefinidos, para ser ligadas por um quantificador mais largo numa oração superior, o que é similar a adotar a teoria de Diesing, em que indefinidos

pressuposicionais introduzem uma variável a ser ligada por algum operador, sofrendo QR, como em “contextos genéricos”. Tal assunção torna possível a análise dos fatos sumarizados na Tabela 1, como apresentarei abaixo:

Primeiro, voltando a uma questão deixada aberta na discussão precedente, os tão chamados itens de polaridade, “licenciados” por operadores matrizes (como os italianos *niente* e *nessuno*) são sempre interpretados como indefinidos específicos, interpretação muito apontada na literatura (veja, por exemplo, Kempchinsky (1986: cap. 3, nota 1, p. 198)), ou seja, exibem escopo fora da oração complemento, já que precisam estar sob o escopo da negação. Os itens não-polares (como os italianos *qualcosa* e *qualcuno*), ao contrário, podem ser interpretados como “verdadeiros existenciais”, como observado por Manzini (*op. cit.*), e talvez também como elementos específicos.³⁷ Provavelmente, a única distinção entre o *qualcosa* específico e *niente* é que apenas este é ligado pelo operador-Neg.³⁸

Tais observações são concordantes com a análise de Diesing dos indefinidos na “orações genéricas” do inglês, como na oração abaixo:

(57) I always write up a witty story about Millard Fillmore. (Diesing, *op. cit.*, (25a), p. 105)

Ela aponta duas leituras para (57): na leitura existencial do indefinido, *always* liga apenas alguma variável (talvez implícita, de acordo com ela) relacionada ao contexto, referindo um tempo/evento genérico, por exemplo, “morning situations”, enquanto o indefinido introduz uma variável ligada por fechamento existencial (58); na segunda leitura, o indefinido introduz uma variável numa cláusula restritiva, ligada por *always* (59):

(58) a. Existential reading: First thing in the morning, I always write up a witty story about Millard Fillmore. (Diesing, (25b), p. 105)

³⁷Não tenho certeza se os indefinidos não-polares em orações complementos podem ser interpretados como específicos, com escopo fora do complemento. Eu precisaria de alguns julgamentos adicionais sobre estes.

³⁸Estou abstraindo da possibilidade de *qualcosa* em sua leitura específica ser ligado pelo COMP [$\pm$ factivo, $\pm$ verídico] da subordinada.

- b. Always_t [*t* is in the morning] $\exists_x$ *x* is a story about Millard Fillmore $\wedge$ I write up *x* at *t*. (Diesing, (27), p. 105)
- (59) a. Quantificational reading: Whenever I hear a witty story about Millard Fillmore, I always write it up. (Diesing, (25c), p. 105)
- b. Always_x [*x* is a story about Millard Fillmore] I write up *x*. (Diesing, (26), p. 105)

De modo similar, *qualcosa* em (45) acima é ligado por fechamento existencial na oração complemento, enquanto o subjuntivo (um Z-indefinido) é ligado pelo COMP [-factivo, +verídico], como mostro informalmente abaixo:³⁹

- (45') a. Non dico [che sia qualcosa.
- b. Não digo [COMP_[-factivo, +verídico]_i SUBJ_i *qualcosa*
- c. Não digo [VERDADEIRO_t [*t* é um intervalo temporal] $\exists_x$ *x* é *qualcosa* at *t*⁴⁰

Niente também ocorre no mesmo contexto ((46) acima), mas é interpretado como *específico* e sob o escopo da negação. Assim, analiso este fato como abaixo, em que *niente* introduz uma variável numa cláusula restritiva ligada pelo operador-Neg:

- (46') a. Non dico [che sia niente.
- b. Não digo [COMP_[-factivo, +verídico]_i SUBJ_i *niente*
- c. Neg_x [*x* é *niente*] eu digo [VERDADEIRO_t [*t* é um intervalo temporal] $\exists_x$ em *t*

Nesta altura, mais uma assunção é necessária: *determinantes sentenciais fracos*,⁴¹ em sua leitura quantificacional (COMPs [-factivos, +verídicos]), não precisam sofrer QR, já que (ou quando) se comportam como ligadores não-seletivos. Essa assunção nos permite dar conta da possibilidade de extrações e “licenciamento” de itens polares nesse tipo de complemento, embora seja problemática por quebrar o paralelo estabelecido

³⁹Assumirei simplesmente que o lugar de pouso para os indefinidos (o Z-indefinido ou o NP) em suas leituras quantificacionais é [spec, CP]/COMP, um tipo de movimento(-QU), nos casos em que COMP é o núcleo relevante.

⁴⁰Por pura conveniência, abrevio aqui COMP [-factivo, +verídico] como VERDADEIRO, mas sem implicar nada além do que comentei sobre este operador.

⁴¹Note que ainda queremos que COMPs [+factivos], *determinantes fortes*, sejam obrigatoriamente extraídos em LF, já que eles não permitem extração de nenhum elemento que eles contêm.

entre CPs e DPs (já que na teoria de Diesing qualquer elemento quantificacional deve sofrer QR, teríamos que dizer que tais COMPs também sofrem QR).⁴²

Como interpretação intuitiva subjacente à análise proposta, parece que indefinidos polares são interpretados em relação a algum conjunto previamente introduzido no discurso, interpretação que está por trás da paráfrase partitiva dos indefinidos específicos, o que também se conforma à teoria de Diesing (veja também Enç (1991), que, embora ofereça uma análise teórica diferente da de Diesing, também defende que os indefinidos específicos são parafraseáveis por NPs partitivos). Se assim o for, em termos intuitivos, poderíamos atribuir o caráter mais largo de COMPs [+factivos] à sua tendência de remeter a um conjunto previamente introduzido no mundo real. Uma observação adicional diz respeito ao fato de que COMPs [-factivos, +verídicos] e NPs indefinidos pressuposicionais (específicos) são similares nesse aspecto, pois, como mostrado na seção 1, esses COMPs referem a uma crença por alguma entidade no discurso prévio, i.e., embora refiram a uma verdade num mundo possível, especulamos, que pertence a um conjunto de mundos possíveis (de novo uma “leitura partitiva”), sua *âncora individual* tem que ser “recuperada” no discurso (cf. p. 69 acima), conseqüentemente, no mundo real. Já que apenas a âncora individual é indefinida, um COMP [-factivo, +verídico] cria um domínio interpretativo mas não um realmente “independente” no sentido assumido acima.

De acordo com essas especulações, ainda sugiro que os chamados verbos *factivos* como *descobrir*, *saber*, *ignorar* (cf. (05), (06), (11) e (20) acima) — mas não os factivos emotivos como *lamentar* — são compatíveis em interpretação com um COMP [-factivo, +verídico], já que este denota uma verdade em um mundo possível, que pode ser um modelo do mundo real — se isso estiver na direção certa, as possibilidades de extração em (37a) e (38a) podem ser atribuídas à presença de um COMP deste tipo (lembre que tentei motivar acima o caráter deste COMP como um quantificador que pode ser prevalecido por um outro de escopo mais largo, assumindo também que, por ele ser um determinante sentencial fraco comportando-se como ligador não-seletivo, não precisa sofrer QR).

⁴²Talvez isso possa ser resolvido em termos da distinção D(iscourse)-linked/non-D-linked (ligado/não-ligado pelo discurso), proposta por Pesetsky (1987), que aponta dois tipos de elementos-QU *in situ*: aqueles que em não precisam sofrer QR (os D-linked) e aqueles que devem sofrer QR (os non-D-linked). No entanto, não perseguirei essa idéia aqui.

Em resumo, a seguinte caracterização (léxico-)semântica dos COMPs está presente na análise acima:

Tabela 2

COMP [+fativo]	Quantificador forte, não-seletivo, com escopo largo ⁴³
COMP [-fativo, + verídico]	Quantificador fraco, não-seletivo, com escopo estreito
COMP [-fativo, - verídico]	Predicado cardinal

Em relação a sua interpretação semântica, adoto a caracterização de Farkas (1992) dos verbos discutidos na seção 3.1.⁴⁴ Ela propõe que os verbos principais introduzem diferentes elementos: alguns predicados introduzem um novo mundo possível ou o mundo real (*predicados extensionais*), outros introduzem um conjunto de vários mundos possíveis (*predicados intensionais*), e a proposição complemento desses predicados é interpretada em relação a esse(s) mundo(s) (ancoragem extensional x intensional) (cf. p. 69 acima). No entanto, Farkas propõe que as asserções simples (orações raízes) são interpretadas em relação ao mundo real, i.e., são interpretadas extensionalmente — assim, parece que tais orações têm que fazer uso de algum tipo de interpretação *default*, já que não há nenhum predicado introduzindo um (conjunto de) de mundo(s) (possíveis) em que sejam interpretadas. Assim, atribuo as seguintes denotações aos COMPs:⁴⁵

⁴³Deixarei uma definição apropriada de escopo largo/estreito para outro estudo. Aqui, me refiro à observação de Lewis de que existem alguns quantificadores que prevalecem sobre outros (como os advérbios quantificadores e o suposto COMP [+fativo]).

⁴⁴Observe que tanto Giannakidou (1994) quanto Marques (1995) basearam suas análises em alguns pontos deste estudo: portanto, minha caracterização dos COMPs é compatível com as noções sugeridas por Farkas.

⁴⁵A proposta de COMPs marcados com diferentes traços semânticos leva-nos a perguntar se há línguas que refletem isso morfologicamente. Na nota 29 acima, citando Rizzi (1995), mostro que isso de fato se dá. Aqui, no entanto, quero ilustrar com dados do latim: nesta língua, o complementador *quod* podia introduzir orações tanto indicativas como subjuntivas, enquanto um outro complementador, *ut*, apenas introduziam orações subjuntivas. É interessante observar que esses complementadores ainda impunham o uso de diferentes marcadores de negação: quer introduzindo um subjuntivo, quer um indicativo, *quod* era usado apenas com o marcador negativo *non*; *ut*, por sua vez, podia ser usado tanto com *ne* (sendo *ut* em geral elidido quando precedia *ne*) como com *non* — tais marcadores em orações raízes assim eram distribuídos: *non* em declarativas e interrogativas, *ne* em imperativas. Mais importante, os verbos matrizes com que *ut* era usado constituíam-se nos verbos como *imperare* (*ordenar*), *velle* (*querer*), *malle* (*preferir*), *nolle* (*não querer*), cujas subordinadas, se negativas, exibiam a sequência (*ut*)-*ne*; assim como com verbos impessoais (*opus est* “ser preciso”; *necesse est* “ser necessário”; *optimum est* “ser bom” etc.), cujas subordinadas negativas tinham de possuir *non* (devo essas informações a Martins (1994: p.

Tabela 3⁴⁶

COMP [+factivo]	Conjunto de proposições (consideradas) verdadeiras no mundo real (por todos os participantes de uma interação discursiva).
COMP [-factivo, +verídico]	Conjunto de proposições (consideradas) verdadeiras (por alguma entidade) em algum mundo possível, incluindo o mundo real.
COMP [-factivo, -verídico]	Conjunto de proposições verdadeiras em mundos possíveis futuros.

Voltemo-nos agora para a possibilidade de indicativos nesses complementos: a explicação desse fato, no entanto, não é nada óbvia, já que, quando um indefinido polar está presente, apenas subjuntivos são possíveis em COMPs [-factivos, +verídicos], o que me leva a concluir que tais COMPs precisam ligar algum elemento, ou seja, que alguma restrição contra quantificação vácuca também se aplica sobre eles. Dada tal restrição, se não há nenhum T subjuntivo, o NP indefinido tem que prover a necessária variável livre a ser ligada por COMP, o que é uma previsão adicional de Diesing, quando diz: “se se desse uma situação tal que houvesse um advérbio quantificador, e um NP-objeto indefinido fosse a única variável potencial para o operador (por exemplo, *always*) ligar, esperaríamos que apenas a leitura quantificacional do indefinido seria possível” (Diesing, 1992, p. 113). No entanto, no que concerne COMPs [+factivos], mesmo se o subjuntivo aparece, o NP indefinido deve ser interpretado dentro da oração complemento. Assim, a única coisa “explicando” esse fato seria a assunção anterior de que um COMP [+factivo] constitui uma “oração independente”/domínio interpretativo independente — já que é um ligador não-seletivo forte, de escopo largo, e se constitui no ligador c-comandante mais próximo, não permite quantificação externa sobre algum

352-353)). Pensando em termos semânticos, podemos observar que *non* também podia ocorrer em orações assertivas verdadeiras (quer principais quer subordinadas), enquanto *ne* apenas aparecia em contextos tradicionalmente caracterizados como não-asserções, orações imperativas e subordinadas sob verbos como *querer*: não coincidentemente sob o ponto de vista de minha análise, *quod* apenas permitia o uso de *non*, mesmo introduzindo um subjuntivo, o que parece indicar que este complementador indicava asserções, e pressuposições no caso dos factivos-emotivos. Adicionalmente, a gramática latina de Faria (1958) nos informa que *quod* aparecia com verbos como *loquor* e *dico* (falar e dizer), *credo* (acreditar) e *scio/cognito* (saber), factivos não-emotivos, e verbos como *gaudeo* (alegrar), *laetor* (elogiar), *gratulor* (congratular), *vituperor* (censurar), *miror* (admirar-se), factivos-emotivos; enquanto *ut-ne* com verbos volitivos como *velle/nolle* (querer/não querer), e *ut-non* com verbos como *imperare* (ordenar).

⁴⁶O motivo dos parênteses nessa tabela será visto logo abaixo.

elemento sob seu escopo.⁴⁷ Como já sugerido, COMPs [-factivos, +verídicos] não impõem tal restrição, por serem elementos fracos (embora também sejam ligadores não-seletivos).⁴⁸

Os indicativos nesses complementos, portanto, poderiam ser vistos como expressões temporais possuindo propriedades referenciais similares a pronomes, ou seja, como expressões que referem diretamente a intervalos temporais num mundo particular — que pode ser o mundo real, como em complementos [+factivos]; ou algum mundo possível (que também pode ser um modelo do mundo real) de acordo com a crença de alguém, como em complementos [-factivos, +verídicos]. Isso é tudo que especularei sobre os indicativos no momento, deixando uma interpretação mais completa sobre os tempos como objeto de um outro estudo.

Quanto à variação observada entre as línguas, dos modos possíveis nos contextos em discussão, sugiro que seja explicada em termos de algum parâmetro lexical definindo os elementos relevantes como ligadores não-seletivos (potenciais) ou não. Assim, as línguas em que apenas os subjuntivos são possíveis, os COMPs [+factivos] e [-factivos, +verídicos] são definidos apenas como ligadores não-seletivos (essa proposta traz um problema para minha análise, a saber, o da impossibilidade de subjuntivos em orações raízes, se se mostrar que elas precisam possuir um COMP [±factivo, +verídico], assunto que tratarei abaixo, em 3.2.1.). Considerando alguma versão do princípio do subconjunto de Berwick (1985), poderíamos dizer que, sempre que esses COMPs podem não se comportar como ligadores não-seletivos, eles também podem assim se comportar. Em outras palavras, a opção negativa do parâmetro contém a positiva, e o valor *default* seria a opção negativa, o que daria conta de ambos os modos em francês e em PB.

⁴⁷Sob tal assunção, *niente* não é possível em complementos [+factivos] (veja (46)) porque teria que ser ligado pelo operador-Neg matriz, mas o COMP [+factivo] interveniente constituiria um ligador mais próximo para ele.

⁴⁸Não falarei de questões de adjacência aqui (cf. seção 1.2. do capítulo 1), simplesmente mantendo que c-comando é a noção relevante envolvida na explicação desses fenômenos, ou seja, um ligador (não-seletivo) c-comandante mais próximo sempre proibirá movimento adicional para [spec, CP]/COMP (ou talvez [spec, FP]/F, considerando Uriagereka (1995a,b)) da oração principal, mesmo se movimento cíclico for disponível. Esse passo aparentemente sem motivação torna-se bastante natural num quadro minimalista, em que o movimento poderia até se dar na computação, mas na interface LF-CI a oração seria ininteligível, ou seja, a restrição contra movimento a partir de um domínio interpretativo independente seria uma condição de *output* pura, que poderia ser formulada nos seguintes termos: uma cadeia só é interpretável se tanto sua cabeça como sua calda estão contidas num mesmo domínio interpretativo independente.

3.2.1. *Especulando sobre as raízes*

Aqui é necessário fazer algumas considerações sobre as orações raízes; adianto, porém, que não me estenderei muito sobre elas. Tais orações apresentam um problema para a análise que proponho da distribuição dos modos nas orações completivas: como muito referido na literatura, o modo subjuntivo não é possível em orações raízes (exceto quando operadores do tipo *talvez* aparecem, como em (50) acima). De acordo com o raciocínio até aqui apresentado, “orações independentes” (completivas) constituem domínios interpretativos independentes, mostrando-se opacas, não-transparentes a elementos de suas orações principais. Na discussão acima, deixei implícita uma equivalência entre complementos [+factivos] e orações coordenadas (tradicionalmente assumidas como orações independentes, tanto quanto as orações raízes). Agora, se não é possível subjuntivo neste último tipo de orações, a correspondência sugerida é perdida — em outras palavras, essa impossibilidade sugere que não há COMP [$\pm$ factivo, +verídico] disponível em orações raízes.

Pensemos, então, sobre a proposta de Farkas: as asserções simples (orações raízes), por não serem introduzidas por nenhum predicado, precisam fazer uso de uma interpretação *default*, sendo ancoradas extensionalmente, especificamente, no mundo real. Essa interpretação é exatamente aquela que proponho para os COMPs [+factivos]. Observe que na análise aqui esboçada eu poderia dizer, para evitar o apelo a mecanismos *default*, que há um COMP [$\pm$ factivo, +verídico] nessas orações, permitindo sua ancoragem no mundo real, o que definitivamente me deixaria com o problema de explicar a impossibilidade de subjuntivos nesses contextos. Por outro lado, se Farkas está mesmo certa — e acreditamos que sim —, essa interpretação *default* no nosso quadro se deveria ao fato de que CP não é projetado em orações raízes, o que, portanto, assumirei, visto que dois fatos parecem nos levar a tal conclusão (cf. Martins (1994: p. 341), que assume o mesmo,⁴⁹ ao estudar a distribuição dos clíticos em PE sincrônica e diacronicamente).

⁴⁹Na verdade, Martins (1994) oscila entre essa assunção e uma análise em que COMP principal possuiria comportamento diferente de COMPs subordinados. Assim, embora ela diga na p. 341 “assumo que em orações não-dependentes CP não é projetado”, ela aborda em outros momentos alguns fatos difíceis de serem uniformemente explicados dentro de seu quadro teórico, voltando a se referir às principais como se possuíssem CP: primeiro, a assimetria entre orações principais e subordinadas completivas — nestas a ordem clítico-verbo é geral, enquanto nas principais ocorrem tanto ênclise como próclise. Para dar conta

Então, como se daria essa interpretação *default*? Para apontar uma direção para a resposta desta pergunta, é importante trazer de volta à noção de *âncora individual* de Farkas (1992) — sua sugestão é a de que os mundos possíveis precisam ser ancorados a indivíduos, ou seja, uma proposição é sempre verdadeira para alguma entidade: o sujeito principal no caso de complementos introduzidos por verbos do tipo *pensar/imaginar*; o enunciador em orações raízes. Essa distinção se mostra crucial numa teoria em que o sistema-CP é explodido: Uriagereka (1995a) propõe uma categoria F (de funcional), codificando *ponto de vista*, que pode hospedar sintagmas topicalizados, focalizados, enfáticos ou contrastivos — todos esses sintagmas expressam o ponto de vista de um falante ou algum sujeito oracional. Uriagereka faz as seguintes observações: quando a ênfase aparece numa oração, alguém é responsável por ela; informações velhas ou novas (tópicos e focos, respectivamente) são velhas ou novas de acordo com alguém; até mesmo expressões referenciais, continua ele, pressupõem um falante responsável por chamar alguém de “o assassino do Smith” ou “Jones”. Feitas essas observações, o autor defende o seguinte:

“(…) a syntactic theory formally expressing dependencies goes as far as establishing valid chains and nothing else. These chains have indexation mechanisms, but the indices carry no semantic value. Value assignment is a matter which is dependent on a discourse, which is to say the point of view of a speaker or some other subject. This is what pragmatics is about. My proposal is that the syntax has one designated node which enters into the determination of what are valid assignment for formal indices (i.e. relations) that the syntax creates. There are syntactic rules determining possible points of view in a sentence, and only a sub-class of the logically possible points of view that a pragmatic theory allows satisfies the syntactic derivation.” (Uriagereka (1995a, p. 155); grifos meus)

dessa assimetria, propõe que Σ (Sigma) está de algum modo marcado em COMPs subordinados (cf. p. 352) (para tal conclusão, baseia-se em alguns dados que parecem indicar que V matriz seleciona uma instanciiação particular de Σ (Afirmação)P, NegP ou F(ocus)P); *proibir*, por exemplo, não coocorre com complementos negativos) — dessa forma, sugere que em contextos encaixados COMP e V têm traços de Σ a serem checados, Σ movendo-se em sintaxe visível para COMP, e V, apenas em LF. Nas principais, por outro lado, COMP não possui traços de Σ , visto que ocorre fora de um contexto de complementação (usando estritamente os termos de Martins; cf. p. 365). Outro fato diz respeito aos elementos-QU, que em sua proposta, movem-se para [spec, FP] — neste caso, o verbo não se deslocará para lá, continuando em Agr-s ([QU [F [F [Agr-s [Agr-s clítico [Agr-s V...]]]]]]). No entanto, em orações com QU *in situ*, a ordem V+clítico é atestada: Martins resolve esse problema dizendo que FP não é projetado (mas sim alguma outra instanciiação de Σ , AfP ou NegP (dependendo se a frase é afirmativa ou negativa), assumindo ainda a proposta de Chomsky (1993) de que QUs são universalmente fortes e que mesmo nos casos de QU *in situ*, um operador nulo a ele associado move-se na sintaxe visível, não para [spec, FP], mas para [spec, CP] (cf. p. 365). Como se vê, em qualquer das duas opções de Martins, fica clara a assimetria entre principais e subordinadas (ou aquelas não possuem uma projeção de CP, em oposição a estas, que possuem; ou COMPs principais não têm traços de Σ , enquanto os subordinados têm).

“We may think of F as a point of interface at LF between the competence levels of syntax and the performance levels of pragmatics.” (Uriagereka, 1995b, p. 93)

Conforme os grifos salientam na primeira citação acima, Uriagereka propõe que a sintaxe determina os pontos de vista possíveis numa oração: como exemplo disso, ele nos oferece as sentenças com ênfase abaixo (cf. Uriagereka, 1995a, p. 155-156):

- (60) a. John’s mother believes that Mary likes **NOTHING WHATSOEVER**.
 b. John thinks that **NOTHING** does Mary like.
 c. **NOTHING** does John think that Mary likes.

Suas considerações são as seguintes:

— Em (60a), podem entrar em jogo tanto o ponto de vista (ou força ilocucionária) do falante como o do sujeito principal: neste caso, eu (o falante) estou apenas relatando uma crença que a “mãe de John” tem: *Mary likes NOTHING WHATSOEVER*; no primeiro caso, eu posso concluir, a partir de meu conhecimento das crenças proferidas explicitamente pela “mãe de John” (por exemplo, “Mary doesn’t like peanuts; she doesn’t like candy, either; in fact, Mary doesn’t even like cookies or ice-cream.”), que “a mãe de John acha que Mary não gosta de NADA NO FINAL DAS CONTAS”. Na verdade, nesta leitura, a “mãe de John” nunca professou (ter) essa crença, mas expressou crenças suficientes para eu chegar a tal conclusão.

— (60b) só permite a leitura em que John é o responsável pela ênfase, enquanto (60c) permite apenas que meu ponto de vista seja expresso. Com base nos movimentos visíveis nestas duas orações, Uriagereka propõe que o movimento em LF do elemento enfatizado (ou, alternativamente, de algum operador nulo na sintaxe visível), para [spec, FP] encaixado ou principal, determinará sob que ponto de vista interpretar a ênfase, sendo sua proposta a de que o elemento em [spec, FP] expressa o ponto de vista do sujeito c-comandante mais próximo.⁵⁰

Munidos dessa proposta, voltemos à discussão sobre o que fazer com as raízes, em relação aos seus COMPs: talvez seja uma direção possível “repartir” as denotações dos COMPs, sugeridas na tabela 3 acima, entre eles e os núcleos F ou algum operador (nulo) em [spec, FP], atribuindo a parte que leva em conta o ponto de vista das entidades

⁵⁰Como não há sujeito sintático c-comandando o elemento em [spec, FP] da principal, o ponto de vista expresso será o do falante.

relevantes (“consideradas verdadeiras por...” a F ou, de novo, a algum operador (nulo) em seu spec. Dessa forma, poderia ser assumido que um CP-complemento pode ser verdadeiro para o enunciador quando se move para [spec, FP] da matriz em LF (lembre que propus movimento de CPs [+factivos] acima, estabelecendo um paralelo entre DPs e CPs), enquanto é verdadeira para o sujeito principal se permanecer *in situ*.⁵¹ Há duas possibilidades para explicar esta última interpretação: ou COMP e F mantêm algum tipo de relação, o que não seria de imediato enquadrado na caracterização de F oferecida por Uriagereka, ou [spec, FP] possuiria um operador, que poderia ser nulo, tendo que expressar um ponto de vista compatível com a denotação do COMP de sua oração. Essa última especulação pode ser exemplificada, assumindo que a posição de *talvez* na árvore é [spec, FP], com a inaceitabilidade de orações como “*Lamento que *talvez* o Pedro tenha vindo”, cujo COMP encaixado é [+factivo] (remetendo a um conjunto de proposições verdadeiras no mundo real), não sendo compatível com um operador de possibilidade/incerteza como *talvez* (que indica um ponto de vista incerto de um sujeito); já com um COMP [-factivo, +verídico], a coocorrência é possível: “Acredito que *talvez* o Pedro tenha vindo”.

Com base nas considerações acima, poderíamos propor que a interpretação *default* dessas orações seria possível devido à presença de um operador (nulo) em [spec, FP] que indicaria um ponto de vista, o do enunciador — falando em termos pragmáticos, sempre que o ponto de vista do enunciador entra em jogo, uma proposição é considerada verdadeira no mundo real, o que explica a aparente presença de um COMP [+factivo] em orações raízes.⁵²

Para fechar esta subseção com chave de ouro, é interessante observar a interface de que estamos falando reconhecida por um pragmaticista, embora dita de um *ponto de vista* diferente, na verdade, expressa a partir direção contrária:

“Assim, dentre as várias ‘condições de felicidade’ que regem o ato ilocucionário de afirmar há uma que diz respeito ao conteúdo

⁵¹ Aqui ainda se precisaria explicar como sintaticamente seria determinada a possibilidade do ponto de vista de uma terceira entidade no discurso, algo que tenho tentado mostrar ser possível em PB.

⁵² Uriagereka (1995a: p. 154) ainda aponta que fenômenos discursivos-informacionais podem trazer consequências para as condições de verdade de uma sentença, idéia, segundo ele nos reporta, bastante sugerida na literatura sobre foco, que muito abordou uma sub-classe de sentenças com foco que traz esse tipo de consequência. No que diz respeito à noção de valor de verdade, ainda remeto o leitor a Hornstein (1995), que discute como se poderia trazer esta noção para dentro da Gramática Universal, sem a necessidade da noção de *satisfação de condições de verdade*.

proposicional (no caso, a proposição afirmada no ato) a saber: para que o ato seja sincero é necessário que o falante creia que a proposição é verdadeira. Isto é, a consideração de valor veritativo da proposição que, por definição nossa, faz parte da semântica, torna-se no caso uma das condições de felicidade de um ato ilocucionário, conceito este que, por sua vez, pertence ao nível pragmático.” (Rajagopalan, 1983b, p. 51)

3.3. *Verbos de crença fraca e verbos deônticos fracos*

Agora, voltando nossa atenção aos complementos dos verbos por Marques classificados como predicados que não indicam crença (como *dividir*) ou indicam crença fraca (como *acreditar*) na verdade do complemento, por parte de alguma entidade, de um lado, e aos de verbos que não permitem inferir a verdade do complemento (como *querer*), podemos observar uma diferença muito importante entre essas duas classes: *verbos de crença fraca podem ter uma oração complemento em cuja verdade alguma entidade no discurso acredita (como já discutido em relação aos mesmos verbos com complementos no indicativo — marcando crença forte ou conhecimento), enquanto complementos de verbos deônticos não exibem essa propriedade*. A partir de tal observação, conforme nossa caracterização dos COMPs, podemos propor que os primeiros possuem um núcleo [-fativo, +verídico], enquanto os últimos possuem um núcleo [-fativo, -verídico].

Como visto acima, um COMP [-fativo, +verídico] é capaz de ligar um subjuntivo, comportando-se como um ligador não-seletivo. Portanto, a sugestão de que o sistema de modos é independente do sistema de atitudes proposicionais, em termos sintáticos, resulta dessa habilidade dos COMPs [-fativos, +verídicos], ou seja, já que a gramática torna os dois modos disponíveis, eles podem aparecer nos mesmos contextos sintáticos, carregando diferentes significados, compatíveis com a situação discursiva ou mesmo com o verbo principal.

Isso traz de volta a discussão sobre a possibilidade de “redundância” na gramática. Aqui, apenas pretendo apontar que, afinal, o modo subjuntivo parece abrir uma variedade de “denotações” (cf. nota 28 acima). Parece que este fato resulta de seu caráter indefinido, ou seja, sua interpretação semântica irá variar de acordo com as propriedades e denotação do COMP que o liga. Por esse raciocínio, não podemos garantir que de fato alguma “redundância” esteja envolvida no sistema INFL-COMP.

No que diz respeito aos complementos de verbos deônticos fracos, no entanto, como mostra Marques (cf. seção 1, p. 49-50), eles não podem ser considerados

verdadeiros por nenhuma entidade. Já que em nossa análise o próprio subjuntivo não indica valores de verdade falsos ou indefinidos, mas simplesmente não-responsabilidade ou não-conhecimento de alguma verdade por parte de alguma entidade, precisamos assumir que esses COMPs não são marcados como verídicos. Os COMPs [-factivos, -verídicos] mostram as mesmas propriedades observadas com os [-factivos, +verídicos]. (59)-(60) abaixo mostram itens de polaridade negativa “licenciados” pelo operador-Neg matriz em PB e em espanhol (estes, pegos de Kempchinsky, 1986: (13), p. 86), por exemplo:

- (59) a. Não quero que você faça nada.
 b. Ele não exigiu que fizéssemos nada.
 c. O general não ordenou que fuzilassem ninguém.
- (60) a. No quiero que venga nadie.
 “Não quero que venha ninguém.”
 b. No nos exigió que hiciéramos nada.
 “(Ele) não exigiu que fizéssemos nada.”
 c. El general no ordenó que fusilaran a nadie.
 “O general não ordenou que fuzilássemos ninguém.”

Exemplos similares podem ser feitos com extração-QU a partir desses complementos, o que indica que de fato COMPs [-factivos, $\pm$ verídicos] são determinantes igualmente fracos como proposto acima: no entanto, um item de polaridade encaixado em complementos [-factivos, -verídicos] parece sempre introduzir uma variável a ser ligada por um operador na matriz, sempre apresentando uma leitura específica/quantificacional, já que não há um ligador potencial interveniente para ele.

Além dos fenômenos de extração-QU e “licenciamento” de itens polares, os subjuntivos desses complementos constituem a única classe que forma uma dependência do tipo proposto por Manzini (1994), a saber, com um operador matriz, já que COMP encaixado não constitui um operador, mas simplesmente um “predicado cardinal”, como propus acima ao estabelecer um paralelo entre CPs e DPs.

3.3.1. O efeito-SDR

Como dito na introdução, o efeito-SDR aplica-se exatamente nos contextos que acabamos de discutir. Como o leitor já deve ter deduzido, quero analisar essa restrição como resultado do próprio tipo de “licenciamento” dos subjuntivos nesses complementos, a mesma análise proposta por Manzini (1994), que diz o seguinte: “Suponhamos (...) que o licenciamento de um subjuntivo dependa da formação de uma dependência relacionando um T encaixado a um operador numa oração mais alta. Se o I[nfl] subjuntivo contiver um Agr pronominal, esperamos que esse Agr pronominal seja disjunto em referência de outros elementos Agr que o c-comandem localmente, i.e., dentro da mesma dependência” (p. 34). Nossa análise, no entanto, por considerar a possibilidade de diferentes COMPs aparecerem em orações complementos, prediz que nem todos os contextos subjuntivos exibem o efeito-SDR, o que é verdade, como se pode ver nos exemplos do PB abaixo (exemplos equivalentes podem ser encontrados na maioria das línguas românicas, incluindo o italiano, o francês, o espanhol e o PB):

- (61) a. Os meninos_i não negam que *pro*_i fizessem esse tipo de coisa.
 b. Meus pais_i duvidam que *pro*_i consigam chegar a tempo.
 c. Meus amigos_i lamentam que *pro*_i não façam mais esse tipo de bolo.
 d. João_i não acreditou que *pro*_i conseguisse boas notas.
 e. Maria_i ignora que ela_i tenha razão.

Repetimos: nossa análise parece dar conta da possibilidade de correferência entre os sujeitos principal e encaixado nesses contextos, já que nenhuma dependência é formada entre o subjuntivo e um operador na matriz, sendo o próprio COMP subordinado capaz de ligar o subjuntivo, não entrando em jogo nenhuma questão relacionada a localidade.

Por outro lado, em (62) abaixo, orações com verbos deônticos fracos, o efeito-SDR é explicado nos termos de Manzini:

- (62) a. A Maria_i deseja que ela_{ij} faça isso.
 b. Meus pais_i mandam que eles_{ij} comprem o pão.
 c. Minhas irmãs_i proíbem que *pro*_{ij} joguem na rua.
 d. Meus pais_i deixam que *pro*_{ij} saiam com seus amigos.

Nossa análise ainda prevê que se houver um ligador para o subjuntivo nesses complementos, mais próximo do que o operador matriz e inferior ao sujeito principal, a

correferência entre os dois sujeitos será possível. Isso é de fato confirmado em orações em que aparecem elementos como o modal *poder*, o “auxiliar da passiva” *ser* ou o auxiliar temporal *ter*, observadas tanto por Zaring (1985) como por Raposo (1987) como observado no capítulo 2:

- (63) a. João_i esperava que ele_{ij} pudesse visitar a cidade.
 b. João_i deseja que (ele)_{ij} possa receber a bolsa esse semestre.
 c. João_i receia que ele_{ij} tenha tomado a decisão errada.
 d. Maria_i desejou que ela_{ij} tivesse se saído bem nos exames.
 e. João_i deseja que ele_{ij} seja admitido no concurso.
 f. João_i pediu que *pro*_{ij} fosse recomendado pelo professor.

É interessante observar a semântica desses elementos. Tradicionalmente, modais como *poder* são tratados como *modais epistêmicos*, ou seja, como elementos que referem ao conhecimento partilhado (*conversational background*) constituído não de circunstâncias reais mas por fatos conhecidos, consistentes com a “possibilidade” introduzida pelo modal.⁵³ Uma das leituras de (64a), parafraseada por (64c), exemplifica a leitura epistêmica de *poder*, em oposição à leitura raiz (*root sense*) parafraseada em (64b):

- (64) a. João pode conseguir boas notas.
 b. João tem capacidade para conseguir boas notas.
 c. É possível que João consiga boas notas.

Em (64c), a *leitura epistêmica* do modal é similar à *leitura forte* de verbos como *acreditar*, i.e., *poder* denota uma possibilidade cuja realização é altamente provável dadas certas condições conhecidas pelos participantes de uma situação discursiva (por exemplo, João passou o ano inteiro estudando para se sair bem nos exames) — nesse sentido, (64c) não é uma paráfrase perfeita de (64a); uma paráfrase melhor seria “É bem possível que...”. Em outras palavras, como sugere Kratzer (1981),⁵⁴ construções com modais sempre envolvem uma restrição produzida pelo operador modal, originando

⁵³Veja a discussão sobre modais epistêmicos de Chierchia & McConnell-Ginet (1990: p. 236 ss.), que os tratam como operadores proposicionais.

⁵⁴Não tive acesso a esse texto, exceto pela discussão de Diesing (1992: p. 96).

acomodação de pressuposição.⁵⁵ Com esta análise, poderíamos sugerir que modais como *poder* movem-se para COMP em LF, aplicando-se na representação semântica sobre cláusulas restritivas contendo as variáveis relevantes, no caso particular, sobre a variável temporal introduzida pelo Z subjuntivo. Portanto, nos casos de (63a-b) e (64), o subjuntivo é “licenciado” por um operador na mesma oração — algo similar ao que acontece em (50) acima —, e nenhuma dependência é formada com um operador matriz, sendo possível a correferência entre os sujeitos.

Em relação ao temporal *ter*, ele introduz obrigatoriamente um intervalo de tempo anterior ao momento de fala, referindo um intervalo temporal específico (no sentido de Enç (1987, 1991)). Não entrarei em detalhes aqui, mas de novo encontramos as já discutidas correlações entre as categorias referenciais: assim como os NPs indefinidos na teoria de Diesing possuem uma leitura quantificacional, um Z subjuntivo pode ser interpretado da mesma maneira, quando se refere a um conjunto de intervalos temporais saliente no discurso, ou seja, previamente introduzido no discurso — uma assunção adicional necessária é a de que nesses contextos há um modal implícito, que exige acomodação de pressuposição como no caso de *poder* acima. Novamente, o subjuntivo não precisaria formar uma dependência com um operador principal, permitindo correferência entre os sujeitos.

Finalmente, o uso de *ser* em (63e-f) parece constituir-se em um de seus usos como um *predicado de cena* (*stage-level predicate*), ou com um significado semelhante, já que em construções passivas, digamos, alguma propriedade transitória (não-inerente) é atribuída ao sujeito derivado. Se esse é realmente o caso, somos novamente autorizados a analisar as orações em que ele ocorre dizendo que elas possuem um operador implícito, visto que predicados de cena, na análise de Kratzer (1989), possuíam um argumento espacial-temporal disponível a ser ligado por algum operador implícito.

3.4. Conclusão

Neste capítulo, expus a tentativa de uma análise unificada de três fenômenos: a extração de elementos-QU e o licenciamento de itens polares encaixados licenciados por

⁵⁵A noção de *acomodação de pressuposição* foi proposta por Lewis (1979), relacionada ao fato de a conversação envolver conhecimento partilhado (*conversational background*), um conjunto de informações partilhadas pelos falantes como garantidas; a *acomodação* é o processo, portanto, que atualiza esse “background”, através de pressuposições. Diesing (1992) assimila o processo de formação da cláusula restritiva a essa noção de *acomodação* (cf. sua p. 62).

um elemento na oração principal, e o efeito-SDR. Apontei a possibilidade de tratar os dois primeiros fenômenos como consequência de restrições interpretativas dos níveis semânticos, especulando que orações complementos só se constituem em domínios interpretativos independentes na presença de um COMP[+fativo]. Em termos sintáticos, poderia ocorrer extração desses complementos, mas não haveria interpretação para tais derivações. Nesses mesmos contextos, itens polares não são “licenciados” pelo mesmo motivo. Tal proposta foi implementada em termos de c-comando, antes caracterizando COMPs [$\pm$ factivos, +verídicos] como operadores que podem ligar variáveis introduzidas por indefinidos: se um operador [+fativo] está presente, seu domínio de c-comando será tratado com um domínio interpretativo independente, visto que é um ligador não-seletivo de escopo mais largo (nos termos de Lewis, 1975): todas as variáveis c-comandadas por ele têm que ser ligadas dentro de seu domínio, tanto a introduzida pelo Z-indefinido, o subjuntivo, quanto à correspondente ao NP indefinido polar.

Já COMPs [-fativos, +verídicos] são caracterizados como operadores de escopo estreito, deixando variáveis livres sob seu domínio, podendo ser ligadas por um operador de escopo mais largo acima. Nesse sentido, tais COMPs não formam domínios interpretativos totalmente independentes, mas ainda se constituem em ligadores não-seletivos: ligam a variável introduzida pelo subjuntivo; e permitem o “licenciamento” do indefinido polar por um operador na principal.

Os caracteres diferenciados desses dois COMPs foram inicialmente derivados na seção 3.1., a partir da semântica dos complementos estudados, quando demonstrei que apenas uma noção de compatibilidade em níveis semânticos pode dar conta de forma unificada de todos os dados relacionados à distribuição dos modos. Essa compatibilidade, propus, pode ser “avaliada” em um contexto menor, a sentença inteira em que o subjuntivo ocorre (recuperando, assim a noção de aparente seleção lexical), ou num contexto maior, a situação discursiva prévia. Já na seção 3.2., mostrei que são os traços de COMP os elementos relevantes no que diz respeito a essa compatibilidade, visto que o subjuntivo também ocorre em contextos verídicos (complementos de verbos como *lamentar*), sugerindo a caracterização dos COMPs por meio dos traços semânticos [$\pm$ fativo, $\pm$ verídico], em geral atribuídos a operadores verbais (Farkas, 1992; Giannakidou, 1994; Marques, 1995).

O efeito-SDR, do ponto de vista de minha análise, é resultado da ausência de um ligador não-seletivo para o subjuntivo no complemento, sendo necessária a criação de uma dependência, exatamente equivalente à proposta por Manzini (1994), entre o subjuntivo e um operador na principal: sendo os sujeitos principal e encaixado contidos nesta dependência, não poderá haver correferência entre eles.

Relacionando a proposta deste capítulo aos fatos apresentados no capítulo 2, posso dizer que nesta dissertação explicitarei a necessidade de um estudo detalhado sobre as correlações entre as expressões que referem — CPs, DPs e ZPs. Neste capítulo, embora tenha me apoiado largamente na caracterização de Z-subjuntivo como um núcleo indefinido, deixei em aberto como unificar a análise de Stowell (1993a) derivando a interpretação dos tempos e minha análise dos CPs, tentando derivar suas interpretações. Creio que isso é possível, e tentarei o fazer em breve.

SUMMARY

This work focuses on linguistic phenomena in sentential complements that present problems for the Generativist Grammar Theory, for both Principles and Parameters and Minimalist models.

Some complements spelled out in the subjunctive mood are transparent for elements in their main clauses, such as those of verbs as *querer* (*wish*), whose pronominals subjects must be disjoint in reference from the main subject (restriction referred to as SDR-effect). This is not predicted by principle B of Binding Theory (Chomsky, 1981/1993), since these sentences, just as those expressed in the indicative mood, display both an accessible SUBJECT and a governor for their subject. Furthermore, these complements show a temporal frame apparently dependent on the main clause one.

Instead of trying a unified analysis for these two phenomena, I argue against such an analysis, relating the SDR-effect to other two phenomena: 1) the possible WH-extractions from the just referred complements and also from the indicative and subjunctive complements of verbs as *achar* (*think/consider*), *acreditar* (*believe*), and 2) the possibility of main operators to license (negative) polarity items in these same complements, but only when expressed in the subjunctive. Crucially, these two phenomena are not found in complements of verbs as *lamentar* even though they also are expressed in the subjunctive mood.

The (direction for a) unified analysis for these three facts, which I propose in this study, is based on the treatment of subjunctives as indefinite tenses which, parallel to their nominal counterparts (the indefinite NPs), must be bound for some operator, for indefinites correspond to free variables in semantic levels (Lewis, 1975; Heim, 1981; Diesing, 1992). Then, based on the semantics of the studied complements, I suggest the existence of different COMPs: when they can bind the subjunctive, the complement clause behaves like an independent clause, in the sense that it is not transparent to elements in the main clause, or sometimes only partially transparent. When there is no such a COMP available, some element binds the subjunctive from the main clause, extending the binding domain of pronouns and allowing embedded polarity items licensed by main operators and WH-extraction.

Key-words:

1. Generativist grammar
2. Operator complementizers
3. Indefinite tense

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AOUN, Y. & LI, Y.-H.A. (1993) "Wh-elements *in situ*: syntax or LF?" *Linguistic Inquiry* 24, p. 199-238.
- BERWICK, R. (1985) *The acquisition of syntactic knowledge*. Cambridge, Mas.: MIT Press.
- BRUGER, Gerhard & D'ANGELO, Mario (1994) Tempo, modo e la posizione di NegP. 20° *Incontro di Grammatica Generativa*.
- CARDINALETTI, Anna & STARKE, Michal (1993) *The typology of structural deficiency*. Ms., University of Venice/University of Geneva/MaxPlanck Berlin, Jan./May.
- CASTILHO, Ataliba T. de. (1968) *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, Marília. (Tese de Doutorado publicada)
- CHIERCHIA, Gennaro & McCONNEL-GINET, Sally (1990) *An introduction to Semantics*. Cambridge: MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on government and binding*, Dordrecht. Foris.
- _____. (1986) *Barriers*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- _____. (1995) *The minimalist program — Chapter 4*, mimeo, MIT.
- DIESING, Molly (1992) *Indefiniteness*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- ENÇ, Mürvet (1987) "Anchoring conditions for Tense". *Linguistic Inquiry* 18:4, p. 633-657.
- _____. (1991) "The semantics of specificity". *Linguistic Inquiry* 22:1, p. 1-25.
- FARIA, Ernesto. (1958) *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- FARIA, I.H. (1974) "Conjuntivo e a restrição da frase-mais-alta". *Boletim de Filologia*, vol. XXIII. Centro de Estudos Filológicos, Lisboa.
- FARKAS, D. (1992) "On the semantics of subjunctive complements". In: Hirschbühler & Koener, K. (eds.) *Romance languages and Modern Linguistic Theory*. John Benjamins, p. 71-104.
- GIANNAKIDOU, A. (1994) "The semantics licencing of NPIs and the Modern Greek subjunctive". *Language and Cognition* 4. University of Groninger.
- GRIMSHAW, J. (1991) *Extended Projection*. Ms., Brandeis University.
- HEIM, I. (1982) *The semantics of definite and indefinite noun phrases*. Amherst, University of Massachusetts. (Tese de Doutorado)

- HORNSTEIN, Nobert (1994) *The grammar of LF: from GB to minimalism*, mimeo, University of Maryland.
- _____. (1995) "Putting truth into Universal Grammar". *Linguistics and Philosophy*. 18.14, p. 381-400.
- HUANG, C.-T.J. (1982) *Logical relations in Chinese and the Theory of Grammar*. PhD dissertation, MIT.
- KAYNE, R. (1984) *Connectedness and binary branching*. Foris, Dordrecht.
- KEMPCHINSKY, P.M. (1986) *Romance subjunctive clauses and logical form*, mimeo, UCLA, Los Angeles. (Tese de Doutorado)
- KRATZER, A. (1981) "The notional category of modality". In: Eikmeyer, H. & Rieser, H. (eds.) *Words, worlds and contexts: new approaches in Word Semantics*. Berlin: de Gruyter.
- _____. (1989) "Stage and individual level predicates". In: *Papers on quantification*. NSF Grant Report, Department of Linguistics, University of Massachusetts, Amherst.
- LEWIS, D. (1975) "Adverbs of quantification". In: Keenan, E. (ed.) *Formal semantics of natural language*. Cambridge University Press.
- _____. (1979) "Scorekeeping in a language game". In R. Bäwerle, U. Egli & A. von Stechow (eds.) *Semantics from different points of views*. p.172-187. Berlin : Springer.
- MANZINI, M.R. (1994) *The subjunctive*, mimeo, University College London/Università di Firenze.
- MARQUES, Rui (1995) *Sobre o valor dos modos conjuntivo e indicativo em português*. Dissertation de mestrado, Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Ana Maria. (1994) *Clíticos na história do português*. Tese de doutorado, Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa, Lisboa.
- MAY, R. (1985) *Logical Form: its structure and derivation*. MIT Press, Cambridge, Mass.
- MEIRELLES, J.& RAPOSO, E. (1983) "Subjunctives and disjoint reference in Portuguese : some implications for the Binding Theory". *Paper apresentado no Colóquio Internacional de Linguística Teórica e Linguas Românicas*, Barcelona, junho/1983.
- MILSARK, G. (1974) *Existential sentences in English*. PhD dissertation, MIT.
- PICALLO, M.C. (1984) "The Infl node and the null subject parameter". *Linguistic Inquiry* 15, 75-102.

- PESETSKY, David (1987) "Wh-*in-situ*: movement and unselective binding". In: Reuland, E.J. & ter Meulen, A.G.B. *The representation of (in)definiteness*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. (1983a) "Sobre a eficácia comunicativa de verbos performativos no negativo". In *Série Estudos* nº 9 (Sobre Pragmática). Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, Uberaba, p. 30-38.
- _____. (1983b) "O caso de verbos performativos no negativo: Semântica ou Pragmática?". In *Série Estudos* nº 9 (Sobre Pragmática). Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, Uberaba, p. 46-65.
- RAPOSO, E. (1987a) "Some asymmetries in the binding theory in Romance". *The Linguistic Review*: 5. p.75-100.
- RIZZI, Luigi. (1982) *Issues on Italian syntax*, Foris, Dordrecht.
- _____. (1995) *The fine structure of the left periphery*. Mimeo, Université de Genève.
- ROCHETTE, A. (1988) *Semantic and syntactic aspects of romance sentential complementation*, mimeo, MIT. (Tese de Doutorado)
- STOWELL, Tim. (1989) "Subjects, specifiers, and X-bar theory". In M. Baltin & A. Kroch (eds.) *Alternative conceptions of frase structure*, University of Chicago Press, Chicago.
- _____. (1993a) *Syntax of tense*, mimeo, UCLA, Los Angeles.
- _____. (1993b) *The phrase structure of tense*, mimco, UCLA, Los Angeles.
- SUÑER, M. & PADILHA-RIVERA, J. (1984) *On the subjunctive and the role of the features of Infl: evidence from a null-subject language*, mimeo, Cornell University, Ithaca, NY.
- TORREGO, Esther & URIAGEREKA, Juan (em preparação) *Indicative dependents*. Ms., University of Massachusetts at Boston/University of Maryland.
- URIAGEREKA, Juan. (1995a) "An F position in Western Romance". In Kiss, Katalin É. (ed.) *Discourse configurational languages*. Oxford University Press, New York/Oxford, p. 153-177.
- _____. (1995b) "Aspects of the syntax of clitic placement in Western Romance". In *Linguistic Inquiry* 26/1, p. 79-123.
- ZAGONA, K. (1990) *Times as temporal argument structure*. Mimeo, University of Washington.

ZARING, L.A. (1985) *The syntactic role of verbal inflection in French and Brazilian Portuguese*. Faculty of the Graduate School of Cornell University (Tese de Doutorado).